



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – UFNT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO –
PPGCULT

Thiago Batista de Araújo Pereira

Territórios em disputa: cultura, coronelismo e estratégias de sobrevivência dos sertanejos no
romance “O Tronco”

Araguaína, TO

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – UFNT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO –
PPGCULT

Thiago Batista de Araújo Pereira

Territórios em disputa: cultura, coronelismo e estratégias de sobrevivência dos sertanejos no
romance “O Tronco”

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – Câmpus Universitário de Araguaína/TO, como requisito para à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Olivia Macedo Miranda de Medeiros.

Araguaína, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436t Pereira, Thiago Batista de Araújo.
Territórios em disputa: cultura, coronelismo e estratégias de sobrevivência dos sertanejos no romance “O Tronco” / Thiago Batista de Araújo Pereira. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.
121 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCult) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.
Orientadora: Olivia Macedo Miranda de Medeiros.
1. O Tronco; literatura. 2. cultura; território. 3. coronelismo.

CDD 301.09


TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Thiago Batista de Araújo Pereira


Territórios em disputa: cultura, coronelismo e estratégias de sobrevivência dos sertanejos no romance “O Tronco”

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – Câmpus Universitário de Araguaína/TO, como requisito para à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 OLIVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS
Data: 29/10/2025 08:21:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Olivia Macedo Miranda de Medeiros - UFNT (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 MARTHA VICTOR VIEIRA
Data: 29/10/2025 08:55:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Martha Victor Vieira - UFNT (Avaliadora Interna)

Documento assinado digitalmente
 FERNANDA MARTINS DA SILVA
Data: 29/10/2025 15:36:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Fernanda Martins Silva -UNEMAT (Avaliadora Externa)

Dedico este trabalho aos sertanejos de ontem e de hoje, sujeitos históricos que, por meio da luta, da fé e da sabedoria popular, constroem e reconstroem seus modos de vida frente às constantes ameaças e disputas territoriais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Grande Arquiteto do Universo pela dádiva da vida e pela oportunidade de vivenciar esta breve experiência de existência. Sua presença iluminou cada etapa do caminho, oferecendo-me serenidade, força e discernimento para enfrentar os desafios e aprender com eles.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Olivia Macedo Miranda de Medeiros, expresso minha profunda gratidão pela orientação humanizada, pelo olhar sensível e crítico que acompanhou cada etapa desta pesquisa. Sua dedicação, paciência e rigor acadêmico foram essenciais para que este trabalho fosse construído.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento que possibilitou o desenvolvimento desta investigação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT-UFNT), pelo acolhimento, pela formação crítica e pelos valiosos ensinamentos que ampliaram minha compreensão sobre os diversos modos de habitar e resistir nos territórios.

Agradeço, com apreço, aos professores doutores do PPGCULT: Dernival Venâncio Ramos Júnior, Elias da Silva, Jean Carlos Rodrigues, Plábio Marcos Martins Desidério, Renata Rauta Petarly e Vinicius Gomes de Aguiar, cujas contribuições foram fundamentais para minha compreensão das noções de cultura, território e metodologia científica.

Aos professores João de Deus Leite e Thelma Ponte Borges, com quem tive a oportunidade de cursar a disciplina de *Análise Qualitativa*, onde pude aprofundar-me nas aproximações e contrapontos entre a Análise de Discurso (AD) francesa e a Análise de Conteúdo (AC), agradeço pelos debates instigantes e pelas provocações teóricas.

Às professoras convidadas para a banca de qualificação, Prof.^a Dr.^a Martha Victor Vieira (UFNT) e Prof.^a Dr.^a Fernanda Martins da Silva (UNEMAT), sou grato pelas contribuições críticas e generosas, que fortaleceram o percurso da pesquisa.

Aos colegas de turma que tive a honra de conhecer: Iago Silva, Antônio Hugo, Wellton Jonh, Rosaldina Sinhá e Jeana Maria, agradeço pela parceria, pelas trocas e pelo companheirismo ao longo da jornada.

À minha família, pilar fundamental da minha existência: à minha mãe, Maria Batista (in memoriam), cuja memória permanece viva como farol de afeto e coragem; ao meu filho, Rodrigo Araújo, razão maior da minha luta; à minha companheira, Ihasmyn Oliveira, pelo amor e apoio constante; aos meus irmãos, Thays Araújo e Gustavo Araújo, pelo vínculo familiar que

sempre me fortaleceu durante esta jornada acadêmica; ao meu tio Manoel Diogo, presença sempre firme em minha trajetória.

Aos amigos que, de diferentes formas, caminharam comigo: Brendon Husley, pelo apoio com materiais, livros; Glilbson Barbosa, pelas orientações práticas e pela ajuda fundamental com os cadastros; e Patrick Dias, por estar presente com palavras de incentivo e por sustentar minha permanência no curso; agradeço também a Uanes Alves e Lorrane Santos pelo apoio constante, especialmente nos momentos em que mais precisei.

Rendo também agradecimentos ao escritor Bernardo Élis (in memoriam), cuja coragem intelectual e sensibilidade literária foram decisivas ao narrar, com firmeza e humanidade, o episódio real e trágico ocorrido na antiga Vila de São José do Duro. Em *O Tronco*, o autor chama a atenção para o fato de que o massacre foi dirigido contra toda uma população sertaneja. Sua obra permanece como um grito necessário contra o esquecimento.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram, ainda que de forma silenciosa, com gestos, palavras e presenças que fortaleceram esta breve, mas intensa jornada acadêmica. A cada um e cada uma que, com afeto, me ajudou a chegar até aqui, minha mais sincera gratidão.

RESUMO

Nesta dissertação investigamos os modos pelas quais as dimensões da cultura, que envolve as articulações entre linguagens e significados, e do território, em suas potencialidades simbólicas, estão representadas na obra “O Tronco” de Bernardo Élis. Nosso objetivo principal compreender a formação político-social do antigo norte goiano. Escrita em 1956, a obra constitui um importante documento literário para a compreensão das relações sociais e políticas da região à época, especialmente as relações de poder e violência, fortemente marcadas pelo coronelismo, sistema que estruturava as hierarquias locais e condicionava as formas de dominação política e social no sertão goiano. Do ponto de vista teórico, abordamos a discussão pelo viés dos Estudos Culturais (Hall, 2016; Williams, 1971; Thompson, 1998), sobretudo dialogando com os conceitos de linguagem, literatura e cultura. Além disso, adotamos as análises de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), assim como de Rogério Haesbaert (2002) acerca de territórios simbólicos. Do ponto de vista metodológico, adotamos a abordagem da análise e interpretação literária (Yunes, 1986). Nossa hipótese é que o romance articula relações e imaginários que projetam em perspectiva literária aspectos da vida social, como modos de trabalhar, fazer política, viver e sobreviver dos sertanejos no antigo sertão de Goiás, representando os meandros da realidade regional de sua época, contribuindo para o conhecimento das territorialidades e das manifestações culturais.

Palavras-chave: O Tronco; literatura; cultura; território; coronelismo.

ABSTRACT

In this dissertation, we investigate the ways in which the dimensions of culture, involving the articulations between languages and meanings, and of territory, in its symbolic potentialities, are represented in the work *O Tronco* by Bernardo Élis. Our main objective is to understand the political-social formation of the former northern region of Goiás. Written in 1956, the work constitutes an important literary document for understanding the social and political relations of the region at the time, especially the relations of power and violence, strongly marked by *coronelismo*, a system that structured local hierarchies and conditioned the forms of political and social domination in the *sertão* of Goiás. From a theoretical point of view, we approach the discussion through the lens of Cultural Studies (Hall, 2016; Williams, 1971; Thompson, 1998), particularly engaging with the concepts of language, literature, and culture. In addition, we adopt the analyses of Gilles Deleuze and Félix Guattari (1997), as well as Rogério Haesbaert (2002), regarding symbolic territories. From a methodological point of view, we adopt the approach of literary analysis and interpretation (Yunes, 1986). Our hypothesis is that the novel articulates relationships and imaginaries that, from a literary perspective, project aspects of social life, such as ways of working, engaging in politics, living and surviving of the *sertanejos* in the old *sertão* of Goiás, representing the intricacies of the regional reality of its time, contributing to the understanding of territorialities and cultural manifestations.

Keywords: *O Tronco*; literature; culture; territory; *coronelismo*.

MEMORIAL

Olá! Eu me chamo Thiago Batista de Araújo Pereira sou um homem negro, natural de Fortaleza/CE, mas com o coração em Xambioá/TO. Desde os meus 02 (dois) anos de idade essa pequena cidade no norte do Brasil tornou-se meu lar, meu lugar de luta, crescimento e superação de desafios é onde construo minha história e me identifico como autêntico Xambioense.

Minha vinda para Xambioá se deu em razão da separação dos meus pais, quando minha mãe resolveu partir levando consigo três filhos, contando comigo, o filho do meio. E como qualquer ruptura, partida e mudança, nossa vida não foi nada fácil. No início, morávamos com o meu avô numa pequena casa de taipa, na vila Manchão do Meio, distante 3 Km da cidade.

Algum tempo depois passamos a morar com o meu tio, um trabalhador do campo-tratorista, que, embora não tenha tido filhos, assumiu o papel de pai, sustentando-nos, enquanto minha mãe cuidava do lar. Essa relação atípica é uma marca de união e de luta pela sobrevivência.

Minha infância foi permeada de muita simplicidade, mas cheia de significados. As brincadeiras aconteciam em casa, era uma festa: esconde-esconde, pega-pega e outras brincadeiras típicas da época.

Mamãe, mesmo tendo estudado apenas até o segundo ano do ensino médio, sempre valorizou a educação. Ela nos incentivava a estudar, foi participativa na escola, cobrava que fizéssemos e, também nos ajudava a fazer as tarefas escolares, costumava dizer: “É estudar ou trabalhar na roça”.

Desde cedo, demonstrei curiosidade e facilidade para aprender. Fui o primeiro a andar de bicicleta, a nadar e a me destacar na escola. Sentava-se sempre nas primeiras cadeiras, muito tímido, mais dedicado, tirava boas notas e era disputado para trabalhos em grupo. No entanto, nos esportes, especialmente no futebol, era um desastre, mesmo assim, nunca deixei de participar das atividades escolares.

Tão logo cheguei à adolescência e ao ensino médio, vieram novos desafios e sonhos. Queria fazer faculdade, ter um trabalho digno, participar dos cursos que haviam disponíveis no SENAI, tirar minha CNH. Sonhava tanto, que muitas vezes me perdia no meio a tantos desejos.

No ensino médio tive a sorte de encontrar professores excelentes que me marcaram profundamente. Recordo da Matemática, cheia de anedotas do professor Dionildes, da Biologia da professora Ângela (nunca gostei de biologia, risos), e da Geografia e Sociologia com o professor José Alberto. Este último, assinava por conta própria, uma revista de sociologia para

que pudéssemos ter acesso aos textos, ainda hoje lembro dele falando de um livro de Amartya Sen, chamado "As pessoas em primeiro lugar".

As pessoas em primeiro lugar?! Não é à toa que passei anos pensando neste título, desde os meus 16 anos de idade, minha vida tem sido uma constante correria. Tantas vezes precisei acordar 5 horas da manhã para deixar meu tio na fazenda onde ele trabalhava, passando um frio desgraçado, tantas vezes precisei dividir meu tempo entre estudo e trabalho. O primeiro em uma movelaria próximo de casa, depois em uma loja de produtos agrícolas, até trabalhar na Votorantim Cimentos como jovem aprendiz.

Entre os anos de 2009 e 2012 cursei informática básica e tecnologia da informação no SENAI, que me proporcionou habilidades técnicas essenciais, como o domínio de ferramentas digitais e a compreensão de sistemas informatizados, além do desenvolvimento da minha capacidade de raciocínio lógico e organização, que foi e permanecendo de fundamental importância para a minha trajetória acadêmica e profissional.

Tão logo concluiu o ensino médio em 2010, no então colégio estadual José Bonifácio, me vieram fortes preocupações e incertezas sobre o futuro, quanto às questões de ingresso e permanência em um pretendo curso de ensino superior, o concorrido mercado de trabalho e futura profissão. Preocupações que me cercaram com maior intensidade por aproximadamente um ano após a conclusão do ensino médio.

Em 2011, sem nunca ter prestado o vestibular, graças ao Enem, conquistei uma bolsa de estudos no curso de direito no então Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos/ITPAC de Araguaína. Foi um sonho que se tornou realidade, mas não sem sacrifícios. Durante anos, viajei diariamente para faculdade, enfrentando ônibus lotado, noites mal dormidas e dias sem lanche. Nos últimos dois anos de faculdade mudei-me para Araguaína para cumprir o estágio obrigatório, até que finalmente, em janeiro de 2017, coleei grau. Foi um dos dias mais felizes da minha vida e da minha família.

Aprovado no exame da OAB ainda no nono período do curso, resisti por um tempo em ingressar na advocacia, preferindo focar nos estudos para concursos públicos. No entanto, entre os anos de 2017 a 2020 a vida me levou a trabalhar como assessor jurídico pelo município de Wanderlândia/TO, foi uma experiência gratificante, que me trouxe imenso aprendizado.

Entre os anos de 2020 a 2021, me especializei em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade Única de Ipatinga/MG, em agosto de 2023 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da UFNT, onde me redescobri como ser humano e expandi minha visão de mundo.

Aprendi ao longo dos anos a não descartar as chances de aprendizado contínuo, conforme os ensinamentos da minha grande mentora, minha mãe (*in memoriam*), que até o início do ano de 2019 participou da minha trajetória formadora, inclusive religiosa, foi por decisão dela que participei, na adolescência, da catequese, dos grupos litúrgicos e coral da igreja, que de certa forma foi importante para mim, muito embora tenha sido muito difícil conviver com a religião durante a minha adolescência e logo depois se afastar de certas crenças.

De acordo com a frase atribuída a Heráclito de Efésios: “Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem”. Assim é/foi minha relação com o PPGCULT. Tendo ingressado no programa perseguindo o título de mestre, acabei encontrando algo mais: considerado ter evoluído por meio da ciência à um ponto não científico, mas espiritual, enquanto ser humano.

Através das leituras sobre o Sul Global, as injustiças provocadas pelo agronegócio, a segregação racial e religiosa, as desigualdades de gênero, o perspectívismo ameríndio, as lutas travadas pelos sertanejos em busca da sobrevivência, e tantas outras, descobri novos significados para a minha existência, conectando-me mais profundamente com o mundo e comigo mesmo.

Por fim, é evidente que este breve relato não abarca toda uma trajetória de vida e formação, ainda há inúmeras histórias: de desafios, alegrias, conquistas e aprendizados, que permanecem à espera de outra ocasião para serem contadas, então direi apenas, até mais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desenho em bico-de-pena do escritor Bernardo Élis.....	48
Figura 2 – Grupo de intelectuais em visita a URSS	54
Figura 3 – Mapa da região das fronteiras Goiás-Maranhão Piauí e Bahia, região do conflito.	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CULTURA, LINGUAGEM E LITERATURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	25
2.1 Língua e Linguagem na construção dos signos	26
2.2 Elementos de cultura e literatura: a construção dos sentidos das experiências	31
2.3 Territórios simbólicos da literatura	40
3 BERNARDO ÉLIS: CAMINHOS POR GOIÁS E PELO MUNDO.....	46
3.1 Élis: escrita e formação política.....	50
3.2 O enredo do romance: a composição dos personagens em <i>O Tronco</i>	57
3.3 A época e a obra: aspectos históricos das disputas coronelísticas em Goiás	66
4 LUTAS SOCIAIS E AS DISPUTAS POR TERRITÓRIO EM O TRONCO	80
4.1 A terra e o território simbólico nas disputas entre coronéis e sertanejos	83
4.2 Os signos das negociações e das violências no coronelismo goiano	92
4.3 A representação dos personagens nas disputas por território e a construção da identidade sertaneja	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
6 REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

A linguagem é o elemento fundamental e constitutivo das práticas sociais no mundo, é através dela que comunicamos nossas ideias e expressamos nossos pensamentos, apesar disso ela não constitui mero instrumento por meio do qual a realidade pode ser descrita, mas deve ser considerada verdadeira “atividade socialmente compartilhada, que pressupõe reciprocidade, mergulhada em relações sociais ativas, participando da produção das nossas subjetividades e da construção dos significados do mundo social”. (Passiani, 2020, p. 5).

Noutras palavras, a linguagem possui lugar central na vida humana, “pois importa como as relações sociais são vividas e experimentadas, o que seria impossível sem a participação ativa da linguagem em suas mais variadas formas” (Passiani, 2020, p. 03). Para Raymond Williams (1971, p. 30), a linguagem é “uma abertura característica do homem e uma abertura para o mundo: não uma faculdade distinguível ou instrumental, mas constitutiva”, de tal modo, que é possível observar uma estreita relação entre socialidade e linguagem. A linguagem, quando literária, traduz mundos e esse “traduzir” envolve campos como o cultural, o social, o imaginário e o político.

Nesse sentido, nessa pesquisa analisaremos os modos pelos quais as dimensões da cultura, que envolve as articulações entre linguagens e significados, e do território, em suas potencialidades simbólicas, estão representadas na obra “O Tronco” de Bernardo Élis, tendo por objetivo principal compreender a formação político-social do antigo norte goiano. A obra em referência foi publicada por Élis em 1956, constituindo-se um documento literário relevante para compreender a época e as relações sociais e políticas na região. Com uma urdidura pautada em relações e imaginários “O Tronco” coloca em perspectiva aspectos da vida social (dos modos de trabalhar, fazer política, viver e sobreviver dos sertanejos) do sertão de Goiás, sob uma perspectiva literária que indica (representa) os meandros da realidade regional de sua época, contribuindo para o conhecimento das territorialidades e das manifestações culturais.

Compreender os conflitos tratados na referida obra exige considerar o coronelismo, sistema de poder baseado no domínio político e territorial das elites rurais, sustentado por relações de clientelismo, mandonismo e uso estratégico da violência. No sertão goiano retratado por Bernardo Élis, essa estrutura, arraigada na nossa cultura, aparece nas disputas entre coronéis e o Estado, bem como nas tensões com os sertanejos pobres, evidenciando a precariedade da justiça e a força das alianças locais.

O coronelismo, de acordo com Leal (2012), deve ser entendido como um sistema político complexo que caracterizou a Primeira República no Brasil, resultava da sobreposição

do regime representativo moderno a uma estrutura socioeconômica arcaica, essencialmente agrária e concentrada em grandes propriedades rurais. Nesse contexto, os chefes locais, os “coronéis”, exerciam o poder privado sobre populações dependentes, mas também atuavam dentro de um arranjo institucional mais amplo, articulando-se com governadores e com o presidente da República.

Essa estrutura funcionava como uma espécie de pacto político entre o poder público, em processo de fortalecimento, e a influência social dos coronéis, em decadência relativa. Essa troca de favores garantia, de um lado, o controle do eleitorado rural pelos coronéis e, de outro, o repasse de recursos, cargos e prestígio por parte do Estado. Assim, o coronelismo funcionava como engrenagem de sustentação do sistema federativo e do regime representativo nascente, ainda que de forma distorcida. (Leal, 2012).

Entre suas manifestações, o coronelismo englobava práticas como o voto de cabresto, o clientelismo, o mandonismo, a instrumentalização das instituições municipais e o falseamento da representação política. Não se tratava apenas de dominação pela violência ou prestígio econômico, mas de uma rede de dependências estruturada que ligava o cidadão comum ao chefe político local e este, por sua vez, às esferas estaduais e nacional. A base de sustentação desse sistema estava no campo, onde a pobreza e a ausência de cidadania plena tornavam o trabalhador rural dependente da proteção do coronel.

Leal (2012) rompe com leituras simplistas ou dicotômicas da política brasileira, recusando explicações que reduzissem o fenômeno a meros resquícios coloniais, enfatizando que se tratava de um arranjo histórico específico. O coronelismo era(é), portanto, na visão do autor, um fenômeno de adaptação política, resultado das tensões entre o moderno e o tradicional. Essa perspectiva afasta tanto os determinismos economicistas¹ quanto os culturalistas², propondo uma interpretação mais ampla e sistêmica.

[O autor] combinou diversas abordagens, sem atribuir a apenas uma variável caráter explicativo exclusivo e excludente. Reconhece uma estrutura agrária e uma classe proprietária que se inserem na economia de exportação. Mas o coronel, operador dessa economia, é também um ser profundamente político que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo, perdendo lentamente no processo sua hegemonia. (Leal, 2012, p. 10).

Assim, o coronelismo não se limita a uma estrutura de dominação pessoal ou de exercício arbitrário do poder local, trata-se de um sistema de relações políticas articulado sobre

¹ São interpretações ou teorias que sustentam que aos fatores econômicos possuem papel central e predominante na explicação dos fenômenos sociais, políticos, históricos e culturais.

² Abordagem teórica que destaca a influência da cultura na construção dos indivíduos e das sociedades.

a base econômica agrária, sustentado pela dependência social das populações rurais e pela colaboração do Estado. O estudo desse sistema, ainda que realizado a partir de uma perspectiva representativa, revela os mecanismos de distorção da representação política no Brasil, permitindo compreender as dinâmicas da Primeira República, e as permanências que ainda condicionam práticas políticas contemporâneas.

Também, a análise e compressão das representações culturais e territoriais do norte de Goiás no referido romance, abrange a compreensão de como ela articula as experiências históricas e as lutas sociais dentro dos sistemas políticos que definiam a época na qual foi escrita. Para tanto, tracei como objetivos específicos: a identificação e a compreensão de algumas noções, categorias e conceitos que atravessam a obra e que são centrais para compreensão da construção do enredo do romance; a análise das relações entre autor, enredo e a época da obra; As representações de lutas sociais e disputas territoriais presentes no romance, que articulam a terra e o território simbólico nas disputas entre coronéis e sertanejos, signos das negociações e das violências imbricadas ao Coronelismo, e a representação dos atores sociais diante dessas disputas, que territorializam o sertão e constroem uma identidade sertaneja resiliente, envolvida por tradições e práticas culturais que atravessam o romance e dão sentido às estruturas de sentido expressas na linguagem vivenciadas pelas pessoas à época.

De acordo com bell hooks, “a linguagem rompe, recusa-se a ser encerrada em fronteiras. Ela mesma fala contra a nossa vontade em palavras e pensamentos que se intrometem, até mesmo violam os mais secretos espaços da mente e do corpo”. (hooks, 2008, p.1). Assim é que se constituiu a linguagem, como instrumento de quebra de barreiras, que além de tudo é geradora de vozes, às vezes, mesmo contra a nossa própria vontade.

É por meio da linguagem que fazemos uso de inúmeros signos e símbolos, a exemplo dos sons, escritos, imagens, formas, etc., pelos quais podemos representar nossos pensamentos no mundo. Logo, “a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado”. (Hall, 2016, p. 17). No caso deste trabalho, tem-se a literatura como forma primordial de linguagem sujeita a análise.

O termo “literatura” admite inúmeros significados, isso porque diz respeito a uma multiplicidade de conceitos, “definidos” por uma infinidade de vozes. Trata-se de uma expressão extremamente polissêmica e polifônica. Alguns se arriscam numa definição não muito precisa, outros preferem tratar a literatura pelo que ela não é³, alguns definem com

³ Gustavo Bernardo em “O conceito de literatura”, procura definir a literatura pelo que ela não é.

palavras, outros se expressam através de imagens⁴, que também é geradora de caminhos literários.

A literatura ergue discussões sobre “fato” e “ficção” e, apesar de alguns conceitos tratarem-na no sentido exclusivamente ficcional, tal asserção não procede, pois “se a “literatura” inclui muito da escrita “factual”, também exclui uma margem de ficção” (Eagleton, 2006, p. 2). Portanto, a literatura é criada, em parte, para recriar e ficcionalizar a realidade factual, funcionando também como meio de transmitir ideias e promover a reflexão sobre a realidade social. Nas palavras de Almeida:

A literatura apesar de abranger todo universo ficcional, não é só ficção. Na realidade ela é o modo como se diz algo, é usar a palavra de maneira especial, é aquilo que, ao ser dito, provoca um estranhamento, um choque, não pelo que é dito, mas pelo modo como se diz. (Almeida, p. 214, 2007).

A linguagem construída na forma literária produz questionamentos e sensibilidades significativas, as quais acessam uma pluralidade de campos de conhecimento e dialogam interdisciplinarmente com múltiplas perspectivas. Desse ponto de vista, a obra “O Tronco” evoca o humano e dialoga com as humanidades, demonstrando seu caráter interdisciplinar, em razão da intertextualidade entre a Literatura, História e a Geografia (Teixeira, 2012). Assim, em certa medida, a própria constituição da obra permite que se construa um diálogo interdisciplinar, segundo Olga Pombo, essa abordagem só se torna possível a partir da concepção de que ela é “o lugar onde se pensa [...] a condição fragmentada das ciências e onde, simultaneamente, se exprime a nossa nostalgia de um saber unificado”. (Pombo, 2004, p. 16).

Partindo da concepção que o trabalho aqui produzido se insere em uma abordagem interdisciplinar, buscaremos suporte com uma perspectiva teórica que compreenda a literatura como uma narrativa que mantém “uma relação altamente problemática com a realidade” (Ginzburg, 2007, p. 272), o que inclui principalmente a questão da compreensão do texto literário como simplesmente fantasiosa. É que as narrativas sobre um mesmo acontecimento se alteram de acordo com a ótica do narrador, estando entregue às subjetividades em relação às formas de pensar o mundo, capturá-lo e representá-lo.

Eagleton, questiona se o fato de a literatura ser escrita “criativa” ou “imaginativa” implicaria também em negar qualquer aspecto criativo da filosofia e das ciências naturais ou

⁴ De acordo com Roberto Duarte Nascimento, refletir sobre a imagem como geradora de sensação(ões) e com aptidão de afecção “através das linhas da costura literária, é condição *sine qua non* para estabelecermos a construção dos espaços da literatura, sua multiplicidade topológica como arquitetura, fabulação sensível, mobilidade do virtual, compreendendo que há um pensamento imanente ao fazer literário”. (Nascimento, p. 256, 2019).

mesmo em afirmar que são desprovidas de imaginação, para então concluir que “Talvez nos seja necessária uma abordagem totalmente diferente. Talvez a Literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou “imaginativa”, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar”. (Eagleton, 2006, p. 2).

Em alguns momentos, a literatura pode versar sobre a “história” político-social de um indivíduo ou grupos de pessoas, em dado espaço, território e tempo. Sendo o romance, um dos gêneros pelos quais a literatura se expressa, representa também a forma de pensar a história, de estabelecer a memória do tempo, a reconstrução do espaço, personagens e circunstâncias, o que torna a sociedade e as práticas sociais objeto de reflexão. (Teixeira, 2012).

Certamente o estudo de obra literária em um curso de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território sempre levanta porquês. Alguém haverá de questionar a relevância do trabalho, ou mesmo o porquê de se estudar a “ficção”. Para responder de uma vez por todas à essas questões, além de tudo que já foi escrito, ofereço o fragmento a seguir:

Ao desconhecermos nas narrativas de ficção a possibilidade de apreender indícios do real vivido (que impregna todas as relações) não teríamos introjetado a concepção de que em algum lugar existiria um espaço apenas de representações ou ideologias, que não estaria ao alcance da historiografia e que não faria parte da realidade? (Fenelon, 2000, p. 05-13 apud Cormineiro-Medeiros, 2010, p. 34).

Em *O Tronco* encontram-se representadas as experiências dos sertanejos (aí compreendido, seus personagens) com o sertão, com os conflitos sociais que se faziam presentes na história regional, que não exclui as narrativas da organização política do Brasil, as estruturas sociais das elites tradicionais, as configurações de antigas estruturas partidárias, o poder de mando de suas oligarquias. Apresentando, um retrato social regional, como forma de denúncia das desigualdades e busca desenfreada pelo poder. (Bosi, 2006).

Bernardo Élis, de forma propositada ou não, seguiu em seu romance o caminho inverso da solidão disciplinar⁵, não faltando com a necessária apreciação da realidade para fins de retratá-la com perfeição, não se afastando do pensamento vivo, que abarca a realidade (embora, através da ficção), reconhecendo as limitações da própria Literatura, uma concepção deontologizada, ou seja, desvinculada dos princípios do “dever ser” que orientam comportamentos éticos ou absoluta da vida disciplinar (Gordon, 2017).

⁵ O caminho de solidão disciplinar conduz eventualmente a decadência disciplinar (Gordon, 2017, p. 117).

Em *O Tronco* estão presentes estruturas culturais, carregados signos e significações, geradores de sentidos, que revelam toda sua potencialidade como documento. Nas palavras de Nicolau Sevcenko:

(...) a criação literária revela-se todo o seu potencial como documento, não apenas como análise das referências esporádicas e episódios históricos ou do estudo profundo de seus processos de construção formal, mas uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história e todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção. (Sevcenko, 2003, p. 299).

Enquanto fonte para as discussões em Humanidades, a Literatura se constitui em documentos culturais, ou melhor, em documentos que comportam aspectos das estruturas culturais de uma dada época, e por isso é importante apresentarmos a definição básica de cultura com a qual trabalharemos nessa dissertação, considerando que este “é um dos conceitos mais complexos das ciências humanas e sociais” (Hall, 2016, p. 19). Essa complexidade se (re)afirma em razão da cultura não ser, exclusivamente, aquilo que vivemos:

Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós, do que cartas de direitos humanos ou tratados de comércio (Eagleton, 2005, p. 184).

Etiologicamente cultura vem do latim *colere*, que era usado para designar coisas tão distintas quanto habitação (colônia e colono) e adoração religiosa (culto). Entretanto, um dos principais sentidos primários da palavra, é relacionada ao trabalho manual. Assim, cultura, originariamente, significa “lavoura” ou “cultivo agrícola”. Contudo, a partir do século XVIII a palavra deixa de significar apenas atividade material, e se torna um substantivo abstrato, que designa o cultivo geral do intelecto, em seu sentido individual ou coletivo (Azevedo, 2017).

Em sua definição clássica, cultura é vista como o aprimoramento e a elevação das capacidades humanas, promovido pela absorção de produções acadêmicas e artísticas, estando essa ideia associada ao ideal de progresso característico da modernidade. Thompson, discorrendo sobre cultura para a literatura etnográfica, anota:

Cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos se comunicam entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças (Thompson, 1995, p.176).

Apesar das dificuldades em se estabelecer um conceito de cultura, tem-se que tradicionalmente ela era definida como alta cultura, uma espécie de “cultura superior”, como por exemplo as obras literárias clássicas, pinturas, a música e a própria filosofia desenvolvida para e pelas “classes superiores” de determinada época. (Hall, 2016).

Modernamente, especialmente nas ciências sociais, o termo passou a ser utilizado para se referir a tudo possa caracterizar os modos de vida de um povo, de uma comunidade, de uma coletividade, bem como para se referir aos valores compartilhados no seio da sociedade, isto é, o conjunto de práticas sociais de compartilhamentos de significados entre membros de uma sociedade. (Hall, 2016).

No caso deste trabalho, tomaremos como cultura os modos de vida (que consiste numa integração da cultura e as condições materiais de existência) dos diversos personagens narrados no romance de Bernardo Élis, bem como o compartilhamento de valores entre os personagens, suas interações com o meio em que viviam no sertão do norte de Goiás, seus usos e suas trocas de caráter econômico e moral.

Os modos de vida dos personagens de *O Tronco* são construídos desde os padrões cotidianos, como a descrição da alimentação sertaneja, que traz as marcas dos vínculos com a cultura originária: “No prato esmaltado, primeiro Vicente botou feijão, depois a farinha de mandioca, misturou; a seguir botou arroz com carne seca, misturou novamente e levou uma garfada à boca” (Élis, 1974 p. 12). Assim, a “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”. (Damatta, 1986, p.56). Por outras palavras, a alimentação faz parte dos modos de viver e compõe a cultura regional que é representada na literatura regionalista.

O mundo exibido pela literatura regionalista deve estar atento as questões da verossimilhança⁶ do mundo representado, com a pretensão de representar aspectos possíveis da realidade regional, a fim de que seu enredo traga as representações das experiências de um povo, como a linguagem, a fauna, a flora, os espaços, os territórios, os comportamentos, o clima, as roupas, as comidas, os valores, as crenças, as relações econômicas, as percepções de

⁶ Em algumas dimensões, especialmente a narrativa, literatura e história andam juntas, posto que estão inseridas no campo da linguagem. Contudo, na literatura, o autor está livre para descrever, capturar e elementos do real, enquanto a história, possui sua metodologia específica, não permitindo afirmações ou negações esvaziadas de suas fontes documentais ou vestígios do passado, muito embora o historiador não esteja impedido de representar o passado utilizando-se de elementos literários, ambas compartilham, porém, o compromisso de constituir sentidos nas experiências humanas. “Hoje se admite que a História, joga com o possível, o plausível, o verossímil [...] o historiador é aquele que a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta de como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão” (Pesavento, 2012, p. 53).

mundo, os anseios dos personagens, dentro de um universo ideológico, para apresentar uma identidade regional.

Em *O Tronco* o sertão representado exhibe características físicas de “veredas, os chapadões, os rios e as enchentes, o calor, a sequeidão, a vegetação ressequida ou verde após as primeiras chuvas, a cantoria de pássaros e cigarras, as serras agachadas nos horizontes” (Gonçalves, 2021, p.5) e a cultura vivida e apropriada no texto literário. Desse modo, a articulação entre expressividades dos modos de vida sertanejo e as paisagens do sertão de São José do Duro evidenciam a cultura regional e constituem o território material e imaterial representado na obra.

Neste contexto, uma outra concepção torna-se igualmente importante para a elaboração, desenvolvimento e compressão da obra em referência é o de território. O uso deste termo remonta ao Império Romano, de modo que *territorium* dizia respeito ao espaço até onde a jurisdição dos núcleos urbanos alcançavam, era a expressão político-administrativa do Estado. (Haesbaert, 2023).

Na modernidade do pensamento ocidental, território é à área sobre a qual o Estado detém sua soberania, onde é possível a aplicação de um sistema jurídico, onde exerce seu “monopólio” da violência legitimada. Apesar disso, na sua origem, o termo se relacionava tanto com aspectos físicos, materiais como imateriais, era tanto a terra, quanto um sentimento de segurança para quem se encontra dentro dele, o que destaca(va) o seu aspecto simbólico. (Haesbaert, 2023).

A despeito dessas dimensões, território deve ser visto para além de uma concepção físico-material, dentro de uma perspectiva relacional, levando-se em conta o conjunto de relações sociais (econômicas, políticas, culturais, socioambientais) que estão em constante redefinição, num movimento de ir e vir, entre territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (Haesbaert, 2023).

Em *O Tronco*, o território (e o sertão) é composto pelo território simbólico e pelas identidades territoriais, como resultado de ações conduzidas por seus personagens, aí estão presentes coronéis, jagunços, mulheres, crianças dentre outros, os quais através das mais diversas relações, formam os elementos culturais dessa territorialidade, e que, “por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (Raffestin, 1993, p. 144).

Assim, é através dessas práticas relacionais representadas no romance, que os sertanejos territorializam o antigo norte goiano, de modo que cada personagem se preocupou em definir as atuações que mais consideravam legítimas para as suas (sobre)vivências e, tentativas de enriquecimento, naquele contexto de disputas territoriais. Dessa forma, entende-se por território:

(...) um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (Raffestin, 1993, p. 147).

Portanto, além do aspecto material, o território surge de um conjunto de sistemas, lugares, imagens, cenas e identidades representacionais, os quais são expressos por meio de linguagens que evocam algo ou alguém do mundo real dos objetos, dos sujeitos e acontecimentos fatídicos nos quais o ser humano encontra-se inserido.

A construção do território simbólico da obra, *O Tronco*, possibilita a compreensão de elementos de nossas identidades, e principalmente da cultura regional, os modos de vida e de luta contra a exploração e a dominação dos coronéis. Desse ponto de vista, pensar os territórios representados literariamente como espaços de disputas permite a interpretação das práticas de ocupação das terras como espaços de se viver e enriquecer, assim como relações de poder que eram perpassadas pelos interesses individuais e políticos, bem como a identificação das relações econômicas (trocas) e demais negociações dos sertanejos regionais, dentre outras questões, que podem servir para compreender as atuais realidades violentas do Tocantins.

A obra tem como tema central as disputas territoriais (de poder) que levam ao rompimento entre coronéis ligados ao governo estadual e os do Norte de Goiás. Neste cenário, a personagem Vicente Lemes, funcionário do governo, no cargo de coletor de impostos, justificando sua conduta no respeito às leis, atua contra os coronéis inimigos do governo, representados pela família Melo. Pressionado pelos coronéis locais, Vicente Lemes recorre ao governo, que por sua vez, seguindo seus próprios interesses, inicia um conflito sangrento em face dos coronéis nortistas e seus jagunços.

O romance vai operando como sistema representacional do sertão do antigo norte goiano, compondo um enredo que amarra elementos da cultura regional. Sendo obra carregada e geradora de significados, à qual é permeada de verossimilhança e mobilizadora de sentidos, ao passo em que descreve a vida sertanejeira da região, o embate entre os diversos personagens, consubstanciado em conflitos violentos, dentre outros aspectos da vida destes personagens, seus modos de vida, sua economia moral.

Para compreender os elementos culturais que compõem a urdidura da obra, vamos recorrer metodologicamente à análise e interpretação literária, não se reduzindo o texto a um mero repositório de mensagens, mas há um conjunto de experiências e estruturas de sentimentos

que dão sentido a aspectos da realidade regional “retratada” na obra. Desse ponto de vista, no estudo realizado, compreendemos que a obra possui sua origem da relação pessoal do autor com a realidade história de Goiás e mais especificamente do Norte Goiás, o que produz intertextualidades e subjetividades, que se encontram na linguagem. (Yunes, 1986).

Nesse sentido, dividiremos essa dissertação em quatro capítulos: No Capítulo 1 exploramos os alicerces teóricos e a metodologia que guiaram esta pesquisa. Nele, consideramos a linguagem como peça fundamental na construção das interações sociais, realçando o papel da literatura como via expressiva e reflexiva sobre o mundo ao nosso redor. Através da análise do romance, de Bernardo Élis, investigamos como os costumes, os conflitos por terras e as expressões culturais do antigo norte de Goiás são retratados, entendendo a literatura como um registro simbólico e crítico. Nossa proposta é construir um debate acerca das relações entre linguagem, cultura, estrutura de sentimentos/sentidos e território com o objetivo de elucidar o diálogo analítico que realizamos da obra.

No Capítulo II, a teoria ganha destaque ao abordar cultura, linguagem e literatura, preparando o terreno para examinar *O Tronco* de Bernardo Élis. A linguagem é debatida como uma ação social que molda significados e identidades, juntamente com ideias sobre símbolos, a mente e a relação entre idioma e mundo real. A literatura surge como uma forma cultural rica, ligando a imaginação à história, um canal para expressar vivências tanto pessoais quanto coletivas. Além disso, conceitos de território simbólico, perda e reconstrução do território são investigados, baseados em autores como Deleuze, Guattari e Haesbaert, mostrando como os personagens e cenários da obra criam territórios marcadas por conflitos, poder e laços de identidade. Assim, este capítulo reforça o valor da literatura enquanto ferramenta de análise e representação dos costumes e da organização social do sertão de Goiás.

Já no capítulo 3, buscamos entender as relações entre Bernardo Élis, sua obra *O Tronco* e o período em que ele viveu. Mostramos como suas vivências, seu aprendizado e sua participação na política moldaram sua escrita. Exploramos a vida do autor, sua presença no modernismo de Goiás, sua luta comunista e seu trabalho como pensador ligado a causas sociais. Também analisamos a história de *O Tronco*, mostrando os sentimentos, os costumes do sertão e as brigas por poder e terra retratadas na obra. Ao situar os conflitos da trama na história, principalmente a violência dos coronéis no antigo norte de Goiás, o capítulo revela como a literatura funciona como uma crítica à sociedade, uma ferramenta de resistência.

Finalizamos com o capítulo 4, onde examinamos as dinâmicas de poder, violência e identidade no sertão goiano retratado na obra de Bernardo Élis. O território é abordado como uma construção simbólica, marcada por relações de dominação entre coronéis e os demais

sertanejos pobres, com ênfase na exploração e resistência cultural. A análise destaca, principalmente, personagens como jagunços, vaqueiros, mulheres e crianças, revelando suas estratégias de sobrevivência e a formação de uma identidade sertaneja permeada por conflitos e desigualdades. Ressaltamos, por fim, o papel da literatura na preservação da memória histórica e cultural do sertão.

2 CULTURA, LINGUAGEM E LITERATURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

O homem tem também “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. (Marx; Engels, 2007, p. 34-35).

Neste capítulo nos propomos a discutir os conceitos e categorias analíticas que ancoram a análise literária e a interpretação do enredo da obra *O Tronco*. Nossa escolha por construir um capítulo teórico debatendo essas categorias se justifica em função do objetivo geral dessa dissertação ser compreender a formação cultural do antigo norte goiano, considerando-se sobretudo que a cultura não é uma dimensão unívoca da realidade social, sendo, ao contrário, plurivalente, multivocalizada e atravessada por múltiplas linguagens.

O estudo da linguagem, nas humanidades, age como uma ponte entre diferentes áreas do saber. É profundamente ligada ao modo como entendemos o mundo e a essência do ser humano. Quase todos os conceitos, sobretudo signo e sentido, e também mundo, realidade e natureza, ligam-se ou sofrem impacto da linguagem. Esta, em si, é uma criação moldada por elementos culturais, históricos e sociais que dão identidade a um grupo de pessoas que interagem. Por isso, é difícil separar a "língua" das outras categorias da humanidade, já que ela afeta diretamente as relações sociais que vivemos e experimentamos.

Desse modo, vemos a linguagem como algo essencial e formador nas ações sociais do dia a dia, inclusive na literatura. É o instrumento usado para transmitir o que pensamos e

sentimos, mas ela não é só uma ferramenta para retratar a realidade é uma ação social e crucial para construirmos quem somos.

No romance em estudo a linguagem constitui uma semântica cultural que se emaranha por outras dimensões do enredo, evidenciando representatividades que remetem aos modos pelos quais a linguagem traduz a vida e a realidade por volta das duas primeiras décadas do século XX, bem como tudo aquilo que é vivido de forma subjetiva em seu interior.

2.1 Língua e Linguagem na construção dos signos

Discorrendo acerca da categoria língua/linguagem, Raymond Williams critica o marxismo por não ter desenvolvido concepções sólidas sobre a linguagem, se restringindo muitas vezes a considerá-la apenas como um reflexo da realidade, aceita sem a devida análise, ocasionando um impacto negativo, especialmente na teoria cultural e no pensamento literário. Para esse autor, uma melhor compreensão da língua sob a ótica da teoria marxista, necessariamente deveria conjugar a ideia de língua como atividade e a história da língua, o que permitiria uma visão mais completa e útil acerca da linguagem, já que tais perspectivas isoladas não poderiam contribuir para o seu regular entendimento. (Williams, 1971).

Nessa perspectiva, é certo que a nossa compreensão sobre língua e linguagem mudou significativamente ao longo do tempo, influenciada, especialmente, por fatores históricos e culturais. De acordo com Williams, o enfoque da língua como atividade teve início no século XVIII vinculada a ideia de terem os homens criado a própria sociedade, o que constitui o novo conceito de cultura. Anterior a este entendimento, os estudos acerca da língua, haviam separado “língua” e “realidade”, focando em ideias metafísicas, onde as representações das coisas tinham uma conexão com a palavra que as nomeavam. (Williams, 1971).

Progressivamente, as pesquisas acerca da linguagem passaram a ser empreendidas de forma mais específicas, em diversos aspectos. Os filósofos Descartes e Vico contestaram ideias antigas acerca da linguagem e da realidade, o primeiro sustentou que o critério de ligação entre essas duas categorias não deveria ser metafísico ou convencional, mas lastreado no conhecimento científico, ao passo que Vico, sugeriu a ideia de que “só podemos ter conhecimento total daquilo que nós mesmos criamos”, deduzindo assim a nossa compreensão da sociedade, desde a sua criação, de modo que a atividade da língua possui papel central neste processo, pois em certa medida, a língua, que posteriormente viria a ser compreendida de forma mais ampla e profunda como linguagem, seria a fonte criadora pela sociedade. (Williams, 1971).

Vico incorporou essa dimensão ao que se convencionou chamar de explicação esquemática das fases de evolução da língua (dividindo-a em três estágios: divino, heroico e humano⁷). Rousseau⁸, reproduziu essas fases como históricos⁹, fornecendo ao Movimento Romântico¹⁰ um argumento de ressurgimento da literatura como um renascimento do poder original, primitivo, da língua. Contudo, ofuscar-se o novo sentido ativo tanto da história, quanto da língua, por torná-la especializada na literatura, desconsiderando as relações não literárias, negligenciando as possibilidades de conectar literatura e realidade social. Raymond Williams, chama atenção para o fato de que a língua somente deveria ter surgido na fase humana, sendo a língua verbal, atributo e elemento constitutivo humano. (Williams, 1971).

Por outro lado, ao longo da história, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, a contradição entre língua formal, gramática e suas derivações, e linguagem, como um modo constituidor da humanidade e da realidade social, é reforçada. Essa oposição sustenta as abordagens objetivistas e subjetivistas da língua. A visão objetivista da língua estaria ao lado da ciência, pois pautaria as abordagens empíricas do mundo natural; enquanto a perspectiva subjetivista da língua seria compreenderia como reflexo da criatividade do homem em contraposição ao avanço da ciência natural na mesma época. (Williams, 1971).

Ocorre que esse enfoque corria o risco de se transformar em um novo tipo de idealismo no qual conceitos como humanidade e criatividade eram vistos como substâncias próprias do ser humano. Por outro lado, a abordagem objetivista se dirigia à filologia. A dicotomia entre idealismo e materialismo foi reforçada por uma nova distinção entre as esferas da arte (que incluía a literatura), do domínio da criatividade da humanidade, e a ciência, associada ao conhecimento empírico e objetivo do mundo real. (Williams, 1971).

A literatura, nesse período, seria separada de qualquer possibilidade de vínculo com a realidade social, sendo reduzida exclusivamente ao campo da criação e da invenção traduzida unicamente como imaginária. Conforme Raymond Williams as categorias “arte”, “literatura”, “ciência”, “experiência”, “experimentação” mudaram de significado entre o início do século

⁷ Vico defende que a linguagem surge e evolui de acordo com as necessidades dos povos, em função disso ele associa a cada época histórica, um tipo diferente de linguagem: à idade dos deuses, uma linguagem gestual; à idade dos heróis, uma linguagem metafórica e à idade dos homens, uma linguagem articulada. Essas três fases se organizam em torno das duas facetas do espírito humano: a imaginação e a razão. (Moura; Marques, 2011, p. 2).

⁸ Rousseau [semelhante a Vico] classifica a evolução da língua em três estágios: a linguagem apaixonada, própria dos povos selvagens; a linguagem convencional, surgida quando o povo já está unido por leis comuns, e, finalmente, a linguagem gramaticalmente elaborada das sociedades modernas. (Moura; Marques, 2011, p. 2).

⁹ Tanto Vico quanto Rousseau são adeptos do historicismo, ao defender que a humanidade e a linguagem de que ela faz uso são produtos da evolução histórica.

¹⁰ O Romantismo foi um movimento artístico e intelectual, que emergiu na Europa no final do século XVIII, atingindo seu auge entre os anos 1800 e 1850, fortemente caracterizado pelo subjetivismo, sentimentalismo e individualismo, enfim, uma fuga da realidade.

XVIII e XIX, gerando imensa confusão e conflitos, apesar disso, no século XIX nenhuma destas questões se firmaram no campo da linguagem, onde mais se fazia necessário tecer discussões e distinções. (Williams, 1971).

Em contrapartida, durante a colonização ocorreu um avanço significativo no conhecimento prático das línguas, que se deu por meio de análise minuciosa e classificação das línguas, muito embora tenha deixado de lado algumas questões fundamentais. Evidentemente que este avanço está intimamente ligado à história política das sociedades ocidentais engajadas em seus projetos colonizadores, como foi o contato das civilizações europeias e indianas, que expandiu a gama de material linguístico disponível, frente ao contato europeu com métodos altamente desenvolvidos dos estudiosos indianos da gramática. (Williams, 1971).

Anteriormente, os estudos linguísticos seguiam, predominantemente, modelos das línguas clássicas mortas, que ainda determinavam a “gramática”, em termos sintáticos e literários. A esse respeito Margarida Petter, escreve que o interesse pela língua é antigo, remontando aos mitos e cantos oriundos do século IV a.C. Segundo ela, mais “tarde os gramáticos hindus, [...] dedicaram-se a descrever minuciosamente sua língua, produzindo modelos de análise que foram descobertos pelo Ocidente no final do século XVIII”. (Petter, 2007, p. 12).

Este período de investigação envolveu análises comparativas e classificatórias de línguas, denominadas de Filologia Comparada¹¹, assemelhando-se à biologia evolucionária, contribuindo para a fundação de importantes classificações de famílias linguísticas, descoberta de leis de modificações sonoras e progresso na fonética linguística, etc. Essa abordagem conduziu à redução do conceito de linguagem ao de língua formal, que limitou a definição da língua a um sistema filológico especializado.

Numa fase posterior, nas Américas, onde línguas nativas corriam o risco de desaparecerem (com o processo colonialista), os métodos filológicos tradicionais mostraram-se insuficientes. Assim, quando os linguistas norte-americanos entraram em contato com línguas sem contexto foi impactante, e tiveram que abandonar os textos antigos da filologia, priorizando a fala como objeto de estudo, confirmando-a como uma forma fundamental e criativa, independentemente de padrões preestabelecidos.

¹¹ É um ramo da linguística histórica que estuda as línguas de forma comparada, baseando-se na sua origem e evolução, traçando um paralelo com as línguas modernas.

A escassez metodológica até então conhecida frente às línguas nativas americanas não significa que estas eram mais ou menos complexas, isso porque a língua se adequa às situações e circunstâncias comunicativas existentes e exigidas por seus falantes:

(...) a linguística, ao fazer uma descrição científica das línguas, contribuiu não apenas para documentar falares e dialetos, geralmente negligenciados pela cultura escrita de diversos países, mas também para apontar uma igualdade essencial entre todas as línguas, independentemente do nível de civilização ocidental encontrado entre os seus falantes. Com isso, a visão etnocêntrica de que algumas línguas, notadamente as europeias, seriam mais complexas do que as línguas indígenas americanas, perdeu sustentação científica pelo postulado de que todas as línguas são complexas e se adequam à totalidade de situações comunicativas exigidas pelos falantes. (Leite, 2010, p. 250).

A teoria objetivista reduziu a linguagem a sistema fixo e objetivo, que priorizava a estrutura linguística sobre os enunciados individuais. Ferdinand de Saussure, no século XX, influenciado pela Sociologia de Durkheim, enfatizou a natureza estável e autônoma da língua como um sistema normativo, com “enunciados” individuais de um código linguístico. Noutras palavras ele via “a língua como um sistema [...], uma estrutura formal passível de classificação em elementos mínimos que compõem um todo. Esses elementos se organizam por princípios de distribuição e associação, verificáveis em todas as línguas naturais”. (Leite, 2010, p. 219). Os resultados práticos deste desenvolvimento teórico foram significativos.

A partir deste momento inicia-se uma relação, ainda que incipiente, entre a linguística estrutural e o marxismo, que muito embora compartilhem tendência às análises comparativas e de classificação das sociedades, descobrindo suas leis de transformação e afirmação de um sistema social controlador, apresentam também divergências fundamentais. Enquanto a linguística pendia a excluir a história ativa e a adotar categorias burguesas que separam o individual do social, o marxismo destaca a importância da história ativa, além de criticar a aceitação natural e passiva de tais categorias. (Williams, 1971).

Marx e Engels discutiram brevemente o tema na “Ideologia Alemã”, destacando a associação da linguagem à consciência prática e à interação social. Essa visão enfatiza a linguagem como uma atividade prática, surgindo da necessidade de interação com outros indivíduos. Conforme Raymond Williams (1971), essa ideia de linguagem constitutiva, não deve ser entendida equivocadamente, sob pena de se transformar a linguagem em um elemento isolado e idealista, como fora proposto por Vico e Herder, ou mesmo considerá-la simplesmente como uma resposta a uma realidade preexistente (um reflexo estático do que é real), daí a importância de se compreender a linguagem como parte da criação humana, buscando evitar seu reducionismo e a distorção de seu papel na constituição da realidade social.

Na “Ideologia Alemã”, os autores destacam a consciência humana e a linguagem como elementos materiais profundamente ligados à produção material e social, neste aspecto Williams (1971) alerta para a tendência de redução da importância da linguagem como atividade material e prática, mantendo a separação idealista entre linguagem e realidade. Essa associação da materialidade da linguagem com propriedades físicas¹², sem considerar sua natureza como atividade humana e real, manifesta uma falha em compreender a realidade como uma atividade humana prática, não apenas como um objeto de contemplação passiva, aceita sem qualquer análise. Além disso, em uma visão reducionista a ortodoxia marxista transformou o trabalho e a linguagem em estímulos abstratos, em vez de enfatizar sua natureza prática e evolutiva. Assim, o trabalho foi considerado o estímulo inicial para a linguagem, negligenciado a interconexão e a constituição histórica de tais práticas.

No início do século XX, em contraste com essa visão idealista, uma perspectiva materialista, que se afasta da ortodoxia marxista, enfatiza que o trabalho e a linguagem, enquanto práticas evolutivas, são constitutivos e historicamente fundamentais. Nessa esteira, na década de 1920, em Leningrado, uma escola linguística marxista emergiu, sendo um de seus integrantes o linguista e filósofo Valentin Volóchinov, que era associado ao círculo de Bakhtin¹³. Ele desafiou as teorias predominantes e propôs uma nova abordagem fundamentalmente marxista da linguagem, destacando a importância da atividade social na criação de significados (e da própria linguagem), em contraposição às visões idealistas e objetivistas já citadas. (Williams, 1971).

Voloshinov, em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” resgata a ênfase na linguagem como atividade e consciência prática, defendendo a criação de significados como um processo intrínseco do humano e social, rejeitando a ideia de um sistema fechado, rompendo com limitações antes existentes entre a linguagem e a interação social. Assim, para esse filósofo a base de todo significado reside na interação entre os indivíduos e na confluência social na construção de significados, de modo que essa interação acontece de forma dinâmica e contínua, tal posicionamento leva em conta as constantes negociações e trocas de significados entre os sujeitos, rejeitando visões idealistas que enfatizam a consciência individual desvinculada do contexto social. (Williams, 1971)

¹² Desde o início, o “espírito” é afligido pela maldição de ser “oprimido” pela matéria, que faz aqui seu aparecimento na forma de agitadas camadas de ar, sons, em suma, de linguagem. (GI, p. 19 apud Williams, p. 35).

¹³ O Círculo de Bakhtin, foi um grupo de pensadores e críticos literários russos, formado na década de 1920 na União Soviética, tendo como líder Mikhail Bakhtin, um dos principais teóricos da literatura e da estética. O círculo dedicou-se ao estudo da filosofia da linguagem, da semiótica, da teoria literária e da crítica cultural.

Desse modo, a consciência se desenvolve a partir dos signos (significados), que por sua vez são criados e compartilhados na realidade social, expurgando a ideia de uma consciência individual independente dos processos sociais e dos sistemas de signos. O filósofo da linguagem marxista reconheceu, ainda, a natureza “binária” dos signos na linguagem, elucidando que estes não são simples reflexos dos objetos, ou equivalência direta do que eles representam. Além disso, “A relação, dentro do signo, entre o elemento formal e o significado que esse elemento encerra é [...], inevitavelmente convencional [...], mas não é arbitrária, o que é crucial, não é fixa”. (Williams, 1971, p. 42).

Logo, ao invés de uma concepção estática e coisificada da linguagem, Voloshinov defende que ela é produto vivo e em constante evolução, moldada por uma interação social também constante, abordagem que destaca a experiência humana. A linguagem não apenas reflete, mas também molda a realidade à sua maneira, “é a articulação dessa experiência ativa e em transformação; uma presença social e dinâmica no mundo”. (Williams, 1971, 43).

Nesse sentido, quando usamos a linguagem para formar signos, estamos dando forma à nossa experiência e interpretando o mundo ao nosso redor, então a linguagem não apenas reflete o que já existe, mas também contribui para delinear a forma como vemos as coisas e eventos históricos. Além disso, enquanto o sinal é um grafo formal, fixo e estático e “constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto [...] ou este ou aquele acontecimento [...]” (Bakhtin, 2006, p. 86), o signo é dinâmico, ideológico e plurivalente, ou seja, comporta uma infinidade de significados de acordo com a sentidos construídos dialogicamente e coletivamente.

Essa plurivalência dos sistemas de signos existe porque a consciência prática dos homens é formada como parte do processo histórico real. Ou seja, a consciência é um ser social, produzida coletivamente à medida que as interações entre os sujeitos ocorrem nos contextos históricos específicos. Desse ponto de vista, a linguagem, que não se reduz à fala, mas engloba inúmeras dentre elas a escrita, é moldada por processos culturais e históricos. Por outras palavras, a linguagem, constituidora de significados sociais, é fato de Cultura.

2.2 Elementos de cultura e literatura: a construção dos sentidos das experiências

A relação intrínseca entre linguagem e cultura reside no fato de que ambas são constituintes e constituidoras de significados e sentidos, compondo um sistema de signos. Nessa perspectiva, a cultura evoca práticas humanas, sempre mediadas por diversas formas de linguagens. Tais práticas culturais, ao mesmo tempo que refletem determinados usos da

linguagem, também contribuem para a sua ressignificação, evidenciando relações de trocas constantes.

A cultura é um conceito extremamente complexo que encontra lugar central dentro do pensamento e das práticas sociais. Trata-se de um termo possuidor de inúmeras variações, questões e contradições (por ser multifacetado), que apresenta, ainda, reflexos em diferentes experiências, as quais são também tendências responsáveis por sua constituição. Raymond Williams, reconhece a profundidade de sua conceituação:

(...) quando considerado no contexto amplo do desenvolvimento histórico, exerce uma forte pressão contra os termos limitados de todos os outros conceitos. Essa é sempre a sua vantagem; é sempre também uma fonte de dificuldades, tanto na definição como na compreensão. (Williams, 1971, p. 19).

O filósofo e crítico literário Terry Eagleton, seguindo a trilha deixada por Raymond Williams, anota: “Cultura, diz-se geralmente, é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua inglesa” (Eagleton, 2003, p. 11) e de qualquer outra língua criada pelo ser humano.

À luz do que já expomos brevemente na introdução, a palavra cultura deveria do latim *colore*, termo que originalmente designava atividades diversas, como o ato de habitar (daí as palavras colônia e colono) e práticas de adoração religiosa (culto). Um de seus significados primários, porém, estava associada ao trabalho manual, especialmente ao cultivo da terra. Nesse sentido, cultura significava, lavoura ou cultivo agrícola, posteriormente, distanciou-se de seu sentido material e adquiriu conotação abstrata, relacionada ao cultivo do intelecto.

De acordo com Raymond Williams (1971), as novas definições de cultura, bem como outros relacionados: sociedade, economia, possuem origens recentes cujos significados sofreram reformulações. Quanto ao conceito de cultura, que começou como “cuidado com colheitas e animais”, e em sentido amplo, com desenvolvimento das próprias faculdades do homem, passou também por redefinições, ocasionadas por questionamentos pertinentes sobre sua abrangência.

Surgindo daí alguns dilemas, tais como: A cultura deve ser definida como artes, como “sistema de significados e valores” ou como “modos de vida”?! como essas definições se relacionam com sociedade e economia? Até o século XVIII, o referido conceito era um processo objetivo, relacionado com o cultivo de alguma coisa, animais ou mentes. E. P. Thompson (1998) destaca que, naquele período, as pressões pela reformulação do conceito de cultura provocaram uma cisão entre a cultura patriciana e a plebeia em toda a Europa. Nesse contexto, de acordo com Williams (1971), surgiu o “folclore”, à medida que as camadas superiores

investigavam a “pequena tradição” popular, registrando seus hábitos e ritos. Assim, o “costume” passou a ser visto como “antiguidade(s)”, um fragmento do passado.

Entretanto, também os conceitos vinculados, sociedade e economia, passaram por mudanças significativas principalmente nos séculos XVI e XVII, antes que o conceito de cultura se tornasse mais amplo e intrincado. Logo, de acordo Raymond Williams (1971) para compreender seus novos significados, é necessário também decifrar as transformações ocorridas nestes dois outros conceitos inseparáveis, sendo imprescindível a definição de civilização, que emergiu no século XVIII, no sentido de desenvolvimento do homem.

Inicialmente, o termo civilizar significava a integração dos homens em uma organização social, baseada nas palavras latinas *civis* e *civitas* e era vinculada a características de “ser ordenado, educado e cortês”. Noção que se ampliou nos conceitos de “sociedade civil”. Mas “civilização” passou a expressar dois sentidos historicamente integrados: um estado realizado de organização social em contraste com a barbárie, e um estado de desenvolvimento que implica progresso histórico. Sendo essa uma nova visão concebida da racionalidade histórica do iluminismo, que celebra uma condição de refinamento e ordem alcançada. (Williams, 1971).

Nesse sentido, desde o século XVIII surge uma tendência de declínio da identificação entre cultura e costume, sobressaindo-se o conceito de civilização em uma perspectiva evolucionista da história universal que culminava com a ideia do apogeu civilizacional da Europa. Em contrapartida, nesse mesmo período, a visão de civilização passou a ser questionada, por duas reações modernas: a ideia de cultura, que oferecia outra concepção de desenvolvimento humano, e a ideia de socialismo, que criticava a “civilização” e a “sociedade civil”, propondo alternativas a essas ideias fixas e realizadas, o que resultou em complexas interações entre conceitos antigos e modernos. (Williams, 1971).

Autores como Vico e Herder contribuíram significativamente para a evolução dos conceitos de cultura, associando-a ao desenvolvimento histórico da humanidade. A concepção de Herder, por exemplo, destaca a complexidade e variabilidade das forças que moldam as diferentes culturas, rejeitando a ideia de um desenvolvimento progressivo, evolucionista, unilinear que se encerra no apogeu da civilização europeia, defendendo a necessidade de reconhecer a diversidade cultural, isto é, as culturas. (Williams, 1971).

A partir do século XIX, o conceito de cultura passou a refletir um sentido de desenvolvimento interno, englobando práticas como artes, religião e valores simbólicos. Inicialmente separada da noção de sociedade, foi associada à “vida interior” e a ideias seculares como subjetividade, imaginação e individualidade. O aspecto religioso perdeu destaque, dando lugar a uma metafísica da subjetividade e da criatividade. Assim, o termo passou a ser visto

como expressão profunda do espírito humano, representada por formas como a artes e a literatura. Ainda que secularizada e liberalizada, manteve traços metafísicos ligados à imaginação, estética e criatividade, constituindo um novo sistema de valores. (Williams, 1971).

Não obstante, a cultura estava passando por outra transformação difícil de acompanhar, mas extremamente importante, transmutando-se em um conceito social, especialmente nos campos da Antropologia e Sociologia. De acordo com Stuart Hall (2016), tradicionalmente ela era definida como tudo de melhor que pudesse ser pensado e manifestado na sociedade, como por exemplo as obras literárias clássicas, pinturas, a música e a própria filosofia desenvolvida, denominada de alta cultura de determinada época. Contudo, conforme Williams (1971), passou a ser utilizada para se referir a tudo possa caracterizar “modos de vida” de uma coletividade, bem como para se referir aos valores compartilhados, isto é, o conjunto de práticas sociais de compartilhamentos de significados entre membros de uma sociedade.

Dessa maneira, observa-se a complexidade do conceito, que se apresenta em sua interpretação, como um processo tanto íntimo e especializado em áreas como a vida intelectual e as artes, quanto generalizado, abrangendo configurações de modos de vida. Assim, a noção de cultura desempenha também um papel crucial na definição de áreas como as artes, humanidades, ciências humanas e sociais, refletindo diferentes tendências que, apesar das tentativas de reconciliação, frequentemente se recusam mutuamente.

Em qualquer teoria cultural contemporânea a principal dificuldade cinge-se em saber se a cultura se encaixa na teoria das “artes e da vida intelectual” ou social, isto é, “modos de vida”. Apesar de considerar a cultura como um processo social dinâmico, essa abordagem foi delimitada a partir de um racionalismo antigo, que via o desenvolvimento social de forma linear e progressiva. Isso fez com que a cultura fosse tratada de maneira superficial e instrumental, em vez de ser vista como um “processo complexo e criativo que molda diferentes modos de vida” (Williams, 1971, 24). Abordagem simplista que manteve a separação entre cultura e vida social, alienou as discussões acerca de experiências complexas que vinculam vida interior (arte, imaginação) e vida social (trabalho, economia, sociedade), e, conseqüentemente, a visão potencial da cultura como um processo social profundo e diversificado não foi plenamente explorada, sendo na maioria das vezes substituída por uma visão restrita e universal.

Observa-se que tentar encontrar uma definição única para “cultura” é como tentar segurar água com uma peneira, pois não há uma definição precisa, definida, acabada, e pode se supor que jamais haverá, dada a dinâmica da vida social, considerando, ainda, todo o processo criativo do homem. Talvez, uma das concepções mais relevantes sobre o conceito de cultura, presente na literatura historiográfica, seja aquela que parte de uma perspectiva simbólica. Nessa

visão, cultura é compreendida como o conjunto de significados representados por símbolos, como gestos, linguagem e objetos, por meio dos quais os indivíduos se comunicam e compartilham experiências, ideias e crenças. Trata-se de uma abordagem que entende a cultura como um elemento essencial à condição humana, produzida a partir da vida social e manifestada em dimensões tanto materiais quanto simbólicas. (Thompson, 1995).

Nessa perspectiva, o trabalho da linguagem, estruturado literariamente, constitui e é constituída nesse imbricamento cultural entre a dimensão simbólica, criadora e imaginativa e a dimensão que representa aspectos dos modos de vida, modos esses que incluem economia, poder, política e construção de significados e sentidos sociais. Ou seja, linguagem e cultura estão ligadas intrinsecamente à definição de literatura.

Nessa mesma direção, assim como foi brevemente pontuado na introdução, destaca-se a importância do entendimento da literatura, não como um evento abstrato, que a considere apenas em função ou subproduto do trabalho coletivo, mas como um fenômeno cultural complexo, fixado em contextos sociais específicos em plena evolução ao longo da história, rejeitando visões simplistas e estáticas sobre a linguagem.

Considerando que a literatura é um universo vasto, cheio de nuances e significados que se transformam conforme quem a lê ou estuda. Ela não cabe em uma única definição, cada escritor, cada corrente de pensamento, traz sua própria maneira de entendê-la. E é justamente essa multiplicidade de perspectivas que revela o quão subjetiva e viva a literatura pode ser.

Dentre os grandes debates sobre ela, gira em torno da relação entre o que é real e o que é ficção. Embora muitas vezes a associemos ao mundo imaginário, a literatura também abarca textos baseados em fatos e, por outro lado, nem toda ficção é considerada literária. A literatura tem o poder de chocar, emocionar ou despertar reflexões não pelo tema em si, mas pela forma única como as palavras são costuradas. Ela quebra a linguagem comum, abrindo espaço para novos significados.

Críticos como Terry Eagleton (2006) argumentam que o que define a literatura não é a inventividade pura, mas um uso especial da linguagem. Até mesmo textos históricos ou científicos, por exemplo, podem ter traços literários, já que toda narrativa carrega a visão de quem a conta. Afinal, cada narrador interpreta o mundo à sua maneira, criando versões diferentes de uma mesma realidade.

Além disso, a literatura pode ter um papel social e histórico importante. Romances, por exemplo, misturam ficção com uma análise crítica do tempo e da sociedade em que foram escritos. Através de personagens, memórias e situações inventadas, mas muitas vezes inspiradas na realidade, eles ajudam a preservar histórias coletivas e a questionar normas e costumes.

Nesse sentido, a literatura não só reflete a vida, mas também nos ajuda a entendê-la mais profundamente.

A compreensão mais difundida tende a proteger uma visão tradicional de literatura, tratando-a como um conjunto fixo de obras escritas, reconhecidas por seu valor artístico e cultural. Essa visão, embora comum, acaba sendo bastante limitada, pois abstrai a literatura de seus contextos de produção e das experiências pessoais e coletivas que a atravessam. Ao simplificar esses aspectos, perde-se a riqueza de sentidos que envolve a literatura, e torna-se difícil entender como essa noção foi construída historicamente. Com isso, a literatura passa a ser vista como algo distante, quase intocável, o que dificulta reflexões mais críticas sobre seu papel na sociedade.

A abstração do conceito de literatura reflete sua natureza ideológica. A teoria literária permite compreender a literatura não apenas como uma experiência imediata da vida, mas como um processo formal de construção inserido num contexto linguístico e social. A redução desse processo e suas circunstâncias, ao igualar o conceito de literatura a uma experiência imediata da vida, é o que Raymond Williams (1971) denominou de efeito ideológico extraordinário, porque em certos casos, as experiências históricas vivenciadas em sociedade podem ser percebidas como menos particulares e imediatas do que as representadas na literatura.

A redução da literatura a uma vivência imediata ofusca o processo específico e prático de sua construção, desconsiderando sua complexidade. Essa perspectiva leva a entender a escrita não apenas como representação da vida, mas como a própria experiência de vivê-la, o que simplifica indevidamente o fenômeno literário. No entanto, tal visão levanta diversas questões, especialmente diante da diversidade de formas e gêneros presentes na história da literatura, como o mito, o romance, a ficção e a autobiografia, cada qual com suas particularidades. Essa multiplicidade revela a inadequação de se tratar a literatura como uma experiência unificada. Diante disso, torna-se necessário investigar as nuances que envolvem o conceito, analisando seu desenvolvimento histórico, suas influências e interpretações, a fim de compreender sua real natureza. (Williams, 1971).

Ainda de acordo com Williams (1971), o termo literatura em sua concepção moderna surgiu no século XVIII, mas somente no século XIX obteve pleno desenvolvimento. Contudo, as condições para o seu surgimento já vinham ocorrendo desde o Renascimento. A palavra começou a ser utilizada em inglês a partir do século XIV, possuindo como antecedentes o francês e o latim, com raízes em *littera*, do latim, que é uma letra do alfabeto. A literatura era vista como a capacidade para a leitura e o *status* de ter lido.

Seu sentido aproximava-se da palavra inglesa *literacy* (que significa o estado de alfabetizado), que emergiu na linguagem no século XIX. Sua introdução se fez necessária à medida em que houve mudança de significado na palavra *literature*. O termo *literature* possuía como um de seus adjetivos a *literate* (que atualmente significa no inglês, alfabetizado). A palavra *literacy* surgiu no século XVI, com sentido de capacidade e experiência para a leitura, mas somente no século XVIII obteve seu moderno significado.

Literature, teria surgido da especialização da *retórica* e *gramática*, que eram por sua vez especializações de leitura, impressa, da palavra impressa e do livro, com tendências a se tornar mais geral que *poetry* ou ainda, do que a palavra *poesy* que se definiam como termos usuais para a construção “imaginativa”, mas *literature* somente tornou-se especializada a partir do século XVII, como criação métrica¹⁴, métrica escrita e impressa. *Literatura* não fazia parte de uma composição ativa, era mais vista como leitura do que como escrita. (Williams, 1971).

Até o século XVIII, a *literatura* era, principalmente, um conceito social generalizado que demonstrava um grau (mínimo) de realização educacional, sendo assim, aplicável apenas a uma minoria. Uma outra potencial definição de *literatura* se relacionada a livros impressos, que eram considerados os objetivos através dos quais essa realização educacional era manifestada e transmitida. (Williams, 1971).

No decorrer do século XVIII, a literatura passa a se referir especialmente a obras impressas de determinada qualidade, perdendo suas conexões tradicionais de capacidade e experiência. Sugiram, então, três inclinações complicadoras: uma de mudança de critério de conhecimento para gosto ou sensibilidade no que diz respeito à avaliação da qualidade literária; uma de especialização da literatura como obras criativas e de imaginação e; outra de desenvolvimento do conceito de tradição nacional, conduzindo em uma definição de uma literatura nacional. Essas tendências foram percebidas desde o Renascimento, mas foi no século XVIII e XIX que se tornaram mais evidentes, completando-se no século XX. (Williams, 1971).

A transição do critério conhecimento para gosto ou sensibilidade, fixou a fase final de desenvolvimento da literatura, de uma passagem de uma profissão erudita, que possuía suas bases sociais originárias na igreja e depois nas universidades, com as línguas clássicas como material comum, de modo que a literatura foi cada vez mais influenciada pela posição social, resultando em critérios mais gerais que se aplicavam para além do campo literário.

Na Inglaterra, o fortalecimento da classe burguesa consolidou conceitos como gosto e sensibilidade como elementos sociais unificadores, aplicáveis em diversas situações, desde o

¹⁴ Se refere ao estudo de padrões rítmicos e estruturais de poemas, versos ou textos poéticos.

comportamento público e privado até preferências como vinho ou poesia. O gosto literário, específico dessa classe, influenciou as respostas do público leitor e sustentou a produção literária. Porém, a valorização da sensibilidade revelou limitações, especialmente devido à separação entre sentimento e pensamento. (Williams, 1971).

A literatura como obra criativa ou imaginativa, faz parte de uma reação afirmativa, que enfatiza uma criatividade humana, anterior a outras formas sociais repressivas e mecanicistas do capitalismo, especialmente da sua fase industrial. Assim, diante da especialização do trabalho, da linguagem como simples transmissão de mensagens racionais ou informativas, das relações sociais pressionadas por uma ordem econômica e política, emerge, de forma desafiadora e libertadora a imaginação e a criatividade. (Williams, 1971).

Diversos conceitos relacionados à arte e à literatura evoluíram simultaneamente. A arte, antes vista como uma habilidade humana geral, passou a ser associada à imaginação e sensibilidade. Termos como estético ganharam um sentido artístico ligado ao “belo”. Conceitos como ficção e mito, antes considerados falsas histórias pela classe dominante, passaram a ser valorizados por sua verdade imaginativa. Romance e romântico também adquiriram novos sentidos, incorporando-se a esse processo. Assim, embora o significado amplo da literatura tenha sido mantido, surgiu uma definição mais especializada, centrada no imaginativo e no estético, deslocando o foco do gosto e da sensibilidade, que inicialmente refletiam condições sociais, para as qualidades próprias das obras artísticas. (Williams, 1971).

Persistia uma grande incerteza sobre se as qualidades mais distintas deveriam ser ligadas à dimensão imaginativa, que disponibilizava acesso a uma verdade tida como superior ou mais profunda do que a realidade científica, objetiva ou cotidiana, substituindo assim as projeções tradicionais da religião, ou se deveriam ser atribuídas à dimensão estética, que conferia a beleza da linguagem e do estilo.

No processo de especialização da literatura, diferentes escolas enfatizaram aspectos distintos, enquanto outras buscaram integrar elementos diversos, tentando aproximar verdade e beleza como valores equivalentes. Com o tempo, essas abordagens passaram a ser pressionadas e comparadas com outras formas de experiência mais abstratas e generalizadas, como a ciência e a sociedade, bem como com outros tipos de escrita, como a discursiva ou factual. Além disso, foram frequentemente contrastadas com grande parte da própria literatura, especialmente aquela considerada de baixa qualidade, popular ou pertencente à cultura de massa.

Logo, a categoria que antes parecia objetiva, abarcando todos os livros impressos e que possuía uma base de classe social como conhecimento culto e gosto e sensibilidade, tornou-se agora seletiva e auto definidora: nem toda ficção era considerada imaginativa, nem toda

literatura era reconhecida como Literatura. Desse modo, a crítica assumiu papel fundamental, tornando-se a única maneira de validar tal categoria especializada e seletiva. Essa circunstância resultou em uma discriminação entre grandes obras e obras menores, classificações de obras menores e exclusão das obras consideradas más ou desprezíveis, ao mesmo tempo em que promovia e comunicava valores considerados maiores. Assim, o que anteriormente era exigido para a arte e a imaginação criativa, agora era atribuído à crítica, não só como atividade, mas também como disciplina essencial humana.

O desenvolvimento da literatura teve como ponto de partida a ampliação do conceito de tradição. Desde o Renascimento, ganhava força a ideia de uma literatura de caráter nacional, que se beneficiou dos aspectos positivos do nacionalismo cultural e de suas realizações práticas. Esse movimento fortaleceu um sentimento de valorização e orgulho em relação à língua nativa, rompendo com a visão predominante antes do Renascimento, que dava prioridade às línguas clássicas.

A literatura nacional e a língua maior se estabeleceram como uma realidade. Mas no interior da literatura, foram redefinidas para se alinharem com valores literários seletivos e autodefinidos. A literatura nacional se desenvolveu de uma história para uma tradição, tornando-se uma seleção baseada em valores literários definidos pela crítica e que representavam os valores de uma nação. Sempre houve debates sobre o que deveria estar incluído ou excluído desta categoria.

Desde a segunda metade do século XIX, especialmente a partir dos estudos literários marxistas e dos estudos culturais ingleses, no século XX, a literatura tem sido compreendida e interpretada como uma categoria social e histórica especializada, destacando a sua importância como um conceito fundamental em uma cultura em determinado período histórico. Assim, a literatura é evidência significativa do desenvolvimento social da linguagem, que desempenha papel destaque e duradouro nas relações sociais e culturais específicas. (Williams, 1971).

Nesse prisma, compreende-se que a literatura não deve ser vista apenas como um conjunto de obras avaliadas por critérios estéticos fixos, mas como um fenômeno cultural dinâmico, que articula linguagem, imaginação e modos de vida historicamente situados. Assim, permanece como espaço de construção de experiências coletivas.

Neste trabalho, tomaremos *O Tronco* como uma obra que representa a cultura tanto como os modos de vida, quanto como manifestações simbólicas dos significados construídos imaginativamente pelo autor, o qual plasma nos personagens o “compartilhamento de valores”, práticas e experiências nos territórios sertanejos do antigo norte de Goiás, na antiga Vila do Duro, seus usos e suas trocas (seus costumes) de caráter econômico e moral.

2.3 Territórios simbólicos da literatura

As experiências representadas na obra *O Tronco* estão forjadas em territórios cujas paisagens imaginárias simbolizam os caminhos trilhados pelos sertanejos naquelas paragens e períodos. Nesse sentido, torna-se importante e necessário anotar algumas considerações a respeito de território, desterritorialização e reterritorialização, por se tratar de fenômenos sempre presentes em nosso cotidiano, no enredo do romance em estudo e no próprio pensamento inserto na obra.

De acordo com Stuart Elden (2013, apud Haesbaert, 2023) o termo remonta ao Império Romano, de modo que *territorium* dizia respeito ao espaço até onde a jurisdição dos núcleos urbanos alcançava, possuindo origem no contexto europeu, como uma expressão político-administrativa do Estado. No atual pensamento ocidental, adota-se a expressão em seu caráter funcional-estatal, que associa território à área soberana do Estado-Nação, onde seu sistema jurídico impera.

A palavra *territorium* tem origem etimológica associada tanto à terra, um espaço concreto, quanto ao verbo *terrere*, que significa amedrontar. Assim, o território carrega duplo sentido: material, de controle de fluxos, e simbólico, ao gerar sentimentos de segurança para quem está dentro e medo para quem está fora. Gilles Deleuze e Félix Guattari exploram essa dimensão funcional e expressiva do território, ligada ao conceito de desterritorialização. (Haesbaert, 2023).

Fato é que a polissemia do território denota sua amplitude conceitual em diversas áreas da especialidade humana, cada qual com seu enfoque:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto "força produtiva"); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do "neotribalismo" contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (Haesbaert, 2006, p. 37).

No caso deste trabalho, nosso esforço é apresentar algumas noções de território consideradas mais amplas, tratadas por Deleuze e Guattari (que concebem o território como um dos principais conceitos da Filosofia), a partir de Rogério Haesbaert, sem a pretensão de esvaziar o assunto ou mesmo a impossível missão de esmiuçar sua(s) obra(s).

A importância das conceituações trazidas pelos autores transcende a Filosofia e vai se espalhando para outras áreas, a exemplo da Geografia, História, ou mesmo da Geo-História, revelando suas potencialidades. “Dessa forma, quando discutimos a desterritorialização, para além do debate filosófico estamos, direta ou indiretamente, balizados por problemas e questões concretas” (Haesbaert; Bruce, 2002, p. 1).

Nesse sentido, ao problematizar as categorias de território, desterritorialização, reterritorialização, agenciamento, *devir*, dentre outros, os autores “não se referem a um exemplo etnográfico específico. Suas reflexões são direcionadas para a construção de um arcabouço conceitual que diz respeito à produção da existência nos mais diversos contextos”. (Saraiva, 2012, p. 25). Em vista disso, Sueli Rolnik e Félix Guattari enfatizam:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Guattari e Rolnik, 1986, p. 323).

Segundo esses autores o território tanto pode ser um espaço vivido, quanto um sistema simbólico-cultural que moldaria comportamentos e valores sociais, estéticos ou cognitivos, influenciando as formas pelas quais os sujeitos se auto representariam em determinada realidade. Por sua vez, Deleuze e Guattari nos propõe pensar a desterritorialização e reterritorialização como processos que ocorrem simultaneamente e que são imprescindíveis para compreender as práticas humanas e a própria agência no território. A partir daí surgem dúvidas quanto aos modos de construção e destruição (seus elementos e agenciamentos, suas decomposições), fuga/abandono e rearranjo em novos territórios humanos, em um jogo marcado pela perenidade e pela (im)permanência.

Os autores elaboram seus pensamentos a partir do *rizoma* e das multiplicidades. Concebendo o rizoma como forma de pensamento que contrasta a organização linear, a hierarquia e a centralidade, trata-se de uma oposição ao pensamento de árvore¹⁵, de raiz. No rizoma, não há um ponto de partida ou um centro que organiza tudo ao redor, devendo ser visto como rede, no qual qualquer ponto pode se conectar a outro, sem seguir um padrão. O conceito

¹⁵ “A árvore remete-se a centros de poder, a hierarquia, estruturas e relações binárias e biunívocas. [...] Instituições e aparelhos do poder como o Estado, a escola e a fábrica também se organizam de forma arborescente.” (Haesbaert, 2011, p. 114).

abre caminho para as multiplicidades de relações e conexões como sistemas abertos e fluidos, em sentido contrário às entidades fixas, centrais e estáveis, muito embora possam coexistir de forma complementar.

Nesse pensamento, os *agenciamentos*¹⁶ são forças, elementos, pessoas, animais, natureza e objetos que se conectam de forma casual, temporária e dinâmica. São, portanto, configurações provisórias de elementos heterogêneos que se interligam e geram efeitos. É “a força motora da ação dos "sujeitos ".”. (Saraiva, 2012, p. 25). Enquanto o *devenir* diz respeito à dinâmica contínua de transformação, que possibilita a elaboração de novas formas de pensar e agir, abrindo caminho para a criação de novas subjetividades e territórios. O *devenir* seria elemento dos desejos, sem jamais atingir um ponto final, uma forma definitiva ou estável.

Desse ponto de vista, a construção do processo de territorialização depende das redes relacionais entre os sujeitos, situações e coisas, à medida que os agenciamentos individuais e coletivos, assim como o *devenir*, constroem novos arranjos e novos territórios. Tratando-se do sentido mais amplo de território, Günzel, inspirado por Deleuze e Guattari, o define como ambiente de um grupo que não pode ser identificado de forma fixa, mas é formado por padrões de interação que garantem estabilidade e localização ao grupo. (Haesbaert; Bruce, 2002).

O conceito também pode ser compreendido a partir de uma perspectiva individual, em que os hábitos de uma pessoa, no ambiente social, se configuram como territórios próprios, a partir dos quais ela age e se orienta. Essa abordagem psicológica é tão abrangente que atravessa todas as dimensões do território, etológica, psicológica, sociológica, geográfica e simbólica (Haesbaert; Bruce, 2022).

O território é agenciamento e ao mesmo tempo se forma dele(s). Tudo que pode ser agenciado também pode ser des-reterritorializado. Assim, levando-se em conta que o território possui sua gênese no agenciamento, deve-se ter em mente que este são de duas categorias: agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos, expressões que são assim explicadas por Rogério Haesbaert e Glauco Bruce:

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade. Aqui é importante lembrar [...] não é possível ver o corpo social fora do corpo da Natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidades. O agenciamento maquínico de corpos é essa relação que se constrói entre os corpos: [...]. Um outro exemplo citado pelos autores e que nos ajuda a pensar este agenciamento é o

¹⁶ Não podemos confundir *agenciamento* com *comportamento*, porque ele é mais amplo do que simples ações observáveis de um ser ou grupo em determinado ambiente. O agenciamento inclui as conexões, relações e interações que produzem realidades e identidades, indo além da noção de comportamento como uma resposta direta a estímulos do meio.

agenciamento feudal "Considerar-se-ão as misturas de corpos que definem a feudalidade o corpo da terra e o corpo social, os corpos do suserano (sic), do vassalo e do servo, o corpo do cavaleiro e do cavalo (...) é tudo um agenciamento maquínico". Os agenciamentos coletivos de enunciação, por outro lado, remetem aos enunciados, a um "regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua". Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois a sua produção só pode se efetivar no próprio socius, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos (como os brasões, por exemplo). (Deleuze; Guattari, 1995b, p. 30-32, *apud* Haesbaert; Bruce, 2002, p. 7).

Dessa maneira, os agenciamentos maquínicos de corpos são interações e relações entre corpos humanos, animais e cósmicos, não havendo uma separação entre o corpo social e natural, pois ambos fazem parte de uma única multiplicidade conectada, já os agenciamentos coletivos de enunciação dizem respeito à forma como a linguagem e os símbolos são produzidos e empregados por um grupo, envolvendo um conjunto de signos compartilhados.

Na obra em análise, observam-se agenciamentos de natureza maquínica, envolvendo os corpos, os elementos da própria natureza, como animais e plantas, e até mesmo os personagens da narrativa, que se des(re)territorializam em função dos jogos sociais. Também se fazem presentes agenciamentos de enunciação, à medida que os signos compartilhados participam da construção de sentidos e da organização dos significados que estruturam a trama literária.

Cada agenciamento possui sua forma, de modo que um não se reduz no outro, não há oposição ou posição hierárquica entre eles, mas sim relações recíprocas de influências mútuas, através de movimentos dinâmicos e interdependentes por meio dos quais se perpassam, é assim que se constitui um território, onde os pensamentos e desejos estão sempre presentes. É nessa multiplicidade em constante atravessamento que ele se forma. No interior do território, dois outros processos se fazem presentes de forma inafastável, indissociável e simultânea: a desterritorialização e a reterritorialização:

(...) a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, "é a operação da linha de fuga" e a reterritorialização é o movimento de construção do território; no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. (Deleuze; Guattari, 1997, p. 224 *apud* Haesbaert; Bruce, 2002, p. 8).

Esses processos são da ordem de infindáveis reorganizações da subjetividade¹⁷ em novos contextos, cuja intensidade se manifesta na desterritorialização relativa e a

¹⁷ Essa subjetividade se molda conforme o indivíduo ou o grupo abandona um conjunto de relações (território) e cria novas conexões e significados em outro território.

desterritorialização absoluta, através de relações verticalizadas, em que “o menos desterritorializado sempre precipita a desterritorialização do mais desterritorializante, que reage mais ainda sobre ele”. (Deleuze; Guattari, 1997, p. 96). Em *O Tronco*, a construção da trama reorganiza as subjetividades a partir das fraturas provocadas pelas lutas sociais e políticas que evocam os processos de des(re)territorialização.

A desterritorialização relativa está ligada ao *socius*, ou seja, ao abandono de territórios criados nas sociedades, enquanto a desterritorialização absoluta se refere ao pensamento e à criação. Esses processos se interrelacionam, se atravessam e em seguida se reterritorializam, “se inscrevem na própria terra” (Haesbaert; Bruce, 2002, p. 8). Sendo a terra, elemento do cosmo, fundamento do contínuo fluxo de agenciamentos.

Os autores Deleuze e Guattari, em *O Anti-Édipo*, tratam da desterritorialização relativa ligada a criação do Estado e à dinâmica do capitalismo, que por sua vez operam por meio da desterritorialização e sobrecodificação, ao contrário das sociedades pré-capitalistas que são territoriais e apresentavam relações diferentes com a terra. Essa distinção é assim destacada:

a máquina primitiva subdivide o povo, mas o faz sobre uma terra indivisível onde se inscrevem as relações conectivas, disjuntivas e conjuntivas de cada segmento com os outros (por exemplo, a coexistência ou a complementaridade que há entre o chefe de segmento e o protetor da terra). Quando a divisão incide sobre a própria terra devido a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não se pode ver nisso uma promoção da territorialidade, mas, ao contrário, o efeito do primeiro [171] grande movimento de desterritorialização sobre as comunidades primitivas. (Deleuze; Guattari, 2010, p. 194).

Assim, enquanto nas sociedades tradicionais a terra era vista como sagrada e essencial, formando um todo com o homem, nas sociedades modernas, ela passa a ser um mero meio (e não um fim em si mesma) para as relações sociais, o Estado se torna o fim último. Neste contexto, tanto o Estado quanto o capital empregam fortes, violentos e esmagadores processos de desterritorialização em face da sociedade moderna.

O Estado, embora fixe o homem à terra, o faz de maneira despótica através de novos agenciamentos, sobrecodificando as relações. Essa “sobrecodificação é precisamente a operação que constitui a essência do Estado, que mede ao mesmo tempo sua continuidade e sua ruptura com as antigas formações” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 264), transformando/guiando os fluxos do(s) desejo(s), nos próprios desejos do soberano. “É a sobrecodificação que destitui a terra em proveito do corpo pleno desterritorializado e que, sobre este corpo pleno, torna infinito o movimento da dívida”. (Deleuze; Guattari, 2010, 264).

Nas palavras de Rogério Haesbaert:

(...) o Estado se constitui pela desterritorialização das comunidades pré-capitalistas, destruindo seus agenciamentos, seus territórios e substitui o princípio da imanência (a terra como corpo pleno onde as sociedades pré-capitalistas vão se territorializar) pelo princípio da transcendência, onde o Déspota Divino assume todos os princípios de organização do *socius*. A territorialidade do Estado se faz neste processo de desterritorialização (dentro da proposição do primeiro teorema). O Estado se reterritorializa no processo de sobrecodificação. Dessa forma, o Estado constrói novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíam as sociedades pré-capitalistas, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação. (Haesbaert; Bruce, 2002, p. 12).

Obviamente o Estado não é o único vetor de desterritorialização (embora seja um dos principais). A própria vida é uma constante mudança de territórios, é chegada, partida, abandono, fuga e expulsão. É também a criação de novos territórios, que logo serão destruídos. Vivenciamos a sobreposição do outro(s), e nós, se sobrepomos ao(s) outro(s). Expulsamos e ao mesmo tempo somos expulsos, mas nenhum território permanece intocado, há agência, há agenciamento.

Esses agenciamentos, no caso específico do romance de Bernardo Élis, são formulados como enunciados que elaboram literariamente os vetores políticos da desterritorialização, os quais são mobilizados historicamente pelo Estado e imaginativamente como linguagem de expulsão dos sertanejos do território. Portanto, a noção de território aqui tratada excede o organismo e o meio, e a relação entre ambos, por isso, os agenciamentos ultrapassam o simples comportamento, da mesma forma que o território não pode ser reduzido apenas ao ambiente físico ou às características biológicas de um ser, e nem à simples interação entre esses dois elementos.

Assim, território é algo mais complexo, porque envolve tanto o espaço físico quanto os padrões de comportamento, as interações sociais, se constituindo em processos simbólicos que vão além do que se pode observar. É todo um conjunto de agenciamentos, conexões, relações e interações que produzem realidades e identidades, desterritorializando e reterritorializando em um movimento sem fim, nesse caso os sertanejos representados por Bernardo Élis.

Nesse sentido, *O Tronco* (e o sertão) é intrinsecamente constituído como/por território(s) simbólico(s), territorialidades, que resultam das ações conduzidas por seus próprios atores, aí presentes: coronéis, jagunços, mulheres, crianças e outros personagens, que através das mais diversas relações, formam os elementos culturais dessa territorialidade. É através dessas práticas relacionais representadas no romance, que os sertanejos territorializam o antigo norte goiano, de modo que cada personagem representado se preocupou em definir as atuações que mais consideram legítimas para às suas (sobre)vivências, resistências e lutas.

3 BERNARDO ÉLIS: CAMINHOS POR GOIÁS E PELO MUNDO

*Ele mesmo bem simples:
alto, vistoso como os campos dos gerais.
Corpo de substâncias vivas de seu povo.
Sua água. Seu barro.
Sombra recortada dos buritis.*

*Nasceu do silêncio dos chapadões de Goiás,
ao lado do sofrimento caboclo,
mas com visões de liberdade:
André Louco, Nhola dos Anjos. Ontem, como
hoje, como
amanhã,
como depois, O Tronco. Rosa.
Das Enxada nos trouxe amarga centelha.*

*Bernardo: rio Corumbá, rio Tocantins
escorrendo amoroso pelos Veranicos de
Janeiro:
Garça. Ave. Águia. Pedra. Paisagem
endurecida.
Longas sombras da noite
nos vazios da vida.*

*Bernardo Élis:
Feito de raízes, chuva, uivo de bichos do mato,
lua, vento, gritos, sangue, serpente goiana,
tendo na palavra a arma de combate.
(Miguel Jorge, 1979).*

Nesse capítulo nos propomos a compreender algumas das relações entre o autor, a época histórica e a obra, no caso o romance *O Tronco*. Para entender Bernardo Élis e sua(s) obra(s) literária(s) é imprescindível conhecer, ainda que brevemente, o próprio escritor e suas experiências, suas vivências, que foram associadas, desde sua gênese, aos seus escritos, justamente porque toda narrativa embora encontre suas bases em um ponto de vista, é também carregada de psiquê, inseparável do narrador, envolto às estruturas de sentimentos no qual estava imerso.

Desse ponto de vista, os (des)encontros entre essas dimensões: autor, época, obra, evoca as relações entre vida e literatura:

O que realmente se modifica é alguma coisa bastante geral, numa ampla gama, e a descrição que com frequência melhor se aplica a essa transformação é o termo literário “estilo”. É uma modificação geral, e não uma série de escolhas deliberadas, e não obstante se podem fazer escolhas nela, bem como se podem escolher efeitos. [...] Tais

modificações podem ser definidas como modificações nas estruturas de sentimento. O termo é difícil, mas “sentimento” é de “visão de mundo” ou “ideologia” [diz respeito] a significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente. [...] Falamos de elementos característicos do impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal qual como sentido e sentimento tal qual como pensado. [...] Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. (Williams, 1971, p. 133-134).

O que Williams denomina como estruturas de sentimentos é uma noção diretamente relacionada com as formas e os modos pelos quais as pessoas elaboraram suas experiências em termos práticos e afetivos e, principalmente, como essas elaborações reverberam tanto em suas vivências, quanto em suas compreensões sobre as mesmas. Ou seja, as estruturas de sentimentos/sentidos constroem os valores e significados que permeiam toda a produção: material, intelectual e artística, de uma dada época. Nessa perspectiva, na obra *O Tronco* estão representadas as estruturas de sentido e sentimento que entrecruzam a vida e as experiências de Bernardo Élis, bem como o contexto coronelístico da época.

As estruturas de sentimento, portanto, compõem uma dinâmica interna fundamental para a formação das consciências práticas dos indivíduos, sendo frequentemente incorporadas pelos escritores em suas obras. Nesse sentido, o romance em análise reflete a influência das instituições e das formações sociais de sua época, tanto na construção da trama quanto na configuração espacial das personagens. A linguagem e os signos que compõem o enredo revelam, por um lado, a lógica interna e o estilo do autor, e, por outro, uma dimensão externa que evidencia as conexões entre a ficção literária e os acontecimentos históricos.

É justamente nessa articulação entre expressão estética e contexto histórico que o enredo construído por Bernardo Élis adquire densidade ética e cultural. Ao refletir os valores do autor e os condicionamentos sociais de sua época, a narrativa ultrapassa o plano ficcional e se insere de maneira crítica e significativa na cena literária goiana. Assim, para compreendermos os modos e formas pelas quais as dimensões da cultura, que envolve as articulações entre linguagens e significados, e do território, em sua formação político-social, é importante conhecermos as relações entre as experiências do autor e a historicidade da época.

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado foi um escritor goiano com destaque na chamada literatura regional, e por que não dizer da literatura brasileira?! Nasceu em Corumbá de Goiás, em 15 de novembro de 1915, Filho do comerciante e poeta Érico José Curado (1880-1961) e de Marieta Fleury de Campos Curado (1895-1990), que foi professora por um tempo e posteriormente se dedicou às atividades do lar e à costura, cumprindo fielmente “seu papel” de mulher, pertencente à sociedade patriarcal da República Velha.

Seu pai, que também nasceu em Corumbá-GO, foi professor e um dos precursores do romance no universo ficcional, “fazia poesias, conhecia livros importantes do tempo, tanto nacionais como estrangeiros [...] assinava jornais do Rio de Janeiro, especialmente o *Jornal do Commercio* e *A Gazeta de Notícias*” (Élis, 1989, p. 17), foi com ele que Bernardo Élis aprendeu as primeiras letras. Já sua mãe, oriunda de Pirenópolis, “gostava de costuras e bordados, dedicando parte de seu tempo a costurar de ganho para as principais pessoas da cidade, na maioria parentes”. (Élis, 1974, p. 289).

Figura 1 – Desenho em bico-de-pena do escritor Bernardo Élis



Fonte: Élis, Bernardo. *O Tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

Há quem sustente que a “alfabetização de Bernardo Élis coube à sua mãe, porém, o apreço pela literatura provém do pai, um poeta aprendiz admirador de Olavo Bilac e da estética parnasiana.” (Neto, 2010, p. 20). Fato é que a formação inicial do escritor se deu através dos livros do seu pai e das revistas que este assinava. Além disso, seu tio André, que morava na então capital do país - Rio de Janeiro, costuma lhe enviar novidades da literatura brasileira e internacional.

Os Fleurys-Curados¹⁸ eram uma família tradicional goianas descendentes de bandeirantes:

Os Fleurys-Curados são uma velha família da classe média urbana: ou são comerciantes, ou são funcionários públicos, dando preferência ao derradeiro. Entraram em Goiás com Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, pois descendem de Inácio Dias Pais, sargento-mor, casado com Joana de Gusmão, segunda filha do Anhanguera. Fleury-Curado é em geral pobre, mas, se é fazendeiro, aí é mais pobre ainda. (Élis, 1974, p. 289-290).

Apesar de ter nascido em uma família reconhecida, o autor não teve ao longo de sua infância e adolescência uma vida abundante, mas sim, marcada pela escassez de recursos. Além da delicada questão econômica, sentia o peso de ser integrante da tradicional família dos Fleurys-Curados:

Se não havia riqueza, havia, entretanto, a necessidade de preservar um certo *status*, que tantos aborrecimentos causou ao autor, conferido pelo nome de família. Mas pertencer a essa família tradicional não significava apenas carregar um pesado fardo: deve-se a ela, por outro lado, a abertura para o mundo para além daquele insofrito cotidiano da pequena vila e, mais ainda, o convívio desde tenra idade com a literatura. Seguramente eram raríssimos os que se dedicavam à poesia naqueles sertões, como seu pai, ou que fizessem questão de se vestir bem, como sua mãe. (Frederico, 1997, p. 11).

O próprio Bernardo Élis discorreu acerca dessas condições econômicas e sociais nas quais sua família se encontrava:

Nossa vida, portanto, era pautada na mais estrita economia, onde, desde a comida até o querosene para iluminação, tudo era regado. Contudo, mantínhamos um certo *status* condigno com nossa condição de família tradicional e importante. Essa importância impedia-nos de trabalhar fora do comércio e da burocracia, obrigava-nos a ocultar a nossa miséria. (Élis, 1989, p. 22)

Em 1923 o autor passou a residir com o avô materno, na cidade de Goiás, então capital do Estado, se matriculando no grupo escolar. Posteriormente, em meados de 1924, volta a Corumbá, “com tempo bastante para assistir às marchas e contramarchas dos revoltosos de Prestes e dos legalistas, passando por Corumbá” (Élis, 1974, p. 290), onde continua os estudos com o seu pai, que embora fosse comerciante, não se sentia confortável como tal, em razão de seu gosto pela leitura e versos. (Curado, 2020).

¹⁸ “Os Fleury-Curado organizaram a primeira oligarquia que dominou as províncias de Goiás e Mato Grosso, com participação destacada no poder até 1930”. (Braga, 2015, p. 26).

3.1 Élis: escrita e formação política

Bernardo Élis escreveu seu primeiro conto aos doze anos de idade, influenciado nas obras de *Assombramento* (1898), do escritor Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916), um regionalista da época, autor de *Pelo Sertão*, na obra *Tropas e boiadas* (1917) de Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921) e na obra *Na cidade e na roça* (1924) de Pedro Adalberto Gomes de Oliveira (1883-1955). (Curado, 2020).

Em 1928, Bernardo viaja novamente para a casa do avô, lá ele ingressa no curso de ginásial no Liceu, no colégio vilaboense na cidade de Goiás, foi aí que ampliou suas leituras, especialmente de Machado de Assis, Eça de Queirós e de outros autores, quando adquiriu inspirações para o jornalismo e magistério. Era um leitor dedicado do jornal literário feminino intitulado *O lar*. (Curado, 2020).

No ano de 1936, inicia a vida pública como escrivão da Delegacia de Polícia em Anápolis, foi também escrivão do cartório do crime de Corumbá. Desde 1934 escrevia poesias para os jornais de Goiânia. Em 1939, na nova capital, foi nomeado secretário da Prefeitura Municipal, tendo exercido, por duas vezes, as funções de prefeito. Depois de dois anos de interrupção nos estudos, em 1940, concluiu o curso no Liceu de Goiânia, já em 1945 formou-se em Direito, tendo atuado como advogado nos foros de Goiânia, Anápolis, Inhumas e outras cidades circunvizinhas.

Seguindo seus sonhos, na tentativa de se destacar na carreira literária, mudou-se, em 1942, para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, levando consigo um livro de poesias e outro de contos, com o objetivo de publicação. Contudo, sem conseguir realizar seus objetivos, adoecido, o autor retorna a Goiás. Ele mesmo chegou a relatar esse acontecimento:

Em 1943 e 1944 estive no Rio de Janeiro durante alguns meses. Fui para ficar e já levava os originais de *Ermos e gerais*, acontece, porém, que peguei uma gripe forte e tive que chamar um meu primo estudante de medicina, para me tratar. Enquanto preparava a injeção, com um ar sibilino e trágico, o primo recitava:
 Em cada segundo morrem tantos tuberculosos no Rio;
 Em cada minuto morrem tantos tuberculosos no Rio;
 Em cada hora morrem tantos tuberculosos no Rio;
 Em cada dia morrem tantos tuberculosos no Rio;
 Em cada semana morrem tantos tuberculosos no Rio;
 Em cada mês morrem tantos tuberculosos no Rio;
 de tal maneira aquilo me calou na alma que no terceiro dia, ainda tossindo e espirrando, fiz minha mala, peguei o trem ali na Pedro II e vim esbarrar em Goiânia, com o firme propósito de jamais pensar em cidade grande. (Élis, 1974, p. 291).

Embora Bernardo Élis tenha destacado nessa explicação as mortes por tuberculose que presenciou na capital federal, é mais provável que a decepção por não ter conseguido publicar suas obras no Rio de Janeiro, tenha sido o motivo principal para que ele desistisse da vida na cidade grande. De qualquer forma, já em Goiânia-GO, em conjunto com Gerson de Castro Costa (1917-1992) e Zecchi Abrahão Bernardo funda a *Revista Oeste*, onde publicou o conto *Nhola dos Anjos e a cheia de Corumbá* (Curado, 2020). A revista teve circulação de julho de 1942 a dezembro de 1944, seu objetivo era dar maior destaque aos autores locais, bem como lançar novos autores literários. (Braga, 2015).

Entretanto, já na 2ª edição, alguns de seus componentes começaram a publicar elogios ao governo de Getúlio Vargas e seu aliado Pedro Ludovico, com a nítida intenção proselitista, o que culminou com embates entre seus membros, apesar disso, a revista era subordinada à Imprensa Oficial do Estado, razão pela qual manteve seu caráter dual até seu encerramento em 1944. (Braga, 2015).

Foi neste mesmo ano que Élis se casou com a poetisa Violeta Metran (1927-1996), que era membro da União Brasileira de Escritores (UBE) – seção Goiás e autora dos livros *Sempre setembro* e *Liège*, foi também nesse ano que publicou seu primeiro livro, *Ermos e Gerais*, com o qual obteve destaque no cenário nacional. (Curado, 2020).

De acordo com Ercília Macedo:

“Ermos e Gerais” (1ª edição publicada em 1944, e 2ª edição, 1959) com vinte contos, foi obra que teve repercussão nacional pela originalidade, pelo regionalismo e caráter essencialmente realista. Veio, então, adaptar Bernardo Élis à prosa, identificá-lo com o maior contista do Brasil Central. (Macedo, 1968, p. 22).

De acordo com Silva (2020) embora o livro apresentasse certas limitações, tal fato não impediu que grandes nomes da literatura da época, tecessem críticas positivas a seu respeito, a exemplo de Monteiro Lobato:

Acabei de ler Ermos e gerais e o livro está prejudicado pelo excesso de talento do autor. Como derrama!... Parece uma taça de champanha abruptamente cheia demais e que se derrama toda! Se você conseguir disciplinar, amansar o cavalo bravo do seu talento, e se admitir que um livro não é escrito para nós mesmos e sim para receptores espalhados por esse mundo afora e chamados “leitores”, teremos em Bernardo Élis o mais prodigioso escritor do Brasil Moderno, o primeiro grande manejador da imensa massa de dores, estupidez crassa e tragédia que é o imenso Brasil analfabeto do interior. Com esse material e o seu gênio, meu caro Élis, você opera em nossa literatura uma revolução ainda maior do que foi na Rússia o comunismo (Élis, 2000, p. 144)

Em 1945, participou do Primeiro Congresso de Escritores de São Paulo, oportunidade em que conheceu vários escritores nacionais, dentre os quais Aurélio Buarque Holanda, Mário de Andrade e Monteiro Lobato. Ao retornar para Goiânia, criou a Associação Brasileira de Escritores, cuja presidência lhe foi atribuída por eleição. Trabalhou como professor da Escola Técnica Federal de Goiás, atual Instituto Federal de Goiás e no ensino público estadual e municipal. (Curado, 2020).

Bernardo Élis “foi cofundador, vice-diretor e professor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás, sendo ainda professor de Literatura na Universidade Católica de Goiás” (ÉLIS, 1987 v. I p. x apud Costa, 2013, p. 28), e em cursos preparatórios para vestibular. O autor cooperou para os órgãos culturais presentes no Brasil central, participou de inúmeros congressos de escritores em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Goiânia, além de ter promovido o I Congresso de Literatura em Goiás, em 1953.

Entre os anos de 1970 e 1978 exerceu as funções de Assessor Cultural adjunto ao Escritório de Representação do Estado de Goiás, no Rio de Janeiro, reassumiu o cargo de professor na Universidade Federal de Goiás, do qual havia sido exonerado em 1964 em razão do Golpe de Estado. Nos anos de 1978 a 1985 foi Diretor, em Brasília, do Instituto Nacional do Livro vinculado ao MEC. Após o divórcio com sua primeira esposa, Bernardo Élis casou-se novamente, em 1981, dessa vez com sua prima, a escritora e artista plástica Maria Carmelita Fleury Curado. Já em 1986, foi nomeado para o Conselho Federal de Cultura, fazendo parte do órgão até sua extinção em 1989.

O escritor obteve reconhecimento dentro e fora de seu país, tendo sido inclusive homenageado “pelo Presidente José Sarney com a insígnia e o diploma da Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial” (ÉLIS, 1987 v. I p. XI apud Costa, 2013, p. 29). Recebeu, ainda, inúmeros Prêmios literários:

Prêmio José Lins do Rego (1965) e Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (1966), pelo livro de contos Veranico de janeiro; Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, por Caminhos e descaminhos; Prêmio Sesquicentenário da Independência, pelo estudo Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional (1972). (Silva, 2021, p.3).

Bernardo Élis é autor de inúmeras obras, sendo as principais: Ermos e Gerais, conto (1944); Primeira chuva, poesia (1955); A terra e as carabinas, conto (1951); O Tronco, romance (1956); Caminhos e descaminhos, conto (1965); Veranico de Janeiro, conto (1966); Caminhos dos gerais, conto (1975); André Louco, conto (1978); Os enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil, conto (1980); Apenas um violão, conto (1984); Jeca-Jica-Jica Jeca, crônica (1986),

Marechal Xavier Curado, Criador do Exército Nacional, ensaio (1973); Vila-Boa de Goiás, ensaio (1978); Goiás em sol maior: estudos de história, sociologia e literatura sobre Goiás, ensaio (1985); e Chegou o governador, romance (1987).

Em 23 de outubro de 1975, concorrendo com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, foi eleito o quarto membro, da cadeira nº 1 (um), da Academia Brasileira de Letras, sucedendo Ivan Lins, recepcionado pelo acadêmico Aurélio Buarque de Holanda, tendo sido o primeiro e até hoje o único goiano eleito para a Casa de Machado de Assis. Em seu discurso de posse, registrou:

Neste momento, quando o primeiro goiano chega a esta Academia, refletindo a alegria que vai na satisfação de meus coestaduanos, eu também não consigo disfarçar minha emoção. Não consigo nem quero abafar as recordações que vêm ao meu peito, especialmente as lembranças de Goiás, a Vila Boa dos Bandeirantes, onde estudei e formei meu espírito, onde fiz as grandes amizades de minha juventude. Goiás foi, na verdade, semente e berço da cultura da dilatada pátria que é o Oeste [...] nem tudo ainda são flores, mas a vida, que se renova, lá vai construindo um mundo melhor, em meio dos sofrimentos e das alegrias de cada momento [...]. Com orgulho, sincero orgulho sertanejo, recebo a honra de poder gozar do fino e culto convívio desta sociedade. Sem a menor ilusão, serei o mais humilde de vossos companheiros [...] A vós todos, que me ouvistes, meu muito obrigado. (ÉLIS, 1987, v. V Discursos p.15-27 apud Costa, 2013, p. 24).

Bernardo Élis registrou em suas obras as preocupações que tomavam conta de si, narrando situações e circunstâncias vivenciadas pelo povo goiano, que inclusive o levaram a ingressar no Partido Comunista (PCB), antes mesmo da publicação de seus contos, justificando:

O que me levou a entrar para as esquerdas, participar do Partido, foi essa perspectiva de um mundo melhor [...] No caso de Goiás, nós atrasados de vários séculos, sem nenhuma condição de melhoria, abandonados aqui [...] nós tomamos essa deliberação e entramos de corpo e alma nessa luta [...] Nós passamos por uma série de percalços, de insucessos, mas o fundamental que era esse progresso, eu acho que nós conseguimos e avançamos por ele [...] O que me levou a optar pelas esquerdas, pelo regime socialista, era essa perspectiva de melhoria do ser humano [...] o caminho que nos apresentava mais viável era o socialismo [...] o povo não protestava, não enxergava isso [...] então nós achávamos que nós tínhamos que emocionar este povo, nós tínhamos que balançar essa gente, despertar nela consciência em torno desse problema e de fato isso nós conseguimos, apesar de uma luta muito árdua, mas o PCB-GO teve essa grande virtude [...] fazer com que se conscientizasse de que tinha direito à liberdade, a uma vida melhor, a ganhar dinheiro [...] então esse fato, essa inquietação, essa aspiração por um coisa melhor, foi o PC que pregou aqui... [...] eu achava que o socialismo tomaria o poder num prazo de 10, 15, 20 anos [...] eu achava que a solução era essa aí, e lutava por ela de unhas e dentes. (Dayrell, 1984, p. 500-501-502).

O engajamento do autor torna evidente sua posição política, mostrando a sintonia da sua escrita com as lutas sociais que atravessam o seu tempo, contra a ditadura de Getúlio Vargas.

Neste período, Bernardo Élis e outros escritores adeptos das ideias comunistas seguiam a política cultural traçada pelo partido:

As leituras que empreendeu nesse período - Ilya Ehrenburg (*A Tempestade*), Bóris Polevói (*Um Homem de Verdade*), Nicolai Ostrovsky (*Assim Foi Temperado o Aço*) e outras - faziam parte da Coleção “*Romances do Povo*”, dirigida por Jorge Amado e publicada pelo edital do Partido, a Editorial Vitória. Tratava-se da política cultural traçada pelo partido para sobretudo a partir das idéias de seu teórico principal, A. Zhdavov, e do escritor Máximo Górkí – sob o controle de Stálin –, que definiam como devia ser uma obra verdadeiramente revolucionária. (Frederico, 1997, p. 11).

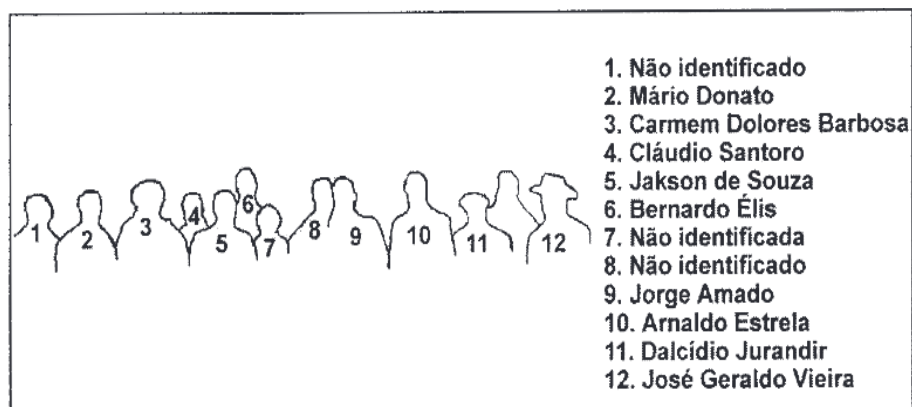
A militância enquanto intelectual do Partido Comunista possibilitou a Bernardo conhecer, com maior profundidade, as pessoas mais simples, já que por diversas vezes precisou estar no campo em contato com trabalhadores rurais, buscando entender suas realidades, era aí que ocorriam os encontros epistêmicos¹⁹ e foram justamente essas pessoas que serviram de inspiração para os personagens narrados em suas obras, a paisagem rural e o contexto social no qual as ações se desenvolvem. (Frederico, 1997).

Figura 2 – Grupo de intelectuais em visita a URSS



Grupo de intelectuais e artistas, em visita a URSS, na estação Maiakóvski do metropolitano de Moscou. 1952 [?].

¹⁹ Refere-se a interações no campo da pesquisa de História Oral que envolve diferentes "regimes de saber" e assuntos com conhecimentos diferentes. Esses encontros revelam a possibilidade de um diálogo em que ambos os lados (pesquisadores e participantes) são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento. No artigo *Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História Oral*, o Professor Dernival Venâncio, sugere que, ao interagir com esses sujeitos, o pesquisador é desafiado a reconsiderar sua própria posição epistemológica e os métodos tradicionais de pesquisa, promovendo uma relação interepistêmica, onde a história oral é vista não apenas como coleta de dados, mas como um espaço de formação e transformação para o próprio pesquisador.



Fonte: Élis, Bernardo. *A vida são as sobras*. 1989. Acervo CEDAE.

O trabalho do autor não se resumia em constituir retratos da realidade, mas essencialmente, “compreender o processo de desumanização (“André Louco”) e reificação (“A enxada”) desenvolvidos pelo capitalismo, mais selvagem ainda naquela região, porque aliava a ganância de poucos à ignorância [...] de muitos”. (Frederico, 1997, p. 12).

As consequências das posições políticas e ideológicas do autor se fizeram sentir principalmente no final da década de 60, quando os operadores da ditadura militar, passaram a persegui-lo, obrigando-o a abandonar o magistério, e o impedindo de publicar em jornais. Em 1978, o autor foi censurado, sendo proibido de exibir o programa *Caso Especial*, da Rede Globo, que era baseado no seu conto *A enxada* (Marchezan, 2005).

A perseguição imposta a Bernardo Élis era tamanha que foi impedido pelo governo militar de exercer o seu *munus*, isto é, lecionar, advogar, escrever e publicar, período em que ele e sua família passaram a viver com poucos recursos financeiros e mesmo após a anistia, o escritor não chegou a recompor sua condição econômica, contando com a ajuda de amigos para que pudesse suprir muitos de seus gastos. (Braga, 2020).

Esses foram alguns dos motivos que o fizeram ir para o Rio de Janeiro e em seguida ingressar na Academia Brasileira de Letras, fato este, que, na sua opinião, lhe concedeu a proteção necessária, frente ao período de exceção no qual o país se encontrava e as condições financeiras precárias pelas quais vinha passando. (Frederico, 1997).

A relação de militância do escritor com o Partido Comunista foi agitada e duradoura, porém ao final da década de 1950, Bernardo reavalia sua posição e conclui que a doutrina esquerdizante afastava sua literatura do povo, com quem mais desejava se comunicar:

no final da década de 1950, avaliaria que “o sectarismo esquerdizante estava isolando minha literatura do povo, que não compreendia nem aceitava os postulados pelos quais ela enveredava”. Para Élis, o Realismo Socialista revelou-se antirrevolucionário

e tradicionalista, gerando uma literatura pobre, despida de poesia. A partir desse momento, reorientaria sua escrita tendo em vista que “literatura é alguma ideia, mas é diversão, coisas engraçadas, sugestões de recordação, com algum jogo de palavras e situações. Sobretudo, literatura é sonho.” É provável que por essa mesma época Bernardo Élis tenha se distanciado do Partido Comunista; os registros biográficos e bibliográficos nos levam a crer que sua militância se estendeu até 1956. Após esse período, até pelo menos os anos 1990, Élis se tornou um simpatizante, que compartilhava de algumas informações, participava de eventos, partilhava da convivência de comunistas, mas que não fazia mais parte do quadro partidário – era um companheiro de rota. (Braga, 2020, p. 8-9).

As principais atividades do escritor no PCB-GO se deram no jornal *O Estado de Goyaz* onde o escritor atuou como reforço ao setor de cultura, sempre se identificando e se destacando como intelectual e como tal se candidatando ao cargo de deputado federal nas eleições de 1945, instante no qual se dedicou às atividades de campanha, participando de comícios, marchas, enfim participando de manifestações públicas. Apesar disso, Bernardo não foi eleito, ficando em quarto lugar dos candidatos comunistas mais votados. (Braga, 2020).

O autor é conhecido por vários críticos como o responsável pela introdução do Modernismo no Centro-oeste, ao destacar a oralidade, o desprezo pelos longos períodos, vocábulos raros; ao inserir o extraordinário, a partir de suas pesquisas quanto a cultura popular, combinado sua visão crítica da realidade social herdada da década de 30. (Frederico, 1997).

Ao revelar, através da literatura, acontecimentos sociais do interior de Goiás engendrado em uma conjuntura político, econômica e cultural específica, o escritor evidencia o seu caráter regionalista, chegando a afirmar:

Percebi que a literatura que me agrada refletia aspectos regionais... havia a literatura do Nordeste que refletia o Nordeste. Havia a da Bahia que refletia a Bahia. Do Sul, refletia. São Paulo, refletia. Goiás não tinha nada, a não ser o Hugo de Carvalho Ramos. Pensei então em fazer uma literatura que pudesse refletir a vida de Goiás (Élis, 1983, p. 6).

O escritor foi grande responsável por romper com o que havia de tradicional na literatura, sendo o precursor da inserção da cultura na escrita regionalista de Goiás, elaborando verdadeira (re)leitura/escrita do sertão goiano, desvelando aspectos de produção econômica rural, a produção espacial, as práticas culturais e configuração da paisagem de Goiás na primeira parte do século XX. (Braga, 2009).

Após lutar contra um câncer, Bernardo Élis se despede da vida, em 30 de novembro de 1997, aos 82 anos de idade, encerrando sua história como um dos maiores representantes da literatura goiana e brasileira, tendo sido sepultado no Mausoléu dos Imortais da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. (Curado, 2020).

3.2 O enredo do romance: a composição dos personagens em *O Tronco*

A obra em estudo foi publicada pela primeira vez em 1956 pela editora José Olympio, sendo o primeiro romance e quarta obra de Bernardo Élis, que lhe rendeu inúmeros elogios dos intelectuais de sua época. (Gonçalves, 2021).

De acordo com Nelly Alves de Almeida, o escritor Guimarães Rosa, chegou a comentar:

Gostei, imenso, de reler *O Tronco*, com a mesma viva admiração – de quem se entusiasma com coisa, coisa verdadeira, bela, palpitante, nova. [...] Ninguém, em país nenhum, nenhum tempo, parte alguma, escreveu coisa melhor. (Almeida, 1970, p. 212).

A obra narra de maneira ficcional o conflito violento ocorrido na Vila de São José do Duro, no antigo norte goiano (atual Dianópolis/TO), em meados dos anos de 1918 a 1919, que culminou no assassinato de nove membros da família Wolney e vários sertanejos locais (dentre os quais, jagunços, agregados, mulheres, crianças, etc., cujas mortes, em vários estudos, permanecem em segundo plano). Apesar disso, não se trata de livro historiográfico, mas um romance permeado de ficção.

Inicialmente, Bernardo Élis tinha a intenção de produzir um estudo sociológico, mas no entrelaçamento com as narrativas e personagens, optou por transformar seus estudos em literatura fictícia, possivelmente em razão do caráter ainda sensível e contemporâneo dos fatos abordados, carregados de uma elevada carga emocional:

O romance *O Tronco*, inicialmente, seria uma pesquisa sociológica sobre a região fronteiriça da Bahia, tanto em seu aspecto geográfico como social ou econômico-financeiro. Para isso colhi farto material, mas quando parti para entrevistas com pessoas moradoras ou ex-moradoras no lugar, pessoas que participaram diretamente das lutas, encontrei na narrativa delas uma carga emocional tão intensa, tão poderosa que meus intuítos científicos foram absorvidos pelo meu pendor de ficcionista. E fiz, do que era uma pesquisa científica, um romance. (Élis, 2000, p. 117-118).

Ao escolher o romance como forma de expressão, Élis encontrou um meio mais seguro de abordar temas espinhosos como a violência coronelista, a expulsão de populações e a corrupção das estruturas de poder, buscando escapar da censura e das represálias diretas que um texto analítico poderia provocar.

Além disso, ao recorrer à ficção, o autor assume uma postura de resistência simbólica, utilizando a literatura para denunciar as injustiças sociais, dar voz aos silenciados da história oficial e subverter a lógica dominante que historicamente protegeu os interesses dos poderosos.

Dessa forma, a narrativa literária torna-se um espaço de enfrentamento e reexistência, onde a memória e a crítica social se entrelaçam em forma de arte, conforme nota introdutória:

Tirantes os pormenores, os fatos centrais desta narrativa aconteceram realmente em Goiás. Os personagens, entretanto, tendo tudo de comum com o tipo social que representam, são fictícios. O autor não quis retratar ninguém, nem copiou de nenhum modelo vivo ou já falecido. Qualquer semelhança com pessoa viva ou morta é mera coincidência. (Élis, 1974, n.p.).

A ficção como estratégia narrativa, permitiu, ainda, que o autor dispusesse de ampla liberdade criativa, revelando e denunciando realidades sociais profundas. Sua obra, embora não documental, assume caráter crítico, ao expor as tensas relações sociais impostas pelas oligarquias agrárias vinculadas ao Estado de Goiás.

Através desse recurso literário, Bernardo Élis escancara o coronelismo, o jaguncismo, o sistema jurídico e eleitoral corrompido, bem como a espoliação dos sertanejos pobres que resistem à hostilidade do sertão goiano. Torna-se evidente a crítica contundente a opressão e a exploração das populações marginalizadas, além da denúncia das múltiplas formas de violência (físicas e simbólicas) que atravessam a condição histórico-social de seus personagens.

A concepção de sertão narrada por Bernardo Élis é aquele presente no imaginário social do século XX, ligado a uma visão de espaço distante, isolado e “atrasado” (Élis, 1974, p. 26), em relação ao litoral e aos centros urbanos do país. Frequentemente tratado na literatura como um “lugar pequeno” (Élis, 1974, p. 90), estacionado na “era patriarcal, em pleno período bíblico” (Élis, 1974, p. 86), “ermo e desolado” (Élis, 1974, p. 31), o “fim do mundo” (Élis, 1974, p. 73), o “cu do mundo” (Élis, 1974, p. 84). Ideia construída tanto por viajantes estrangeiros quanto por intelectuais e políticos brasileiros da época.

Trata-se de um lugar solapado pelo analfabetismo, corrupção, especialmente, nos sistemas de justiça e eleitoral, miséria, proliferação de doenças (malária, tuberculose): “comarca pobre, [...] com os filhos atrasados e brutos, as filhas empencadas de meninos catarrentos, anêmicos e malvestidos” (Élis, 1974, p. 90), exploração de trabalhadores em condições de semiescravidão e prostituição a custo de nada:

Pedro Melo Albuquerque possuía uma boa casa, construída por ele próprio, atijolada, cercada de altos muros crivados de cacos de vidro no topo. Melhor do que a do Coronel Pedro Melo, só mesmo a casa de sua cunhada Benedita Fernandes de Melo. Aquela segurança toda dos muros da casa do Coronel Pedro tinha por escopo prender a criadagem, descendente de antigos escravos, mantida ali no regime de escravidão. Viviam as criadas maltratadas, malvestidas, metidas de seco e verde no trabalho duro de rachar lenha, cozinhar, fazer queijo, requeijão, manteiga e sabão, refinar açúcar, fazer farinha, pilar arroz, desleitar as curraleiras, cuidar da casa, fiar e tecer algodão, lavar e passar roupa, fazer de tudo, no final das contas. Novinhas ainda, as “crias da

casa”, como eram chamadas as filhas desses criados, prostituíam-se com os patrões, com os parentes dos patrões, com os camaradas. O produto da prostituição, entretanto, raramente vingava. A serviceira era tanta que não dava tempo às mães de cuidar dos filhos. Esse pessoal não recebia qualquer pagamento: trabalhava a troco da comida, da cama e da roupa. Para comandar esse batalhão de escravos, estava ali a velha Aninha, a mulher do Coronel Pedro Melo Albuquerque. (Élis, 1974, p.32-33).

Assim, é o espaço geográfico que compõe o interior goiano, pouquíssimo povoado e “tão afastado” (Élis, 1974, p. 20), palco das mais trágicas históricas da humanidade, causadas, principalmente, por práticas coronelistas, pela miséria, o analfabetismo, e precárias condições de trabalho e sobrevivência, que acometia os sertanejos a quem Bernardo ofertou a obra “aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura” (Élis, 1974, n.p).

Essa localidade tem como fronteira política os estados da Bahia, Piauí e Maranhão e como cenário local, a Vila de São José do Duro, conforme mapa a seguir:

Figura 3 – Mapa da região das fronteiras Goiás-Maranhão Piauí e Bahia, região do conflito



ÉLIS, Bernardo. O Tronco. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003

Embora a abordagem seja ficcional e tenha como cenário principal a Vila do Duro, em Goiás, no século XX, os elementos retratados estendem-se a todo o sertão brasileiro da época em que a obra foi escrita, evidenciando o constante embate entre atraso, modernidade e progresso (Neto, 2010).

O romance representa a região explorando suas características geográficas, climáticas e orográficas: as veredas, os chapadões, os rios e as enchentes, o calor, a aridez, a vegetação seca ou renovada após as primeiras chuvas, o canto de pássaros e cigarras, e as serras baixas que se estendem até os horizontes. Descreve também as variações desses elementos ao longo dos meses de julho, outubro e dezembro:

O sertão é triste e feio em julho, as queimadas borrando o céu de fumaça, a vegetação já amarelecida, crestada pelo sol e pelo fogo, as árvores: despidas de suas folhas pelo rigor da seca. Pelos ermos e descampados o vento galopa seu febreiro bafado de morte, arrastando folhas secas, levantando a poeira fina, erguendo-a nos espaços em funis de redemoinhos. (Élis, 1974, p. 67).

Enquanto no mês de dezembro nos gerais de Goiás a chuva caía sem cessar:

E a chuva não cessava. Empós de uma pancada, quando esperavam estiagem, já se ouvia o estalo de outra corrimaça de água pela mata; e novamente a chuva caía como um lençol, fazendo o rio subir e gemer de cheio, com paus e sujeiras correndo pelo dorso empolado (ÉLIS, 1974, p.268).

Assim foram retratadas as peculiaridades do longínquo e indômito sertão goiano, sua geograficidade, nos quais o romancista expõe os caminhos percorridos por boiadeiros, tropeiros e jagunços, por onde milhares de reses eram tocadas léguas tiranas e onde os acordos políticos mais sórdidos eram selados.

Admitia-se também um sertão “belo e terrível” (Élis, 1974, p. 70), no qual erguiam-se por trás das “casinhas [...] tufos verdes de laranjeiras, abacateiros, jenipapeiros, bananeiras e outras plantações” (Élis, 1974, p. 9), e na “grotinha [...] a saparia iniciava a orquestra. O cururu velho roncava no papo que dava gosto, secundado do sapo-cachorro”. (Élis, 1974, p. 28). Um sertão que insiste em ser dúbio, calmo e turbulento, chuvoso e seco, belo e feio.

É nesses gerais, onde a liberdade tropeça em cercas e a vida se negocia como coisa, terras, animais, valores, homens, existências, que se constrói uma cultura própria, onde a figura do sertanejo ganha contornos ora rudes, ora heroicos: forte, ríspido, por vezes, vil. Sempre sobrevivente da violência sistêmica, do homem contra homem. Mesmo aí em meio à aridez das relações e da terra, persistem pactos, de proteção e lealdade.

Bernardo constituiu a oralidade de forma criativa, sem se limitar a reproduzir de maneira fiel a fala popular ou o estereótipo regional, conferindo à sua obra um caráter inovador e artístico. Utilizou elementos marcantes da linguagem goiana, suas variações semânticas e fonéticas, aptos a refletir o estágio social e econômico do estado, além de preconceitos enraizados na sociedade. A obra promove a (re)construção do imaginário, possibilitando visitas ao passado. (Neto, 2010).

Empenhado em demonstrar as características do sertão, o autor descobriu as possibilidades literárias das/nas pequenas cidades do interior Goiás, retratou a população simples que aí vivia, conheceu seus costumes, como a rotina matinal: “O Duro acordava, como todos dias. Os telhados baixos fumegando com o café da manhã, meninos chorando por falta de leite, mulheres preparando cuscuz para a primeira refeição” (Élis, 1974, p. 130), refletiu sobre sua psicologia e apresentou de maneira concreta os pensamentos dos personagens e do próprio narrador, tornando palpável as relações psicossociais. (Neto, 2010).

Dessa maneira, o romance é constituído, a partir de um narrador que conhece a história local, os personagens e seus pensamentos e sentimentos (onisciente), em terceira pessoa. A obra totaliza aproximadamente 287 páginas (a depender da edição) de uma narrativa que (re)constrói os arquétipos dos personagens sertanejos, as mulheres, crianças, juizes, vaqueiros, boiadeiros, jagunços, soldados e coronéis. (Neto, 2010).

É dividido em quatro capítulos, sendo: I - O Inventário; II - A Comissão; III - A Prisão e IV - O Assalto. Contudo, como objeto de análise pode, ainda, ser dividido nos três momentos da dialética: tese, antítese e síntese. (Tavares, 2024). Sendo assim, “com tais partes se identifica a distribuição tradicional da narrativa em começo, meio e fim, com o que se oculta uma mensagem dentro da narrativa”, o pobre. (Élis, 2000, p.124).

No momento inicial, *O inventário* e *A comissão*, o autor apresenta a região e suas características, a Vila do Duro, o isolamento, o poder e domínio dos Melos no local, os conflitos latentes, em conjunto com uma certa paz sofreada. Já no segundo, isto é *A prisão*, o romancista nega o primeiro momento, rompendo com a paz velada, apresentando o agravamento dos conflitos, com a prisão de membros da família dos Melo com fim de dissuadir Artur Melo e seus homens. No *Assalto*, registra-se o assassinado de nove pessoas presas ao tronco e inúmeros sertanejos, a derrota para ambos os lados representa a perda do poder absoluto das oligarquias rurais, com a respectiva integração de Goiás ao país. (Tavares, 2024).

No romance, *Vicente Lemes*, coletor estadual, que foi indicado ao cargo de escrivão do Judicial e Notas pelo primo *Artur Melo*, que por sua vez é filho do coronel *Pedro Melo*, tenta exercer suas funções seguindo os preceitos legais, atuando contra as condutas ilegais de seu

primo e a família deste, os Melo, que possuem expedientes autoritários e ímprobos em detrimento dos pobres moradores da região. “Parecia-lhe um absurdo o hábito que tinha os Melos de roubar o povo valendo-se dos cargos de juiz, coletor e outros.” (Élis, 1974, p. 14).

Ao atuar contra as falcatruas dos Melo, denunciando-os ao governo estadual, *Vicente Lemes*, que até então é idealista e acredita nas leis e nas instituições, desafia o poder clânico aí existente, rompendo com pactos de fidelidade, compadrio e de sangue, dando ensejo a fúria dos poderosos coronéis do norte goiano, em face dos coronéis do sul, pertencentes ao governo, de modo mais ferrenho, os coronéis Totó Caiado e Eugênio Jardim, a quem *Vicente* é vinculado.

O inventário do falecido personagem Clemente Chapadense, que era capanga de *Pedro Melo*, é apresentado como o principal fator responsável por desencadear os conflitos violentos que vieram a ocorrer na Vila do Duro, na petição o advogado da viúva, *Artur Melo*, noticiava como bens, “tão-somente a casinha do povoado!” (Élis, 1974, p. 9), deixando de fora “duzentas e tantas cabeças de gado [...] e dois sítios no município” (Élis, 1974, p. 9), fato que levou o coletor *Vicente* a exigir a complementação do inventário, com o despacho do juiz municipal, *Valério Ferreira*.

Entretanto, não satisfeito, *Artur Melo* adentra à casa onde funciona o cartório cercado por capangas armados e exige que se refaça, a seus modos e naquele dia, o inventário: “Estão pensando que vou me sujeitar às exigências do coletor? [...] — Aqui, é preciso que vocês entendam uma vez por todas, aqui quem manda sou eu, meu pai e meus amigos”. (Élis, 1974, p. 56) e daí não saíram até que as exigências fossem atendidas: “Quando Artur invadiu o Cartório, sol estava por ali assim, podiam ser nove horas da manhã; agora já o sol descambava”. (Élis, 1974, p. 60).

Esses eventos violentos levaram *Valério Ferreira*, *Vicente Lemes* e outros a redigirem uma carta “dirigida ao Coronel Eugênio Jardim [relatando] minuciosamente os acontecimentos: a morte de Clemente Chapadense, a ocultação dos bens ao inventário, a exigência do coletor e por fim o ataque de Artur” (Élis, 1974, p. 63). Em razão disso, o governo do estado nomeou comissão para abrir inquérito sobre os acontecimentos, que se dirigiu ao Duro com um contingente de aproximadamente cinquenta soldados, tendo como personagens principais, o juiz Carvalho, o escrivão Chaves, o Alferes Enéias Altino Pexoto.

Chegando no Duro, o juiz Carvalho ia “em diligência à Grota, fazer busca e apreensão dos processos subtraídos por Artur Melo ao Cartório” (Élis, 1974, p. 92) e após longo diálogo conseguiu fazer com que Artur o entregasse. Dias depois, o juiz encerrou o inquérito e abriu vistas à Promotoria que “oferecia denúncia contra os implicados no assalto do cartório [...] Artur

Melo e o pai, Coronel Pedro Albuquerque Melo; João Rocha, Hugo Melo, filho de Tozão; Olímpio Chapadense e outros” (Élis, 1974, p. 108).

Expedida a prisão preventiva de Artur Melo e seu pai foram efetuadas diligências no sentido de encontrá-los, porém, na fazenda, os soldados acabaram matando o coronel Pedro Melo e seu capanga, conhecido como Mulato, alegando resistência à prisão, neste ato o “Tenente Mendes de Assis vociferava: — Vocês vão dizer que o velho e o camarada nos receberam à bala. Vão dizer que eles resistiram à prisão. [...] — Quem não disser isso, vai comer processo”. (Élis, 1974, p. 129).

Esse fato provocou ainda mais a ira de Artur, que começou a reunir “os cabras de Abílio Batata, Roberto Dorado, Maroto, Passarinho e Umbuzeiro” (Élis, 1974, p. 148). Dessa forma, seguiu para a Bahia em busca de “dinheiro, armas, gente e munição para atacar o Duro” (Élis, 1974, p. 149) onde estava a força policial, juiz, promotor, demais servidores públicos e a população local.

Receoso, o Juiz Carvalho concluiu que sua missão na Vila de São José do Duro havia se encerrado, com a apuração dos fatos e punição daqueles apontados como culpados, assim não havia mais nada que justificasse sua permanência, além disso “Artur quer[ia] vingar-se do juiz. Ora, se o juiz não estiver na Vila, ele não atacará. É um raciocínio mais do que lógico!” (Élis, 1974, p. 144). Perdido em si mesmo, *Vicente Lemes* pensava “Na hora do pega para capar, o diabo do juiz fazia um papelão daquele, saía escondido feito um fugitivo, largando a Vila e o povo que confiou nele em completo desamparo”. (Élis, 1974, p. 148).

Sob constante ameaça de invasão da Vila de São José do Duro por Artur e sua ordem de jagunços, a “polícia tinha ido à casa da velha e prendido os homens. Todos: Damião de Bastos e os dois filhos; Joaquim Alves Leandro e um filho; Melo Filho, irmão de Artur, Tozão, Abadia Ribeiro, irmão de Cláudio, e Damasceno, camarada de Damião” (Élis, 1974, p. 179). Os nove homens tiveram os pés metidos no tronco e lá ficaram presos, a fim de servirem de reféns, caso Artur prosseguisse com seu plano de invadir a vila.

Nesse ponto, é interessante a descrição que o autor faz do instrumento, na tentativa de tentar defini-lo:

(...) era constituído de dois compridos esteios de madeira forte. De espaço em espaço, possuíam esses esteios um corte em meia-lua. Justapostos, os cortes formavam buracos, nos quais se metia a canela do cristão, que ali ficava jungido. De um lado, unindo os dois esteios, havia uma dobradiça de ferro, grosseira, feita ali mesmo, e de outro, uma espécie de aldrava com cadeado. (Élis, 1974, p.179).

Artur arrumou cerca de “trezentos homens, tudo com Winchester nova e bala” (Élis, 1974, p.177), com os quais deu início ao ataque, passo em que os policiais assassinaram os homens presos no tronco, ao mesmo tempo em que tentavam se defender e contra-atacar os estampidos de bala que saíam dos revólveres dos jagunços, “Balas casqueavam as telhas com um ruído horroroso. Lascas de telhas caíam dentro de casa. A grita crescia” (Élis, 1974, p.220).

Bernardo, descreve verdadeiro cenário de guerra e desespero:

(...) o pessoal julgava que os gritos de dor [...], já eram de pessoas do povoado perecendo às mãos dos atacantes. Mulheres, crianças, homens choravam apavorados, correndo daqui para ali, tentando abrir portas e janelas, a fim de fugir para fora, receosos de que a casa caísse, esperando achar lá fora mais garantia do que cá dentro [...] Aqui e acolá, homens tremendo, chorando, totalmente descontrolados pelo pavor. (Élis, 1974, p.220).

Após o confronto mortal entre soldados, jagunços, vaqueiros e demais membros da população local, o que sobrou foi o retrato da destruição, as marcas da violência, e o odor que a morte traz, fruto da ganância, dos poderosos de dentro e fora do governo, que sempre se valeram do componente humano à sua disposição, inocentes e pobres, para executar seus planos de manutenção do poder:

O povoado persistia em completo abandono, a chuva molhando os defuntos, que [...] apodreciam por ali, com as varejeiras botando os cachos de ovos brancos que caíam no chão a cada momento. Menino carecia de dormir de cara tampada, em perigo de varejeira botar os ovos dentro do nariz ou nos ouvidos do bichinho. Nas grotas, a urubuzada brigava com os cachorros e com os porcos, devorando os cadáveres. Um bando de urubus permanecia o dia inteiro futucando o bico pelo vão das telhas do sobrado, por debaixo das portas, donde saía o fedor dos mortos. No Largo, as almas-de-gato voltaram a piar horas inteiras: — choó, choó, choó. Quando assoprava o vento, quando a chuva açoitava com força, o povoado estremecia com o estrondo das portas e janelas que se abriam e fechavam rangendo nos gonzos, estrondando nos batentes (Élis, 1974, p. 277-278).

A cena retratada evidencia estruturas de dominação em que os poderosos instrumentalizam os pobres como peças descartáveis em seus projetos de manutenção do poder. A utilização desses indivíduos reflete uma lógica da exploração do proletariado, em que a classe trabalhadora é alienada de sua própria condição e mobilizada para sustentar os interesses de uma elite econômica e política.

As marcas de destruição deixadas pela(s) violência(s) revelam como os grupos oprimidos são intencionalmente colocados em confronto entre si, o que contribui para ofuscar a responsabilidade dos verdadeiros detentores do poder. Essa fragmentação interna entre os subalternos funciona como uma estratégia de desmobilização coletiva, que impede o

direcionamento correto das tensões sociais. Nesse cenário, o Estado não se apresenta como uma instância neutra de mediação, mas como um instrumento a serviço da ideologia dominante, operando de modo a preservar os interesses das classes hegemônicas e assegurar a reprodução das estruturas de exploração e desigualdade que sustentam a ordem vigente.

Apesar de historicamente a Chacina dos Nove, enfatizar a morte dos membros da família Wolney, aprisionadas no tronco, a narrativa literária de Bernardo Élis, vai além, chamando atenção para o fato que toda a população local do Duro (homens, mulheres, vaqueiros, crianças, idosos) estiveram envolvidos no conflito, e nele pereceram. Assim, a literatura complementa a história ao admitir que o horror da violência se manifestou de maneira mais abrangente.

Diante dessa breve narrativa acerca do romance, nota-se que o autor concebe os personagens, como Pedro Melo e Artur Melo, como representação universal dos coronéis (tradicionais), que se apropriavam de extensas propriedades rurais, onde criavam milhares de reses, expandido cada vez mais seus latifúndios, comandando os sertões do Brasil, oprimindo os mais pobres, envolvendo-se em corrupção em quase todos os aspectos da vida, especialmente na política.

Os funcionários públicos representados, especialmente, pelos personagens Vicente Lemes, no cargo de coletor estadual, Cláudio o escrivão, Martim o carteiro, Valério Ferreira, o juiz municipal, demonstram que os cargos públicos eram de nomeação por indicação dos coronéis, que por sua vez esperavam, em troca, serem beneficiados.

Além disso, por mais que em alguns momentos esses servidores públicos buscassem acreditar nas “leis, códigos, posturas municipais. O caminho era fazer como preceituava a legislação”. (Élis, 1974, p. 14), não raros momentos eram coagidos a agir de acordo com os interesses dos coronéis, sob pena de perda da própria vida.

Já a descrição literária das “mulheres pitando em silêncio os cachimbos sarrentos, dando de mamar aos meninos magros e barrigudos, com eterna diarreia. Alguém gem[endo] de maleita; outro tossi[ndo], encolhendo-se, talvez com a tísica minando os bofes” (Élis, 1974, p. 70), exemplifica com força imagética e sensível, o fato de que a maior parte dos personagens reproduzem a vida desvalida nos gerais de Goiás, povoada pelo analfabetismo, a exploração semi-servil no trabalho ligado às atividades rurais, condições precárias de sobrevivência, ausência de saúde, educação, segurança ou qualquer tipo de amparo estatal, que refletia na baixa expectativa de vida. (Gonçalves, 2021).

Dessa maneira, ao longo do enredo, Bernardo Élis apresenta uma série de personagens cada qual com sua história nortense, geralmente sofrida, com medos, esperanças, sonhos e desilusões, ao contrário dos coronéis e suas riquezas, como Pedro Melo e Artur Melo, que

possuem à sua disposição homens armados, prontos para defendê-los e atacar de acordo com as ordens, sendo os principais: Tozão, Mulato, Aleixo, Resto-de-Onça, Tito e Damião.

Contudo, a máquina de guerra dos Melos não se resumia a esses homens, se utilizam, ainda, de uma força auxiliar, em reserva, os vaqueiros, tropeiros, boiadeiros e demais homens que trabalham em suas fazendas nas mais diversas funções, a exemplo de Belisário e Casemiro, quem foram convocados a pegar em armas. Soma-se a esses, os homens armados dos clãs familiares aliados, amigos, cangaceiros, jagunços e capangas, é o caso de Miguel Umbuzeiro, Abílio Batata, Joaquim Alves Leandro e Roberto Dourado.

O romance também é carregado de inúmeros elementos da cultura sertaneja local, na alimentação, vestimenta dos coronéis: “Suas vestes eram branquinhas, do melhor couro de catingueiro curtido na decoada, com casca de angico. Para outros momentos era a roupa de algodão tecida em casa” (Élis, 1974, p.34); religiosidade: “abriu a porta da capela, as duas entraram, ajoelharam-se diante do oratório de cedro talhado”. (Élis, 1974, p. 44), dentre outros.

Dessa forma, o romance se apresenta como um relicário pulsante da cultura sertaneja, em que cada gesto e cada objeto funcionam como fios que se entrelaçam na tessitura da memória coletiva goiana. Nas garfadas de carne seca, nas rezas murmuradas diante de altares singelos, emerge a essência sertaneja dos habitantes do Duro, que, diante da dureza do meio e das relações sociais áridas, não encontram outra saída senão resistir. É assim que o autor costura o cotidiano, transformando a literatura não apenas em um reflexo da vida, mas também em espaço de preservação e revelação das tradições que moldaram essa identidade cultural.

3.3 A época e a obra: aspectos históricos das disputas coronelísticas em Goiás

Época na vida das pessoas e de um modo geral se refere a um período de tempo marcado por características bem específicas ou acontecimentos importantes, que a distingue de outros períodos históricos, delineando suas dimensões, seu arcabouço. Na literatura, partindo da perspectiva de E. P. Thompson, a época evidencia as estruturas de sentidos e sentimentos nas quais os personagens de um determinado enredo estão inseridos, além de apresentar evidências das experiências pessoais, sociais e históricas do autor.

Dessa forma, mais do que representar acontecimentos históricos, os textos literários, neste caso *O Tronco*, capturam os modos como o autor sente, percebe e reage as questões sociais ao seu redor. A análise dos personagens e enredo, revelam traços de uma consciência coletiva em formação, marcada por sentimentos, de medo, esperança, revolta ou solidariedade. Logo, a literatura é espaço privilegiado para desvelar as formas como o autor vivia e expressava suas

experiências, os aspectos da cultura e da luta de classes que algumas vezes escapa aos documentos oficiais da história.

Embora Bernardo Élis não reproduza os fatos históricos do Norte-goiano em *O Tronco*, as relações entre ficção e história circunscrevem sua obra como um romance histórico, considerando que a história goiana entrecorta a construção do enredo vocalizando os valores da época e as disputas sociais e políticas performadas na obra. A trama do romance é aberta na primeira década do século XX, aquecida pelo início da República. Os fatos históricos que culminam com a Constituição de 1891, a qual instituiu a República dos Estados Unidos do Brasil, estabeleceu, entre outras inovações no cenário nacional, o presidencialismo, a separação entre Estado e igreja e garantiu a autonomia aos estados-membros.

As transformações políticas e sociais que caracterizam o período também estão imbricadas nas relações de trabalho e nos modos de vida representados no romance, refletindo as tensões e os valores que influenciaram tanto a história quanto as vivências cotidianas das pessoas daquela época. Apesar disso, em Goiás, assim como nos demais estados da recém formada República, pouquíssimas foram as mudanças ocorridas, ressaltando-se apenas as questões administrativas e políticas, o estado permaneceu com as mesmas condições socioeconômicas e culturais de outrora, os recém “libertos” vagavam em sentido a marginalidade e os latifúndios improdutivos continuaram sem povoamento e exploração:

Os fatores socioeconômicos (sic) e culturais não sofreram abalos: o liberto continuou flutuando, caminhando para o marginalismo social, as elites dominantes continuaram as mesmas; (...) os latifúndios improdutivos, áreas imensas, continuaram por povoar e explorar; a decadência econômica permaneceu sem que se pensasse em modificar a estrutura de produção; a pecuária e a agricultura continuaram deficitária; a educação, em estado embrionário; o povo continuou esquecido em suas necessidades, mas usado pelo hábeis políticos, que baixavam decretos em seu nome. (Palacín; Moraes, 2001, p. 85).

De acordo com Coelho (2008) em razão do afastamento dos grandes centros, Goiás ficava alheio às articulações políticas e econômicas entre os estados, servindo-se dos próprios meios para se assegurar na proclamada República. Imperava em todo o país, políticas coronelistas, as leis tinham por nascedouro a porteira das fazendas, ecoava as ordens dos coronéis, fazendo estremecer os pobres sertanejos.

Havia um governador de Estado eleito que dependia mais [do coronel] que do ministro da justiça (...). O coronel municipal apoiava o coronel estadual que apoiava o coronel nacional, também chamado de presidente da República, que apoiava o coronel estadual, que apoiava o coronel municipal. (Coelho, 2008, p. 20).

Fato é que não havia interesse Federal em se comunicar com a região de Goiás, da mesma forma em que os líderes políticos locais se beneficiavam desse distanciamento, de modo que o Estado “se tornou ambiente propício à formação de uma engrenagem política, comum no Brasil na “República Velha”, chamada de Política dos Coronéis”. (Paixão; Silva, 2013, p. 219). É nesse cenário, que, em *O Tronco*, Artur e seu pai, o Coronel Pedro Melo, adquirem imenso prestígio, “incontestado desde Pirenópolis até Boa Vista. Tinha tanto prestígio que logo depois da revolução estadual de 1909 o nome de Artur Melo foi indicado para presidente do Estado de Goiás”. (Élis, 1974, p. 13).

Os coronéis, que ocupavam extensas porções de terras e detinham o poder político, econômico, militar e social da região, promoviam a manutenção do poder através da manipulação do orçamento e pela reprodução de um certo “atraso”, mantendo a população em situação de dependência, evitando a todo custo: denúncias, fiscalizações e intervenções por parte da esfera federal e estadual, a fim de que pudessem preservar seu poderio local. (Paixão; Silva, 2013). Tal postura era adotada também pelos ocupantes de cargos públicos, a exemplo do personagem, coletor de impostos, Vicente Lemes, que sentindo-se pressionado por seu primo, expressa sua preocupação: “Não pode, Artur. [...] Amanhã irão denunciar para a Capital”. (Élis, 1974, p. 25).

Essas relações políticas-coronelistas produziram blocos de poderes oligárquicos, que disputavam suas pretensas parcelas do Estado a ferro e bala, servindo-se de jagunços, agregados, capatazes, entre outros homens fortemente armados, favorecendo as esferas de influências sobre pessoas e instituições, compondo verdadeira jurisdição dos coronéis. (Coelho, 2008). No romance, tem-se como base do poder “os boiadeiros da Bahia [que] passavam pelas barreiras sem nada pagar de impostos a Goiás, pois os Melos eram os chefes e a troca do imposto obtinham apoio político e material [...] a quem forneciam eleitores e Jagunços” (Élis, 1974, p. 25).

A conturbada política de Goiás teve entre os anos de 1901 e 1909, o poder estadual a cargo de Xavier de Almeida, que acendeu em razão da amizade que nutria com Leopoldo de Bulhões, enquanto exercia elevados cargos na República. Mais tarde, os Bulhões uniram forças heterogêneas para destituí-lo do cargo pela força, movimento que ficou conhecido como a Revolução de 1909:

Os rebeldes organizaram tropas com mais de 1400 homens, agrupados em duas legiões: a do Norte e a do Sul. A Força Pública Estadual contava apenas com 276 homens. Em 1 de maio de 1909, os rebeldes marcham sobre a capital, derrubando o governo que representava a facção xavierista. A revolta dos coronéis da oposição, em maio de 1909, marca o retorno dos Bulhões ao poder em Goiás. (Assis, 2008, p. 92).

Esse fato garantiu aos Melos o “apoio dos Bulhonistas, pois o Coronel Pedro Melo e seu filho Artur foram os únicos chefes políticos do Norte a apoiar a revolução vitoriosa de 1909” (Élis, 1974, p. 75). Depois dessa revolução os Bulhões retornam ao poder em Goiás, mas em 1912 ocorre sua derrocada definitiva, com a ascensão dos Caiados. Esse período da Primeira República divide as batalhas políticas entre oligarquias em dois grandes momentos: o domínio da familiocracia dos Bulhões de 1889 a 1912 e posteriormente, dos Caiado de 1912 a 1930 (Silva, 2001). Com essa transição de poder, “Antônio Ramos Caiado tornou-se o verdadeiro chefe político de Goiás. Seus contemporâneos afirmam que dirigiu Goiás como se fosse uma grande fazenda de sua propriedade” (Palacín; Moraes, 2001, p. 88).

Popularmente conhecido como Totó Caiado, ele seguia à frente do Partido Democrata em Goiás aproximadamente desde 1915, sendo apontado por alguns trabalhos como possível adversário político e perseguidor do coronel Abílio Wolney (representado como Artur Melo), que foi ex-deputado estadual do Partido Republicano. No romance de Bernardo Élis, Eugênio Jardim e Totó Caiado, rompem com Artur Melo ao discorda de sua indicação para presidente do estado de Goiás, e se apresentam como forte oposição política:

No pleito que seguiu à revolução, Artur Melo conseguiu eleger-se deputado federal tanto por Goiás como pela Bahia, mas quem disse de ele tomar posse! No Rio, os Caiados conseguiram depurá-lo, como então se dizia. Foi aí que Artur Melo instalou-se na Capital do Estado com seu jornal de oposição, disposto a atacar o caiadismo na sua própria toca. Em represália, os Caiados, senhores do Governo, davam apoio político aos opositores dos Melos, no Norte do Estado, criando as bases para uma firme e poderosa oposição a Artur Melo e seu pai. (Élis, 1974, p. 13).

De acordo com Coelho (2008), Totó Caiado era o principal articulador da política goiana, e cunhado de João Alves de Castro, governador do estado, que solicitou a intervenção da força militar na Vila de São José do Duro.

A hegemonia dos Caiado não impediu o aparecimento de movimentos contestatórios, tanto no seio das elites, quanto entre as camadas populares. Em 1918-1919, na região de São José do Duro, atual Dianópolis, no Estado do Tocantins, ocorreu um violento choque entre os coronéis da região, da família Wolney, e a oligarquia Caiado, dominante no cenário estadual. O confronto resultou no deslocamento de tropas estaduais para a região, com a morte de vários membros da família Wolney, que acabou expulsa de Goiás. (Assis, 2008, p. 98).

A história do conflito na Vila do Duro tem início com o inventário de Vicente de Pedro Belém, assinado em 29 de dezembro de 1917, quando o juiz Manoel de Almeida e o coletor estadual Sebastião de Brito exigiram que a viúva, Rosa Belém, incluísse memorial descritivo

listando todos os bens do falecido. Contudo, ao apresentar o documento a viúva deixa de arrolar alguns bens, objetos de valor e certa quantidade de gado, gerando desentendimento entre as autoridades locais e família de Wolney, já que o coronel Abílio Wolney era compadre do falecido e intercedeu em favor da viúva, para que o inventário fosse liberado. (Coelho, 2008). “Um homem rico como Clemente Chapadense, e sua viúva apresentando a inventário tão-somente a casinha do povoado! [...] E as duzentas e tantas cabeças de gado, gente? E os dois sítios no município onde ficaram, onde ficaram?” (Élis, 1974, p. 9).

Diante dessa situação, o juiz e coletor estadual da vila lavram ofício “Relatando tudo, pedia a carta garantia para o exercício das funções públicas” (Élis, 1974, p. 63) e o remeteram às autoridades estaduais descrevendo minuciosamente os desentendimentos com a família Wolney, especialmente por parte de Abílio Wolney e seus jagunços:

É com pesar que levo ao conhecimento de V. E o salteamento de que eu e o juiz municipal daqui fomos vítimas pelo sr. Abílio Wolney, no dia 16 deste [maio de 1918], quando no exercício de nossos cargos. O motivo deste tão criminoso, covarde, brutal e traiçoeiro banditismo foi ter esta Coletoria primeiramente, em particular, reclamado a inclusão na lista dos bens do inventário do casal Vicente Pedro de Belém de certos objetos conhecidos do público, o que foi apenas atendido pela viúva, somente em parte, deixando, porém, de dar a descrever os de maiores importâncias e valores. Vindo os autos com vista a esta Coletoria, fiz sentir apenas à viúva a falta de certos objetos que nomeou, ponderando que talvez ela não tivesse pedido ao vaqueiro informações quanto ao número de gado vacum e que, por isso, desse a descrever um pequeno número. Estava marcada audiência para o dia 16, e pelas 11 horas, mais ou menos, quando não pensávamos numa agressão de natureza alguma; eis que apeou o Abílio Wolney, acompanhado de dois parentes do inventariado, armados a carabina, pistola, facão e punhal, à porta da casa das audiências do juiz; e sem que este tivesse tempo nem para se levantar, foi agarrado pelos mesmos, com tal violência, desarmaram-no e gritaram - chegam os condoídos - citando alguns nomes de amigos de nossa parcialidade. (...) fomos violentados na nossa liberdade e pessoa, nos nossos brios e no exercício de nossos cargos, fazendo tudo quanto quis o chefe da quadrilha. (Coelho, 2008, p. 22).

Posteriormente, Abílio Wolney se defende em carta dirigida ao senador Gonzaga Jaime, narrando:

Compareci na audiência de 16 de maio para ver se defendia a viúva de um amigo, Vicente Belém, assassinado traiçoeiramente a mandado deles, tanto que os assassinos muito conhecidos não têm processo. Queria no inventário deixar a viúva limpa: opus-me e, como o juiz estivesse armado, me aproximei dele para poder me defender. Nesse entrementes, entrou o coletor armado de revólver e punhal: quando o vi assim, em um lance arranquei o revólver da cinta do juiz e peguei o braço direito do coletor, o qual, reconhecendo minha superioridade em forças, ficou quieto. Passado esse incidente, continuaram o inventário até a conclusão. Não depus ninguém: depois desse incidente, tiveram eles aqui 16 dias, retirando-se quando José Hermano arquitetou o plano de pedir força e criar a monstruosidade conhecida. (Coelho, 2008, p. 23).

Frente a esse cenário conflituoso, o governador do estado decidiu adotar uma providência que julgava capaz de normalizar a situação, invocando para tanto o artigo 115 da Constituição Estadual, que dispunha:

Quando em algum município se perpetraram crimes que, por sua gravidade, número de culpados ou patrocínio de pessoas poderosas, tolha a ação regular das autoridades locais e exijam investigação mais acurada e pronta, o presidente [governador] determinará que para ali se passe, temporariamente, algum dos magistrados do Estado e proceda a rigoroso inquérito, formação de culpa e a pronúncia dos criminosos, com recurso necessário para Superior Tribunal de Justiça. (Coelho, 2008, p. 23).

O juiz Celso Calmon da comarca de Pouso Alto, vindo do Espírito Santo aceitou a missão “Homem acostumado à luta, não se importou com o comentário de Moisés Santana, companheiro e amigo de Artur Melo, no jornal O Estado de Goiás, nem ligou à guerra de silêncio que os goianos de nascimento fizeram à sua nomeação” (Élis, 1974, p. 75), partindo de Vila Boa-Goiás em conjunto o escrivão Guilherme Ferreira Coelho, o promotor Francisco de Borjas Mandacaru e Araújo, e ainda 10 homens da Força policial e um oficial de Polícia, outro contingente 40 homens força policial uniu-se ao grupo ao longo do percurso, chegando a Vila do Duro a pouco mais de 02 meses da partida, em 04 de outubro de 1918, para aí instaurar inquérito e solucionar os litígios. O juiz e sua comitiva se dirigem à fazenda Sobrado a fim de restituir o inventário que estava na posse de Abílio Wolney. (Coelho, 2008).

Não obtendo êxito, o juiz Calmon ordenou no dia 21 de dezembro de 1918 a prisão de sete membros da família do coronel, em 23 de dezembro do mesmo ano, eles foram procurados pelo oficial de justiça Justino Pereira Bueno, que na companhia de soldados efetuou a ordem de prisão de cinco pessoas. Contudo, “além de alguns policiais mortos, dois integrantes da família Wolney vieram a falecer no confronto, um funcionário de nome Antônio Caboclo, e Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, pai do coronel Abílio” (Santos, 2022, p.37), esse fato provocou a ira do coronel, que por sua vez reuniu cerca 200 homens entre jagunços, fazendeiros e agregados para atacar a Vila de São José do Duro, onde os soldados se encontrava.

Assim como narra o romance, o juiz Celso Calmon, assustando com a situação, concluiu o processo sem qualquer solução e retornou para a capital de Goiás na companhia de dez soldados. Em menor número, temerosos e na esperança de que o coronel não atacasse o arraial, os soldados que ficaram, tomaram como reféns nove membros da família do coronel, e os amarraram no tronco, numa praça no centro da Vila. Restando inexitoso qualquer tipo de acordo para barrar maior violência, o coronel Abílio Wolney procedeu ao ataque em face dos militares

que perdurou até 18 de janeiro de 1919. Acuados em meio ao tiroteio, os soldados assinaram os reféns e os que ainda sobreviviam ao massacre começaram a fugir.

Assim, com a invasão inúmeros sertanejos vieram a óbito, dentre os quais reféns, jagunços, soldados e moradores da Vila do Duro:

(...) desde o alvorecer daquele dia, e por mais dois sucessivos, uma diminuta força, ininterruptamente, resistia a um número quatro vezes maior de bandoleiros, sob as ordens de Abílio Wolney e de terríveis cangaceiros, que haviam pretendido tomá-la de assalto, sendo rechaçados no embate, deixando o solo pintado de cadáveres. (Coelho, p. 98).

O romance narra que o conflito terminou deixando a Vila do Duro em um cenário desolador, de destruição e terror, “Nas grotas, a urubuzada brigava com os cachorros e com os porcos, devorando os cadáveres. Um bando de urubus permanecia o dia inteiro futucando o bico pelo vão das telhas do sobrado, por debaixo das portas, donde saía o fedor dos mortos”. (Élis, 1974, p. 277-278).

De acordo com Elen Glauciene Silva inúmeras narrativas explicam esses acontecimentos, e apesar de pontuar aspectos semelhantes, chegam a conclusões diversas:

Para Chaul (1998), apoiado em sua leitura de Doles, foi o abalo de poder dos Wolney advindo com a entrega dos cargos públicos aos adversários; para Palacín (1990) foi a tensão entre governo estadual e coronel; para Freitas (2009), Leopoldo de Bulhões é que teria insuflado a tragédia por inconformismo; para Garcia (1997) foi o resultado das maquinações da Oligarquia Caiado contra um herói, bravo, inteligente e destemido opositor, Abílio Wolney. (Silva, 2017, p. 18).

Jornais de circulação da época, como “A Pacotilha”, de S. Luiz do Maranhão, bem como “O Rio-Jornal”, do Rio de Janeiro, denunciaram a gravidade dos acontecimentos, o que ressoou negativamente para o Presidente do Estado, João Alves de Castro, fazendo com que se explicasse ao publicar na edição 10 de fevereiro de 1919, do Jornal O Comércio:

Diante das acusações feitas ao governo de Goiás pelos lamentáveis acontecimentos de S. José do Duro, cumpro o dever de declarar às pessoas que me conhecem o seguinte: não sou e não posso ser culpado por esses tristes acontecimentos. Agi como Governador, na defesa da lei e das autoridades constituídas, quando comissionou o Juiz Celso Calmon para sindicarem a responsabilidade dos que, no dia 16 de maio do ano passado, além de outros desmandos, invadiram a casa das audiências, prendendo o Juiz e o Escrivão, e obrigando aquele a concluir um Inventário sem as formalidades legais. Se o Dr. Celso Calmon exorbitou de suas atribuições e se a força policial praticou crimes, garanto que serão severamente punidos em processo regular. Não protejo criminosos, sejam quais forem as suas ligações com os chefes políticos e sejam quais forem os cargos que ocuparem. A verdade, porém, há de aparecer e as responsabilidades não de ser definidas e apuradas. Para o Governo é uma questão de honra. (Coelho, 2008, p. 123-124).

Dessa maneira, apesar das particularidades locais, o coronelismo em Goiás não fugia às características presentes no restante do país, o domínio se dava pela concentração de poder nas mãos de elites regionais, por meio do uso da força e da intimidação, com influência direta sobre as estruturas políticas e eleitorais, resultando, por vezes, em intensas disputas pelo controle dos governos municipal e estadual entre grupos oligárquicos partidários e adversários, através de práticas violentas. O uso de armas e de jagunços era recurso recorrente para assegurar o domínio e a manutenção do poder de determinado clã familiar, em detrimento de outros grupos que eram removidos. “Os Melos dispunham de cem homens armados e municidados para sustentar qualquer ato” (Élis, 1974, p. 21).

Esses conflitos resultavam, na maioria das vezes, em tragédias, verdadeiros massacres e derramamentos de sangue, que, apesar de sua gravidade, eram frequentemente tratados pelo governo central como meras questões internas dos Estados-membros. Essa postura revelava uma interpretação conveniente da Constituição de 1891, que previa a possibilidade de intervenção federal em casos de instabilidade política e desordem social, mas cuja aplicação era ignorada. Ao se omitir, o poder central acabava legitimando a ação violenta das oligarquias regionais, contribuindo para a manutenção da ordem coronelista e a fragilidade das instituições democráticas na Primeira República.

À época desses eventos trágicos, Bernardo Élis tinha apenas três anos de idade e vivia a mais de 750 quilômetros da então Vila de São José do Duro, em Goiás, atual cidade de Dianópolis, no Tocantins. No entanto, o trauma da violência ultrapassa os limites do tempo, do espaço e das gerações. Esse legado de dor e instabilidade social marcou profundamente o imaginário coletivo do sertão goiano e, cerca de trinta anos depois, levou o autor a buscar, conhecer e (re)escrever essas e outras histórias sombrias que, de alguma forma, o atravessaram desde a infância. Seu compromisso com a memória e a denúncia social transparece na forma como constrói suas narrativas, revelando os horrores do passado, e também os mecanismos de poder que os perpetuaram.

Esse modelo de predomínio das oligarquias rurais no cenário nacional só passou a ser fortemente contestado no final da década de 1920, quando a Aliança Liberal tomou o poder por meio de um golpe de Estado. O movimento, que representava setores descontentes da sociedade, como a classe média urbana, militares tenentistas e elites dissidentes, tinha entre suas principais propostas o rompimento com as estruturas oligárquicas que vinham comandando o país desde o século XIX (Júnior, 2010).

Antes de tratarmos especificamente deste período, precisamos entender o que ocasionou o surgimento desse movimento nacional armamentista de 1930, cujas respostas podem ser encontradas uma década antes, em 1920, quando mais nitidamente começam a surgir as implicações políticas dos processos de urbanização e industrialização, emergindo novas forças sociais oriundas das camadas médias e urbanas, que passam a exigir participação política que vinha sendo negada. (Fausto, 1997).

As exigências e pressões dessas novas forças sociais ergueram forte oposição ao Estado oligárquico e aos modos de governança baseados na violência. Além disso, o modelo oligárquico vigente não era capaz de atender às demandas dessa nova classe emergente, que buscava maior representação política e participação nas decisões nacionais. No entanto, essa oposição não contou com a participação dos setores industriais em crescimento, nem foi resultado de uma contradição no âmbito da produção entre os setores agrário e industrial. (Fausto, 1997). Esse cenário evidenciava a tensão entre as demandas das novas forças sociais e a resistência das elites, que ainda controlavam as principais estruturas de poder no país.

Do ponto de vista político, esse período da história do Brasil foi marcado pelo predomínio das oligarquias rurais, especialmente dos produtores de café. Nas esferas locais, o comando era exercido por líderes familiares conhecidos como “coronéis”, que tinham influência sobre os votos de seus familiares, aliados e dependentes. Esses coronéis geralmente acumulavam os principais cargos estaduais e exerciam controle sobre as indicações para o Congresso Nacional, bem como sobre os candidatos à presidência e vice-presidência da República. Em sua maioria, esses líderes estavam ligados aos partidos republicanos de atuação estadual. (Fausto, 1997).

A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana no Rio de Janeiro em 05 de julho de 1922 e a Coluna Prestes, que percorreu o Brasil entre os anos de 1925 e 1927, são manifestações de ideias que pregavam a reestruturação do sistema político, combatendo as oligarquias, apoiando o equilíbrio entre os poderes, e a modernização da sociedade. No seio desse levante, os tenentes desejavam uma revolução a partir dos quartéis e as oligarquias dissidentes a tomada do poder através de eleições. (Fausto, 1997).

O tenentismo da década de 1920, acabou delineando os contornos pelos quais deveria trilhar os discursos anti-oligárquicos que se fortaleceu/estabeleceu com a Revolução de 1930, que significou mais do que uma simples troca de oligarquias no poder, era “a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação realista das camadas médias urbanas”. (Chaul, 2002, p. 160). Apesar disso, não houve fortes alterações no

Estado, que continuou favorecendo as oligarquias, que continuaram e continuam como as únicas beneficiárias da política econômica do Estado.

A partir dessa “Revolução” de 1930 que o Brasil passou a ser comandado por Getúlio Vargas, que tinha a intenção de construir uma nova identidade nacional e um modelo de estado também voltado para o interior do país, através de um projeto que ficou definido por “Marcha para o Oeste”, na busca por um Brasil original e puro. (Junior, 2010). Essas mudanças no cenário nacional não tardaram a impactar Goiás:

Em Goiás os novos rearranjos políticos provenientes da Revolução de 1930 e a Nova configuração do modelo do Estado promoveram uma reviravolta na estrutura oligárquico-familiar que comandava o território goiano. Novos agentes históricos e novos paradigmas políticos e administrativos entraram em cena no estado a partir de 1930. No período anterior a 1920, não se registrou em Goiás, de forma significativa, nenhum movimento opositor à estrutura oligarquia-familiar dominante do estado brasileiro. As lutas políticas que se registraram em território goiano restringiram-se às disputas entre os grupos oligárquicos que lutavam pelo controle do aparelho do Estado em nível regional. (Junior, 2010, p. 11-12).

Mas esse novo grupo oposicionista em Goiás começa a emergir na segunda metade da década de 1920. Inicialmente, sem sintonia com a crítica ao modelo de Estado vigente a nível nacional, preocupava-se, essencialmente, na luta contra a política caiadista. O fortalecimento desse grupo se associou, em parte, ao crescimento econômico das regiões sul e sudoeste do estado, que favoreceu a expansão de interesses locais em oposição ao controle das oligarquias tradicionais. (Junior, 2010).

Posteriormente esse bloco de oposição alinhou-se aos “conceitos propagados pela Aliança Liberal e a percepção, por parte das oligarquias sulistas opositoras, de que sua luta política relacionava-se às disputas pelo poder em esfera nacional” (Junior, 2010, p. 13), culminando com a tomada de poder por parte dessas oligarquias sulistas:

Em consequência do golpe, no período pós-30 foi confiado a Pedro Ludovico Teixeira – médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e proveniente do grupo oposicionista da cidade de Rio Verde – o cargo de Interventor do Estado de Goiás. (Junior, 2010, p. 13).

Apesar das mudanças que vinham ocorrendo no país e especialmente em Goiás, essa nova plataforma conceitual, que negava princípios e expedientes coronelistas da Primeira República, não se eximiu de agir com as mesmas práticas violentas às quais tanto criticou para chegar ao poder, tão vívidas como outrora no cenário político goiano. A luta pelo poder, muitas vezes permeada por disputas internas e faccionamentos, levou esse grupo a adotar,

paradoxalmente, métodos similares aos das antigas oligarquias, revelando a continuidade da violência como ferramenta política.

No pós-1930, os atos políticos vinculados à violência foram frequentemente utilizados como ferramenta de acusações e conspirações na base de Ludovico. Havia forte discurso em face, inclusive, do próprio Pedro Ludovico, cujas ações eram remetidas às velhas práticas da Primeira República, revelando a permanência de estruturas autoritárias sob uma nova roupagem. Essa crítica expunha a fragilidade do novo regime em romper, de fato, com os métodos tradicionais de dominação política:

Quando Ludovico percebeu que a onda subia, ameaçando seriamente seus projetos fez o que faria qualquer outro político do mesmo naipe (sic). Arregaçou as mangas, quebrou o chapéu na testa e derrubou a madeira no adversário sem dó nem piedade. Engajou na luta todos os meios que dispunha. Lícitos ou não (...). Não podendo vencer pela persuasão, convenceu com a borduna. Ou comprando com dinheiro ou com emprego. Repetiu os que os Caiados fizeram. (...) Ludovico não escapou do quadro por ele mesmo esboçado (Rosa, 1974, p. 150-196).

Assim, tornou-se comum neste período da política acusar os governantes de práticas retrógradas, principalmente atos de violência, a quem era conferido o status de traidores de princípios revolucionários, carregados de mácula do atraso, contrários à modernidade. Fato é que não era possível uma mudança abrupta de comportamento político de um período em que os poderosos homens detentores de um certo prestígio eram avaliados de acordo com a “valentia [...] ou pela qualidade e quantidade de seus jagunços. Os partidos políticos eram denominados de acordo com o tipo das carabinas usadas pelos seus sequazes” (Ramos, 1997, p. 61).

O Estado de Goiás permaneceu como cenário de inúmeras disputas políticas violentas, enquanto no imaginário nacional e regional havia a necessidade de adequá-lo aos planos de uma nova economia e modelo de governança nacional, o que motivou a construção de Goiânia, que representaria toda a ideia de modernidade e progresso. À época, Pedro Ludovico classificava Goiás como centro “oligárquico, decadente e atrasado” (Chaul, 2002, p. 214).

Contudo, como todo e qualquer assunto envolvendo o estado estava longe de ser algo simples, também a construção de Goiânia e a ideia de transformá-la na nova capital gerou, em 1936, uma crise e conflitos no governo de Goiás. A proposta de mudar a capital, era considerada essencial para o projeto denominado de “Marcha para o Oeste”, mesmo assim enfrentou forte resistência, resultando em divisões da base de apoio do governo, entre os que defendiam e os que se opunham. Alegando a oposição ser vítima de pressões e perseguições políticas. (Junior, 2010).

A nova capital tornou-se fonte de atração para projetos de ocupação da região Centro-Oeste, à medida que era vista como referência da “marcha para o oeste”, os interesses políticos e econômicos sobre ela formavam um grande grupo heterogêneo que compunha a base de Vargas no estado. O novo cenário atraía grande contingente de pessoas de outros estados promovendo drásticas mudanças paisagísticas, com a construção de estradas, pontes, usinas, etc. (Junior, 2010).

Nesse sentido, a política varguista buscava integrar as áreas subdesenvolvidas do país, promovendo uma ocupação de regiões (terras) “despovoadas”. No entanto, essa estratégia resultou em relações econômicas desiguais, caracterizadas por um modelo de dependência em que algumas regiões produziam, exportavam bens, enquanto outras se limitavam a fornecer matéria prima. Assim, Goiás assumiu a posição de região subordinada, secundária, na reorganização econômica do país, era um grandioso e verdadeiro projeto de colonização. (Junior, 2010).

O Brasil chega a 1937 com a instauração de um golpe de estado por Vargas, que se arvora de poderes ditatoriais, expressando em seu discurso em 10 de novembro daquele ano: “O caudilhismo regional dissimulado sob aparências de organização partidária arma-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se em ameaça ostensiva à unidade nacional” (Junior, 2010, p. 24). É assim que Vargas destaca a importância do golpe de estado promovido, para barrar a organização partidária dos coronéis a quem preferiu atribuir o termo “caudilhismo”.

De acordo com Machado (1990) o Golpe de Estado de 1937, reverberou positivamente no governo goiano de Pedro Ludovico, que vinha fragilizado de crises políticas e episódios de violência em Goiás, com o movimento em nível nacional, ele fortalece seu poder, recompondo as bases e levantando seu projeto da nova capital, ainda que sofresse acusações de práticas consideradas pelo Estado Novo com caudilhescas, se posicionou, ainda que, discursivamente, alinhado ao governo de Vargas.

Pedro Ludovico encerra seu mandato como governador do estado de Goiás em 1954, lançando como seu sucessor Juca Ludovico, seu sobrinho, que obteve êxito para governar entre os anos de 1955 e 1959, mantendo as estratégias populistas empregadas por seu antecessor, as propostas empreendedoras do Presidente Juscelino Kubitschek, bem como a construção de mais uma cidade em Goiás, que seria Brasília, a mais nova capital do Brasil. A partir de 1950 Goiás começa a abandonar seu *status* de lugar remoto e excluído do país, para ser o centro de ações modernizadoras. (Neto, 2010).

Os governos de Pedro e Juca Ludovico e a transferência do Distrito Federal impuseram abruptas transformações no Estado Goiás, destacando um cenário de diferenças sociais:

(...) o Estado de Goiás (e grande parcela das regiões brasileiras) da primeira metade do século XX era predominantemente rural e o abrupto progresso imposto pelos governos de Pedro e Juca Ludovico, somado à transferência do Distrito Federal para seu espaço territorial, fizeram com que as graves discrepâncias sociais tornassem-se mais visíveis e a tradição política e consuetudinária, capitaneada pelos chefes locais ou das parentelas clânicas, chocassem ou imiscuído com a nova demanda democrática que se apresentou ao país após 1945, com a derrota das forças totalitárias do nazifascismo pelas nações aliadas. (Neto, 2010, p. 59).

Na época, grande parte dos políticos, intelectuais e progressistas das áreas urbanas concebiam o homem do campo interiorano, como:

Matutos, Caipiras, Jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, "superior", que enxerga gente atrasada, "inferior". A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa. Como era a estrutura social do campo, naquela época? No cume, situava-se a oligarquia de latifundiários, que controlava a propriedade da terra: latifundiários capitalistas como os fazendeiros de café e os usineiros de açúcar, ou latifundiários "tradicionais", como boa parte dos grandes pecuaristas. [...] E convenhamos, no Brasil dos anos 50 a desigualdade era extraordinária. (Melo, 1998, p. 574 e 582).

O Tronco surge na conflituosidade presente no Brasil central, ocasionada pela força motriz da modernização impulsionada pelos governos federal e estadual, do choque das tradições culturais e políticas regionais, que eram predominantemente rurais e marcadas pela governança de clãs familiares e, que se sujeitaram a “mudanças” abruptas. Essas transformações geraram tensões sociais profundas, evidenciadas em disputas por terra, identidade e poder político, que reverberam até os dias atuais.

Assim, a(s) obra(s) de Bernardo Élis é(s)ão fruto(s) deste quadro, das histórias de terror que o autor ouviu e vivenciou, de perto, desde criança, do componente humano “livre” utilizado como arma de guerra a serviço da ganância e da conservação de um certo status dos poderosos coronéis, das tomadas de poder pela mão armada, pela pólvora, pelo ferro, suor e sangue. Nessa tessitura narrativa, sua literatura torna-se denúncia e memória, revelando a brutalidade das relações de poder que moldaram o Brasil central.

A obra questão se constitui em verdadeiro conjunto de reflexões sobre o passado, marcas profundas que o autor carregava em decorrência da instabilidade política, tanto nacional quanto regional. Ela reflete o impacto dos movimentos que, embora discursivamente contrários ao

coronelismo, muitas vezes perpetuavam suas práticas; das tentativas frustradas de revolução proletária; da exploração, expulsão e do legado colonial ainda presente em Goiás, bem como das constantes mudanças de eixo político e das transformações culturais geradas por esse ciclo interminável de rupturas e continuidades.

4 LUTAS SOCIAIS E AS DISPUTAS POR TERRITÓRIO EM O TRONCO

Almejando compreender o universo das disputas e lutas sociais presentes na obra *O Tronco*, tomamos a espacialização do enredo como um território simbólico, constituído a partir da interação entre sujeitos que executam um programa de ação e, assim, “territorializam” o espaço real-representado. Trata-se, dessa forma, de um território elaborado ficcionalmente no interior da narrativa, como se observa no seguinte fragmento:

A viúva era casada com um capanga de Artur Melo e esse Artur Melo e seu pai, o coronel Pedro Melo, era gente poderosa. O prestígio deles era incontestado desde Pirenópolis até Boa Vista. Tinham tanto prestígio que logo depois da revolução estadual de 1909 o nome de Artur Melo foi indicado para presidente do Estado de Goiás. (Élis, 1974, p. 13).

Essa concepção de território também se faz perceptível no caso do personagem *Folorenço*, que devendo duzentos mil-réis para o coronel Pedro Melo e, tendo reunido o dinheiro com muito esforço, ousou tentar saldar a dívida, recebendo do coronel a seguinte resposta: “Tá doido, menino. Eu não emprestei dinheiro para camarada não. Dinheiro de camarada é serviço. Pode socar de novo no retiro até pagar tudo.” (Élis, 1974, p. 53).

Assim, para este trabalho buscamos compreender o território como o lugar onde ou através do qual se exercem relações de poder, estando impregnado de jogos de forças econômicas, de classe subalternizadas e hegemônicas, de pressões, de resistências que são também aspectos formadores de outros territórios (Haesbaert, 2023), não nos descuidando, ainda, do território compreendido no seu aspecto físico, nos limites do sertão do antigo norte goiano.

Mas o que seria “sertão”? Acreditamos que a palavra não pode ser definida simplesmente como “mais um” território, isso porque abriga uma pluralidade de significados, dentre os quais optamos por adotar neste trabalho aquele que condensa uma série de elementos. Sendo mais “que um lugar geográfico, está referindo a uma forma de organização social específica, a um modo de vida característico, a uma descontinuidade social que a noção de pátria mal recobre”. (Sena, 2007, p. 23).

Custódia Selma Sena, em seu trabalho *A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica*, destaca:

Bernardo Élis descreve o sertão igualmente pela lente do conflito durante a Primeira República. [...] *O tronco é o sertão* na sua especificidade, o sertão visto de dentro. É

uma ampliação em densidade do local desvela a continuidade de uma “identidade sertaneja” entre soldados, jagunços, vaqueiros e camponeses. (Sena, 2007, 23-24).

Não obstante, para nós, o sertão representado no romance *O Tronco* é acima de tudo uma categoria de pensamento histórico, econômico, político e cultural. Para entender essas representações é imprescindível destacar as delimitações geoespaciais do antigo norte goiano, a qual:

Limita-se ao norte, com o Estado do Pará, separado pelos rios [Araguaia] e Tocantins; com o Estado do Maranhão, separados pelos rios Tocantins, [...] com o Estado do Piauí, pela Serra das Figuras; com o Estado da Bahia, pelo Sistema Central ou Goiano [...] a oeste, o Estado do Mato Grosso. (Coelho, 2008, p. 35).

Essa delimitação abarca o cerrado nortense e um pouco da floresta amazônica, “sendo o território muito desigual, em parte coberto de matos carrasquentos e, em outras, de altivas florestas de grande fertilidade, tendo ricos campos de criar” (Coelho, 2008, p. 35) gados, cabras, porcos e outras criações, em extensas propriedades rurais que se formaram ao longo do tempo.

O sertão do antigo norte goiano além de abarcar uma infinidade de territórios simbólicos. No seu aspecto físico, também compreende um lugar de rios, como “o Tocantins e o Araguaia [que] formam a mais bela mesopotâmia que se conhece” (Coelho, 2008, p. 35) e a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira. Na composição de suas águas, também se encontram grotas, ribeirões, riachos, cachoeiras e grandiosas lagoas de águas claras e escuras.

Este mesmo sertão encontra-se embutido de misticismo, é deus e o diabo pairando na vida dos sertanejos, impregnando condutas sociais do amanhecer ao anoitecer. É o espaço de calmária, mas as vezes, muitas vezes, um lugar de desgraça(s), de barulho(s), de crime(s) que abalam as estruturas do tecido social, verdadeiros massacres de famílias, clãs, grupos políticos, etc. Essa dualidade se faz sentir no romance:

A noite caiu por completo sobre o povoado e sobre os campos que a seca principiava a esturricar. A janela aberta recortava um retângulo de céu, onde a Via-Láctea era uma poeira de ouro. Voavam morcegos cambaleante e estridentes; corujinhas gaguejava. Na grotá, o sapo-cachorro latia esganiçadamente, seguindo do cururu. Tão calmo tudo! Nem se podia acreditar que sob esta paz germinasse tanto ódio, tanta ambição, tanta soberba. (Élis, 1974, p. 32).

Além disso, como principal ponto deste trabalho, também podemos extrair do romance elementos que denotam a cultura sertaneja local: os tipos de alimentação, as vestimentas, as estruturas das moradias, as crenças populares, as superstições, as rezas, as simpatias, as histórias

de assombração, o trabalho atribuído aos homens e às mulheres em razão da divisão sexual do trabalho, os ritos fúnebres, dentre outros.

Na tentativa de explicar esses elementos culturais, é que se diz que os sertanejos, de um modo geral, são parte da natureza em que vivem (neste caso, os sertanejos representados em *O Tronco*) em constante interação com inúmeros componentes epistemológicos: culturais, políticos, sociais, econômicos, ecológicos e tecnológicos, conquanto sob uma “ótica modernista” essas tecnologias possam ser vistas como arcaicas.

Na obra, essa interação entre homem e natureza é evidenciada em diversos momentos, nos quais o sertanejo deixa transparecer “seus costumes, hábitos e comportamentos que se inter-relaciona com os extratos biofísicos onde se insere essa população humana” (Milagres, C. S. F. et al. A., 2022, p. 185):

Depois do almoço, como fazia todos os dias para espairecer, Lina foi dar uma espiada na rua. Debruçou à janela e viu a vila parada, calma, a sombra das árvores e das casas desenhando manchas negras no chão. Pela grotta, as almas-de-gato piavam os pios entojados. (Élis, 1974, p. 55).

Na obra, os coronéis representados, especialmente, nas figuras de Pedro Melo e Artur Melo estão sempre em posições sociais de poder (como chefes políticos ou servidores públicos de alta patente). Em contraste com os coronéis, que compreendem as figuras que exploram sertanejos pobres, promovem a grilagem de terras, e corrupção política, estão a maioria dos personagens do romance, que traduzem a vida desvalida no sertão, povoada por pessoas analfabetas, entregues as condições de trabalho degradantes, precariedades condições de vida, a submissão ao medo e a violência dos patrões.

Através deste quadro de intensas desigualdades, em que se vivia nos gerais do antigo sertão goiano, ser vaqueiro, policial e principal, ser jagunço, “pode – e deve – ser entendida como o que é: uma relação entre sujeitos e não como uma fatalidade” (Medeiros, 2012, p. 58), pois é nesse sertão que se revelam conjuntos de complexas relações de “trocas, defesas de interesses, barganhas, resistências, acomodações” (Medeiros, 2012, p. 58), entre os diversos personagens que o compõem.

Por outro lado, na dialeticidade da interpretação histórico-literária, Vasconcelos (2002), concebe o jagunço como empregado que não possuía (em sua maioria) terras e/ou trabalho (formal e lícito), compondo a plebe rural como agregados e moradores, que se posicionavam a serviço dos coronéis auferindo pagamentos, estabelecendo, ainda, uma relação de dependência (mútua) à medida em que ofereciam seu braço armado em troca de proteção. Essas relações de troca desenvolviam aquilo que E. P. Thompson tratou como economia moral, que, estando em

toda parte, possui especificidades ditadas pela região “que atribuem papéis econômicos e que endossam práticas costumeiras (uma “economia” alternativa), num equilíbrio particular de forças sociais” (Thompson, 1998, p, 258).

Portanto, *O Tronco* revela toda sua importância ao possibilitar a extração de elementos de nossas identidades, e principalmente da cultura regional, os modos de vida e de luta contra a exploração e a dominação dos coronéis, a análise e compreensão de inúmeras questões, dentre as quais, a ocupação de terras como espaços de se viver e enriquecer, as relações de poder que eram perpassadas pelos interesses individuais e politiqueros, bem como a identificação das relações econômicas e demais negociações dos sertanejos, dentre outras questões, que podem servir para compreender as atuais realidades do Tocantins.

Através dos personagens centrais, como o coronel Pedro Melo e sua família, o autor desvela a complexidade das relações sociais, os embates entre famílias, as dinâmicas de poder, tradições, valores, códigos de conduta, honra e confiança, que surgem das interações entre os personagens. A pesquisa destaca como esses aspectos são intrínsecos à identidade dos sertanejos e influenciam em suas decisões.

A análise em andamento se dedica também a representar os conflitos e tensões sociais presentes na obra, especialmente as disputas por terra, as violências, as injustiças historicamente vivenciadas na região e as profundas desigualdades sociais. A representação construída por Bernardo Élis oferece um retrato quase fiel e, ao mesmo tempo, crítico da realidade do sertão goiano, evidenciando, por meio da ficção, as estruturas que sustentam a exclusão e a dominação nesse espaço marcado por lutas históricas.

4.1 A terra e o território simbólico nas disputas entre coronéis e sertanejos

O sertão é carregado de elevada carga simbólica e afetiva. A simplicidade das moradias traduz a relação íntima com a terra e o senso de pertencimento que marca seus habitantes, nesse caso seus personagens: “Calma, a vila constituída pelo conjunto de casas do largo. A manhã de maio, fria e neblinosa, estendia-se por sobre o povoado de casinhas caiadas de branco, por trás das quais erguiam-se tufos verdes”. (Élis, 1974, p..). Esse cenário, aparentemente pacato, expressa uma territorialidade simbólica presente no cotidiano da Vila de São José do Duro, na memória coletiva dos que habitam o espaço, cada árvore frutífera plantada nos quintais representa formas de vida enraizadas em tradições.

Nesses Gerais, a terra vai muito além de um simples pedaço de chão ou de uma área ocupada no espaço geográfico. Ela representa o próprio território em suas múltiplas dimensões

(física, simbólica e cultural), não podendo ser reduzida a uma mera base de produção. Para o sertanejo, especialmente para os sertanejos pobres, a terra carrega significados que ultrapassam os aspectos econômicos: é fonte de afeição, identidade, pertencimento, memória, resistência, sobrevivência, luta e sonhos:

(...) voltava para o sertão, para caçar e pescar. [...] brevemente pagaria todas as contas e aí seria um homem livre, dono de sua vontade, dono do sertão inteiro, das veredas de buritis, dos rios que escondiam no fundo os peixes misteriosos e engraçados que a gente carecia de pegar com muita astúcia. Seria dono dos gerais, onde o veado retorce as orelhas e o focinho molhado campeando no vento sinal de gente. Seria senhor dos lugares por onde a paca traça seu caminho incerto, num passo elástico de veludo e seda. (Élis.1974, p. 72).

A relação dos sertanejos com o sertão é também historicamente marcada por fortes desigualdades estruturais e socioeconômicas, revelando o território como um espaço de conflitos moldados por relações de poder. Essa perspectiva destaca a complexidade da ocupação do sertão, evidenciada nas diferentes formas de posse e concepções de propriedade que se desenvolveram ao longo do tempo. Aspectos que trazem reflexões sobre como o controle da terra esteve(está) associado às dinâmicas locais, em favor de número reduzido de indivíduos, frente a ausência de regulamentações efetivas, especialmente em regiões periféricas e de difícil acesso.

No início do século XX, período retratado por Bernardo Élis em seu romance, a posse de terras no Brasil seguia uma lógica bem específica, distante da formalidade, conforme descreve o autor: “Dono do chão era quem possuísse gado nele empastado. Até onde andasse o gado com a marca, até aí ia a propriedade do dono desta marca. Era uma lei [...] transmitida de pais a filhos, sem contestação” (Élis, 1974, p. 40). Realidade que evidenciava os efeitos limitados da aplicação da Lei de Terras de 1850 na região do antigo norte goiano, como bem explicou a professora Olivia de Medeiros, demonstrando a persistência de práticas tradicionais de ocupação em detrimento da legislação oficial:

Imaginei que as consequências da Lei de Terras (1850) na região teriam sido imediatas, significando para os sertanejos pobres um processo suficientemente traumático - dado o vínculo destes com a terra e a centralidade de seu modo de vida rural - construção de seus modos de viver. [...] Porém [...] observei que a Lei de Terras nos Vales somente começou a ser aplicada, e ainda assim o foi de forma precária, a partir do princípio do século XX. Isso definiu, sob muitos aspectos, as formas pelas quais a terra foi ocupada na região, inclusive no que se refere às relações de trabalho e às disputas pelo mando da terra e dos homens. (Cormineiro - Medeiros, 2010, p. 22).

Nesse contexto, a apropriação de terras devolutas pelos coronéis era uma prática recorrente, que contribuía para a concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos. “O próprio Pedro, que era dono de mais de vinte fazendas, perguntassem a ele se possuía documento, para ver!” (Élis.1974, p. 40). Essa apropriação informal de extensas áreas, sustentada não pela legalidade, mas pela força e pela influência política e econômica, evidencia(va) a fragilidade do sistema fundiário brasileiro (da época), agravada pela omissão do Estado na fiscalização e regularização das terras públicas.

A fazenda era o núcleo fundamental da organização social, econômica, política e até militar dos gerais, funcionando como a principal unidade de sociabilidade e território da região, isto é, representava a principal forma de organização do território e das relações entre as pessoas. Nos currais, as reses eram confinadas para descansar dos longos trajetos realizados até as fazendas e em seguida eram soltas na caatiga, onde viviam e se reproduziam praticamente sem manejo. (Prado Jr., 1948).

Apesar disso, essa atividade exigia altos custos. Apenas alguns indivíduos, como os fazendeiros e seus filhos podiam/podem realizá-las, enquanto os vaqueiros, agregados e outros sertanejos viviam na marginalidade. A “propriedade” das terras era delimitada de forma imprecisa, por elementos naturais (uma árvore, um curso d'água, etc.), daí o surgimento do termo “gerais”. Assim, a expansão das fazendas dependia do rebanho e da mão de obra, levando os fazendeiros a acumular agregados e vaqueiros para aumentar seu poder e domínio territorial. (Marques, 2005).

Por vezes e raramente, algum vaqueiro se tornava fazendeiro, embora essa transição não ocorresse de forma pacífica, como toda relação que se desenvolve no sertão. É o caso de “Norato, vaqueiro de Tozão, [que] abandonou a fazenda do patrão e montou sua própria fazenda, com perto de duzentas reses. “Norato roubou de Tozão” - gritavam os Melos, para quem somente pelo roubo poderia um pobre vaqueiro [torna-se] fazendeiro”. (Élis.1974, p. 14). Como quem veste uma armadura, Norato, novo fazendeiro da região, julgou-se intocável por detrás de seu rebanho, assim como todos os fazendeiros, do pequeno ao grande. Faltava-lhe, contudo, a expertise dos veteranos, erro que lhe custou a vida:

apesar das ameaças dos Melos, Norato veio a residir perto do Duro, onde se julgava seguro por trás das suas vacas e bois. Um dia Norato aparece morto e por uma só boca o povo dizia que o matador fora Calixto Chapadense. Artur Melo era juiz e em vez de procurar punir o criminoso, o que fez foi mandar arrecadar as quase duzentas reses do morto como bens vacantes; mas não as levou à praça, como mandava a lei. Procurou Vicente e lhe propôs darem um sumiço no processo. Argumentava ele: — Você sabe, Vicente, que esse gado é mesmo de Tozão. Então, vamos devolver ele a seu dono. Não acha? (Élis.1974, p. 14)

Esse é um dos relatos trazidos por Bernardo Élis para enfatizar o fato de que a narrativa central também é sobre disputa territorial. A morte de Norato e a apropriação indevida de suas reses revela não apenas a violência praticada por figuras de poder, mas também a manipulação das leis em benefício de interesses particulares. Artur Melo, na condição de juiz, ao invés de zelar pela justiça, age para garantir que o gado retorne às mãos de sua família, os Melos, a pretexto de pertencer originalmente a Tonzão (seu jagunço e cunhado), escancarando a impunidade e a íntima relação entre poder político, econômico e o controle da terra.

Em outro momento do romance, o autor narra uma rixa entre os personagens Pedro de Melo e sua cunhada Dona Benedita, por uma área chamada de “refrigério”, onde havia pastagem fértil, usada tradicionalmente para alimentar o gado durante a seca. Esse uso era passado de geração em geração, sem documentos formais de posse. Ocorre que “mal o sogro de Vicente fechou os olhos, o irmão Pedro Melo trouxe de Barreiras vários rolos de arame farpado e os estendeu por ali, cercando o refrigério” (Élis, 1974, p. 40) Dona Benedita protesta, dizendo que herdou a área de seu pai, mas o cunhado exige documentos legais, mesmo sabendo que ali ninguém os possuía.

Assim, Dona Benedita acaba perdendo o refrigério e seu gado ao tentar alcançar a área, como sempre fez, especialmente nos períodos de seca, acaba se ferindo nas cercas. Apesar do choro e protestos da viúva, e da constante procura por apoio familiar, ninguém ousa enfrentar o poderoso Pedro Melo. Por fim, o gado acaba sendo tomado para pagar o inventário do falecido esposo. Sem recursos e sem o rebanho, Dona Benedita termina empobrecida, em decorrência das ações da própria família e do Estado. Sua ruína mostra como o antigo sertão goiano era/é engolido pelo avanço de uma ordem individualista, onde o mais forte impõe sua vontade.

Esse é o retrato mais fiel daquilo que bradava o personagem Arthur Melo “Esta terra não possui justiça, nem segurança. A justiça tem que ser essa! — Artur batia na carabina de papo amarelo” (Élis, 1974, p. 31). Noutras palavras, o estabelecimento inafastável da lei do mais forte sobre o mais fraco, sustentada não por códigos, mas pela ameaça brutal de violência, pela autoridade imposta no grito. O gesto de Artur Melo batendo na carabina trazia a certeza de que sua ordem seria mantida à custa de sangue e não de justiça, sendo a figura do jagunço o braço executor dessas ordens, legitimada por laços de sangue e pela tradição do mando absoluto e quase incontestável.

É justamente a partir da contestação do personagem, coletor de impostos, Vicente Lemes, em aceitar o inventário do falecido Clemente Chapadense e sua viúva, que se desenrola a narrativa do Barulho do Duro:

Uma indignação, uma raiva cheia de desprezo crescia dentro do peito de Vicente Lemes à proporção que ia lendo os autos. Um homem rico como Clemente Chapadense e sua viúva apresentam no inventário tão-somente a casinha do povoado! Veja se tinha cabimento! E as duzentas e tantas cabeças de gado, gente? E os do sítios no município onde ficaram, onde ficaram? Ora bolas! Todo mundo sabia da existência desses trens que estavam sendo ocultados. (...) Pela segunda vez Vicente Lemes lavrou o seu despacho, exigindo que o inventariante completasse o rol de bens, sob pena de a Coletoria Estadual o fazer. (Élis.1974, p. 9).

O trecho representa conflitos de interesses e tensões sempre presentes nos Gerais, habitualmente associados a disputas por posses. As estratégias de ocultação daquilo que se entende como riqueza, especialmente terras e gado, tinha por objetivo o pagamento mínimo em tributos, mantendo o patrimônio em favor de clãs familiares locais. Nesse caso, o conflito não se resumia a uma simples questão burocrática de lavratura documental, mas sim de disputa material por poder, prestígio e legitimidade territorial.

As disputas por terras e bens eram frequentemente travadas entre clãs familiares locais, conduzidas em seus núcleos por coronéis. Por outro lado, havia uma busca tácita por não gerar atritos entre membros da própria família, como uma tática de fazer prosperar o poderio da unidade familiar. Mantinha-se, dessa forma, certa cordialidade, respeito não dispendido as demais pessoas, especialmente à figura do patriarca-chefe:

“Sangue não briga com sangue — diziam os Caiados. O Coronel Pedro Melo também sabia levar em conta o parentesco, e reconhecia que o sobrinho Vicente, como os demais, tinha um respeito plantado fundo, um temor biológico para com o chefão da família. O velho percebia que Vicente algumas vezes até lhe tomava a bênção. (Élis.1974, p. 24).

Entretanto, esses momentos de reverência quando contrastados com outros de pura violência, manifestam-se apenas como meras estratégias situacionais de pura conveniência, o próprio coronel Pedro de Melo não considerava barreiras morais ou sanguíneas no fiel cumprimento de suas ordens, para fins de eliminar seus desafetos, seja lá quem fosse:

A voz pastosa do bêbado rolava nas trevas e de sua porta o velho tio saiu, chamou lá dentro do quintal Tito e Resto-de-Onça. mandou em casa do genro e sobrinho Tozão buscar o capanga Aleixo, tudo em silêncio, na ponta dos pés, cochicho nos ouvidos. Muito de sutil os três homens esperaram o bêbado; e quando ele encostou na calçadona alta do tio para soltar a sua cantiga, foi um vup e ram; meteram-lhe o porrete no piolho. (...) Chegando à casa do sobrinho, ordenou que batesses. Aleixo bateu, a mulher abriu a porta e antes que os olhos dela pudessem habituar com a claridade da lanterna, os capangas balangavam o cadáver para lá, para cá e —zás — atiravam ele aos pés da mulher e dos filhos, dentro da sala, no chão batido e úmido. (Élis.1974, p. 17).

Além disso, as disputas locais não se restringiam às rivalidades entre famílias influentes e diversas, mas, por vezes, envolviam também o confronto direto com o próprio Estado, tal como no exemplo retratado por Bernardo Élis, no qual Vicente Lemes e o Juiz Valério, respectivamente, representantes da coletoria e da justiça estatal, exigem o cumprimento da lei diante da tentativa de fraude no inventário.

Essa tensão entre coronelismo e Estado era muitas vezes apenas aparente, pois, os próprios coronéis mantinham forte influência sobre autoridades políticas e jurídicas, manipulando o aparelho estatal conforme seus interesses, participando ativamente do Estado. “Era dali que Eugênio Jardim, ex-aliado de Artur, agora trazia Vicente, para com ele fazer frente aos Melos, no Duro. Dia a dia os correligionários dos Melos abandonavam suas fileiras, passando de armas e bagagens para as hostes de Vicente Lemes e Valério Ferreira” (Elis, 1974, p. 15).

Nesse contexto, os sertanejos pobres não passavam de seres humanos descartáveis: usados como soldados, armas, escudos ou simplesmente alvos, sendo as principais vítimas desse processo de concentração fundiária e da violência simbólica e física que ele gerava, conforme reflexão que faz o personagem, soldado tenente Mendes de Assis diante do ataque de jagunços na Vila de São José do Duro: “Perder a vida inutilmente, bestamente. Tantos anos ainda por viver, tanta coisa fazer, e sacrificar-se por uma briga dos outros, por uma questão que nada lhe interessava”. (Elis, 1974, p. 215).

Frente a este cenário, o sertão pode ser compreendido como uma construção territorial que vai além de sua materialidade, envolvendo relações sociais e disputas de poder que o constituem historicamente, produzido por diferentes atores sociais: o Estado, os coronéis e as comunidades locais, cujas ações expressam dominação, apropriação e estratégias de sobrevivência. Sob esta ótica, rompe-se com a ideia de espaço de atraso, considerando o sertão como *locus* das dinâmicas sociais, onde o poder se manifesta no controle da terra, recursos, e nas representações construídas sobre quem o habita e o produz.

Assim é o sertão de Bernardo Élis, um organismo em constante mutação, que rejeita qualquer ideia de estaticidade, mas que se sujeita permanentemente à movimentos, de gigantescas e até mesmo traumatizantes mudanças, existindo “enquanto confluência, interrupção e coagulação de fluxos” (Haesbaert; Bruce, 2002) em eterna fluidez, como produto de seus atores em des(re)territorialização. É nesse quadro de tensões e deslocamentos que os sujeitos constroem e reconstroem suas identidades, ora arraigados à terra e à tradição, ora expulsos por forças políticas, econômicas e culturais, que reconfiguram o espaço vivido.

Em *O Tronco*, as autoridades que conviviam na Vila de São José do Duro, exaustas dos desmandos promovidos pelos Melos, relatam os absurdos vividos em carta dirigida ao Coronel Eugênio Jardim. Esse ato de rebeldia, coragem e contestação aos Melos, que culminou no envio de comissão pelo presidente do Estado de Goiás, com o fim de apurar os fatos denunciados. “A comitiva já era de mais de meia centena de homens. Soldados e mais soldados e mais soldados foram se juntando a ela no correr da viagem que durava uns sessenta dias” (Élis, 1974, p. 75.).

A chegada dos soldados à vila representa um movimento explícito de reterritorialização estatal, isto é, uma tentativa do governo de reafirmar sua presença num espaço que vinha sendo hegemonicamente controlado pela família Melo. Essa entrada das forças oficiais provoca um abalo nas estruturas locais de poder, desestabilizando as territorialidades construídas a partir da influência dos coronéis. A atuação desses agentes estatais configura uma tentativa de reorganizar o espaço em novas bases jurídicas e administrativas e de ordem social.

No entanto, essa tentativa de reconfiguração territorial não ocorre sem resistência. A presença do Estado é sentida como uma ameaça direta à autoridade consolidada dos Melos, por meio de alianças familiares, práticas clientelistas e domínio pelo medo, que entram em choque com os mecanismos oficiais de uma suposta justiça. O conflito entre essas duas formas de territorialidade desencadeia um processo de desterritorialização, não apenas das instituições locais, mas também da vida cotidiana dos moradores, que passam a viver sob tensão e a sombra da incerteza, sentindo-se deslocados dentro do próprio espaço que antes lhes parecia familiar.

Posteriormente, parte dessa comissão e a maior autoridade presente, o juiz Carvalho, acuados pela ameaça de violência pelas mãos de jagunços, se vê obrigada a abandonar seus postos. Sua fuga não é apenas geográfica, mas simbólica: representa a quebra da autoridade institucional em face do poder coronelista. Essa saída marca uma dissolução quase que total da ordem jurídica recentemente instituída e revela, como apontam Deleuze e Guattari, que “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”. (Haesbaert; Bruce, 2002).

Da mesma forma, a população da vila também sofre o processo de desterritorialização quando boa parte passa a fugir para escapar do massacre promovido por jagunços e soldados. O espaço doméstico, antes lugar de aparente segurança, afeto, pertencimento e luta, é desfeito pelo medo e pela violência: “Os donos tinham fugido. A velha Chiquinha, o velho Albinho, Maria Coxa, o pedreiro, uns pobres, foram de arribada. Nunca mais botavam os pés nessa terra infeliz. Fugiam da fome, fugiam do recrutamento” (Élis, 1974, p. 84). O êxodo coletivo demonstra o colapso das relações sociais e territoriais, tornando a vila um território em ruínas.

Nesse cenário de desintegração, os laços comunitários também se fragilizam, pois a convivência cotidiana, as redes de solidariedade e os vínculos de vizinhança perdem sua força diante da urgência da sobrevivência. A fuga não representa apenas o abandono físico do espaço, mas o rompimento com as referências simbólicas que sustentavam a identidade coletiva. Os sujeitos, agora dispersos, veem-se privados dos elementos que os conectavam ao território: a memória partilhada, os ritos, etc. O território que antes constituía um centro de significados passa a ser lembrado como trauma, e os deslocados enfrentam o desafio de reconstruir seus modos de vida em ambientes outros, de reterritorializar-se.

De acordo com Deleuze e Guattari, os processos de desterritorialização e reterritorialização são inseparáveis e simultâneos. Assim, o espaço sertanejo aparece como um campo de intensos agenciamentos, termo usado pelos autores para designar as redes de relações e de forças que compõem uma determinada realidade. Na obra de Bernardo Élis, esses agenciamentos não são apenas políticos, mas também subjetivos, familiares e até místicos. Eles atravessam o visível e o invisível, articulando códigos de poder, apegos e crenças que moldam a experiência dos sujeitos no território.

Assim, a constante disputa pelo território sertanejo é também gerador de territorialidade, pois mobiliza sentidos, práticas culturais e estratégias de resistência por parte dos sujeitos que nele habitam e (re)significam o espaço. Cada confronto, seja pela posse da terra ou pela manutenção de modos de vida tradicionais, contribui para a construção de vínculos que vão além da dimensão material. Nesse processo, a territorialidade “está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Haesbaert, 2014, p, 59).

A formação desse território, assim como os demais, “se dá através de agenciamentos” (Haesbaert; Bruce, 2002, p. 7), os quais podemos entender como o conjunto de dinâmicas que envolve diferentes elementos (humanos e não-humanos) que se conectam e interagem, gerando fluxos de desterritorialização (com o abandono de território(s)) e reterritorialização (com a construção ou reconstrução de novo(s) território(s)), como movimentos indissociáveis e contínuos, sendo, portanto, elementos fundamentais para a formação e transformação dos territórios. Esses agenciamentos podem ser classificados, inicialmente, de duas formas básicas: maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, conforme já abordado anteriormente.

No romance *O Tronco*, exemplos de agenciamentos maquínicos se formam a partir do modo como o poder coronelista de Pedro Melo se estabelece e se sustenta na vila de São José do Duro. Esse poder não depende apenas da força bruta ou de uma estrutura formal de mando, mas emerge de uma rede complexa e mutável de conexões entre pessoas (familiares, jagunços,

vaqueiros, agregados, compadres, aliados políticos), objetos (armas, o tronco de tortura, a bala, o chicote, a espora), espaços (o sobrado, a cadeia, o largo, a vila), natureza (o sol escaldante, a chuva torrencial, as árvores frutíferas, reses, mulas, cavalos, a terra), tudo isso em plena interação de corpos, de forma descentralizada.

Já os agenciamentos de enunciação envolvem os discursos, crenças e justificativas que sustentam essa estrutura de poder. O uso da justiça como fachada para apropriação de bens, os julgamentos manipulados e os despachos judiciais feitos com ironia e intenções indigestas, a insistência da elite em sustentar um discurso de que os pobres (sertanejos) não passam de “preguiçosos, [...] fuxiqueiros! [...] É um povo que não faz nada, que não tem coragem de trabalhar para enriquecer e só quer estar atucanando os que trabalham”. (Élis, 1974, p. 34), ou um gesto intimidador que se expressa através da linguagem corporal:

A testemunha seguinte era Resto-de-Onça, capanga de Pedro Melo, um dos que participaram diretamente da morte de Vigilato e que deveria estar apontado como réu. Ao assentar-se no tamborete, em frente do juiz, alguma coisa tombou ruidosamente no chão. Dr. Hermínio vagarosamente moveu o vasto corpanzil, tirou os óculos que só permitiam ver próximo, e arregalou os olhos. No chão estava a imensa garrucha de Resto-de-Onça que, sem pressa, repuxando a cara com suas caretas habituais de tarado, pegou a arma, soprou os ouvidos e meteu no largo correão que servia de cinta. Dr. Hermínio compreendeu a impossibilidade de apurar ali qualquer coisa. Os Melos eram os donos de tudo. O caminho que lhe ditava a consciência seria alegar isso e renunciar à comissão. Mas como fazer tal coisa, se não conhecia ou não lembrava dos caminhos adequados? Depois, tinha já muitos anos de serviço público, estava esperando aposentar-se em breve, essa atitude não iria talvez atrapalhar sua aposentadoria? Eram trinta e tantos anos de serviço duro, de exílio no sertão. O bondoso Juiz Hermínio consertou a garganta, limpou o suor da careca e nunca mais fez a menor pergunta. As testemunhas depunham o que bem entendiam, seguindo a orientação do advogado Leite Ribeiro, que se tomou o dono do processo. (Élis, 1974, p. 22-23).

Assim, a formação, a transformação a extinção e a recriação dos territórios são processos dinâmicos e contínuos, que ocorrem por meio de agenciamentos, que produzem fluxos de des(re)territorialização, movimentos que não ocorrem isoladamente, mas em constante relação, alterando as formas de organização do espaço e as experiências dos sujeitos que lá vivem. Aliás, os próprios agenciamentos se formam do/no território.

Entre esses agenciamentos, destacam-se os maquínicos de corpos, que envolvem a interação entre corpos sociais, naturais, e de objetos e os coletivos de enunciação, que dizem respeito às formas simbólicas, discursivas e institucionais que sustentam e legitimam as estruturas sociais. Ambos são fundamentais para compreender como os territórios são constituídos não apenas fisicamente, mas também como espaços de poder, identidade e significação.

O sertão, tal como analisado por Haesbaert a partir de Deleuze e Guattari, é, em outras palavras, encontros, desencontros, rupturas e confluência de movimentos, um território em permanente estado de tensão, extinção e recriação. Em *O Tronco*, essa fluidez se está presente na instabilidade das relações sociais, na contínua redefinição dos espaços de poder e na expulsão e flagelo dos sertanejos pobres, que vivem à mercê de forças maiores do que suas próprias vontades, de modo que essas transformações parecem sempre partir do campo das disputas, especialmente por terras, bens materiais e homens.

Portanto, mesmo no sertão de Bernardo Élis, a territorialidade não é fixa, mas rizomática múltipla, fragmentada, interligada por sentimentos (medos), interesses e resistências. O sertanejo é por sua natureza um ser dual, sendo a um só tempo, aquele que finca raízes e aquele que é arrancado, expulso da terra, de seus territórios materiais e simbólicos. O romance torna visível a luta contínua entre forças de captura e de fuga, onde o território não é apenas chão, mas campo de batalha, mapa de afetos, e palco de agenciamentos que (re)definem, a cada momento, quem pode pertencer, e a que custo.

4.2 Os signos das negociações e das violências no coronelismo goiano

Percorremos os caminhos deste trabalho por veredas sempre complexas, especialmente no que se refere à relação entre Literatura, Memória e História, apontando que a literatura pode ser um campo fértil para o pesquisador encontrar vestígios de um “passado que foi pensado, dito e, portanto, vivido”. (Medeiros, 2012, p. 73). Nesse entrelaçamento, a literatura não apenas representa, mas participa da construção da memória histórica, revelando, por meio de suas ambiguidades, tanto os rastros preservados quanto os silêncios do que foi experienciado.

Esse entrelaçamento é ambíguo, pois a literatura, ao mesmo tempo em que revela, também oculta. Ela guarda a tensão entre o lembrar e o esquecer, criando um jogo entre o que é mostrado e o que é disfarçado. “A ambiguidade radical da literatura se manifesta escondendo e mostrando palavras, sentimentos, objetos: ela os nomeia e, ao mesmo tempo os desfigura até torna-los duvidosos, elusivos, dúbios” (Sarlo, 2005, p. 26). Essa ambiguidade é justamente o que garante a permanência do que se diz na literatura, mesmo que envolto em dificuldades interpretativas.

Desse modo, rejeitamos leituras simplificadoras que enxergam os registros literários unicamente como reflexos de uma realidade distante. Em vez disso, seguimos a perspectiva proposta por Mikhail Bakhtin, para quem o signo é carregado de sentidos históricos e sociais, sempre atravessado por vozes, tempos e ideologias. Assim, compreendemos que aquilo que é

escrito também é vivido, não como uma cópia direta ou simplista da realidade, mas como uma experiência concreta, interpretada e reconstruída por meio da linguagem, que articula memória, subjetividade e história.

Nesse sentido, “os signos são, por um lado, suportes exteriores e materiais da comunicação entre as pessoas e, por outro lado, são o meio pelo qual se exprime a relação entre o homem e o mundo que o cerca” (Lopes, 1995, p. 16). Esse sistema de signos se exterioriza-se através da língua, que por sua vez é constituída a partir das ações entre os homens. Nessa perspectiva, não há pensamento individual, as formulações mais particulares são em verdade expansões do pensamento do grupo, um fenômeno carregado de ideologia:

o signo deixa de ser uma entidade exclusivamente *una*, de uma única significação e passa a ser de natureza dialética e polifônica – ele tanto reflete quanto refrata diversas realidades e diversos temas, tantos quantos forem os tipos de diálogos entre indivíduos e entre discursos aos quais remete, baseados nos tipos de estruturas e relações sociais e de campos ideológicos, que, por sua vez, se associam às condições econômicas. O signo linguístico se efetiva assim como *signo socioideológico*, bem diferente do sinal imóvel idealizado ou da manifestação psicofisiológica. (Muniz, 2000, p. 72).

O Tronco, se insere nesse horizonte interpretativo que compreende a literatura como um campo de tensões entre memória, história e ideologia. Não se trata de um simples reflexo da realidade, mas de uma narrativa que refrata múltiplas vozes, experiências e posicionamentos políticos em torno das questões políticas do antigo norte de Goiás. Ao narrar os conflitos entre poderosos fazendeiros, políticos locais e camponeses, Élis mobiliza signos carregados de significados históricos e sociais, revelando uma realidade profundamente marcada por disputas territoriais, negociações e pela violência estrutural. O romance assume a literatura como um espaço de enunciação polifônica, em que os discursos se entrelaçam para dar conta de uma realidade que foi/é vivida, interpretada e disputada, e nunca neutra ou unívoca.

A partir da concepção bakhtiniana de signo linguístico como entidade socioideológica, podemos perceber que a linguagem empregada por Bernardo Élis em *O Tronco* não apenas representa uma época ou um espaço, mas constrói um discurso que interage com memórias coletivas, práticas culturais e relações de poder. A obra é, assim, um território de memória em disputa, onde o que é lembrado convive com o que é silenciado. A ambiguidade da linguagem literária, permite que os sentidos se revelem e se escondam, possibilitando diversas leituras conforme o horizonte ideológico do leitor. O romance não é apenas um texto literário sobre o sertão goiano, mas um testemunho crítico que se inscreve na luta simbólica pela narrativa histórica de uma região em constante transformação.

Compreendido que os signos não são entidades neutras, imóveis ou oriundas de um pensamento isolado, mas resultam de práticas sociais e ideológicas, propomos a análise de alguns signos construídos por Bernardo Élis no romance *O Tronco*. Tais signos evidenciam e denunciam as formas como se davam as negociações e as violências impostas pelo coronelismo na Vila de São José do Duro, realidade, que, longe de ser uma exceção, refletia a realidade histórica do Brasil. O autor apresenta como essas práticas se sustentavam não apenas pela força física, mas também por alianças simbólicas, discursos jurídicos e pactos de silêncio. Assim, a narrativa denuncia os mecanismos pelos quais o poder se legitima, se perpetua e se oculta.

O Duro era terreno fértil de onde brotavam os mais sórdidos acordos por cargos, terras, animais e até mesmo, homens. Era palco de um mercado onde os homens se vendiam e se compravam, também, como uma estratégia de sobrevivência pessoal e da própria família. Nesse ambiente, marcado por relações de força e submissão, os vínculos políticos se confundiam com laços de sangue, e o valor das pessoas era medido por sua utilidade nas engrenagens do poder coronelista. A dignidade, muitas vezes, era moeda de troca; e o silêncio, uma condição para continuar existindo. Na Vila retratada por Bernardo Élis, os gestos (signos) cotidianos naturalizavam pactos que mantinham o povo subjugo e o poder nas mãos de poucos.

A oferta de cargos não se dava por mérito ou competência, mas por critérios de conveniência política e acordos que, quase sempre, visavam alcançar as delícias do Estado. É o caso da nomeação de Vicente Lemes como escrivão e coletor de impostos por seu primo, o coronel Artur Melo, que recorria ao parente sempre que necessitava de uma atuação parcial do poder público, especialmente para isentar-se de tributos ou facilitar a passagem das boiadas de seus correligionários pela região:

— Olha, meu primo, você está certíssimo. Mas cobre impostos só sobre quinhentas reses. — Nessas horas, Artur se lembrava que era primo de Vicente. — Não pode, Artur. Você conhece a lei, você como deputado ajudou a fazer ela. O número de reses é conhecido de todos... Amanhã irão denunciar para a Capital... — Nada, meu primo, faça vistas grossas. Esse povo não está habituado a pagar nada e por isso você tem que primeiro educai cobre menos agora, mais da outra vez, até que eles não estranhe: É assim mesmo, homem! Vicente acedeu. Fazia a concessão para que Artur não disse se que Vicente repelia acomodações. Para que Artur não ficasse mal servido, ia cobrar imposto sobre a metade da boiada. — Muito obrigado, Vicente. Gostei de ver seu espírito de conciliação — dizia Artur apertando a mão do coletor, a quem m mais chamava de primo. — É disso que precisamos: compreensão mútua, cooperação. (Élis, 1974, p. 25-26).

Contudo, o indicado ao cargo deveria manter uma postura de gratidão permanente, caso contrário, passaria rapidamente de aliado a inimigo “Artur era então Juiz Municipal e um dia chamou o primo: — Olhe, Vicente, você é gente de casa, pobre, vou te nomear escrivão do

Judicial e Notas. Antes, porém, nunca o houvesse feito. Era um ingrato o Vicente.” (Élis, 1974, p. 13-14). Ao nomear o primo, Artur Melo buscava assegurar lealdade pessoal e ampliar sua rede de controle institucional. Dessa forma, o cargo deixava de ser função pública e passava a ser instrumento de dominação privada, sustentado por obrigações imorais não ditas, mas exigidas com rigor.

Outro exemplo de acordo tácito é a nomeação de Martim para o cargo de agente dos correios, feita por indicação do coronel Artur Melo, como parte de uma estratégia dos Melos para ampliar sua influência política na região, já que o cargo oferecia o controle sobre o fluxo de correspondências e informações da vila. No entanto, Martim mais tarde rompe com os Melos, em resposta a uma nova conjuntura igualmente política:

Martim não tinha direito de desgostar os Melos, que nenhum mal lhe fizeram. Parecia ao Juiz que Martim se opunha aos Melos por mero dever funcional. Fora nomeado agente do Correio em substituição a Vigilato, a pedido de Artur Melo; depois que o Governo Estadual se pôs contra os Melos, Martim também bandeou. Explicava que era por amizade a Cláudio e ao juiz, por discordar dos atos dos seus protetores de ontem. Mas Valério embirrava com aquilo. Não dizia, que um aliado a mais ninguém despreza, ainda mais sendo como era, o controlador da correspondência. (Élis, 1974, p. 19-20).

A relação entre benfeitor e beneficiado estava permeada por expectativas implícitas de submissão, “Artur ficou danado: — Vem cá, você pensa que te nomeei por teus belos olhos? Achei que ia ter um amigo e quando acaba o que tenho é uma cascavel!” (Élis, 1974, p. 14-15), de modo que qualquer recusa ou desvio do esperado era interpretado como traição ao acordo celebrado, fragilizando o vínculo familiar que outrora fora erguido com causa maior do ajuste, a lealdade era cobrada como maior rigor que a obediência à lei.

Entre os diversos arranjos que sustentavam o poder dos Melos, destacava-se a aliança estratégica com os boiadeiros, personagens fundamentais para a manutenção da influência política e armada da família. “Boiadeiro era a base do poder dos Melos, a quem forneciam eleitores e jagunços”. (Élis, 1974, p. 25). Assim, em troca de proteção e favores fiscais, como a dispensa parcial ou total de tributos, os boiadeiros ofereciam apoio logístico e humano, colocando seus homens a serviço das disputas políticas e dos conflitos armados. Esses acordos reforçavam o controle territorial dos coronéis e também evidenciava como as relações econômicas se entrelaçavam com estruturas de mando.

Os acordos firmados no sertão não se limitavam ao campo político, mas também estruturavam as relações de trabalho e posse, muitas vezes mascaradas sob uma aparência de “justiça” informal: “Nas fazendas de Artur, como na de todos os criadores, de cada quatro

bezerros nascidos um pertencia ao vaqueiro” (Élis, 1974, p. 51). Esses tratos eram verbais, não garantiam direito efetivos escondiam uma lógica de exploração, atravessadas por relações de dependência, medo e submissão. “Se um boi espaduava, se morria, se sumia, se era roubado por índios, quem pagava era o vaqueiro. O resultado era que o vaqueiro estava sempre endividado”. (Élis, 1974, p. 51).

Assim, o que se apresentava como uma combinação justa funcionava, na prática, como mecanismo de controle sobre o trabalhador, que se via obrigado a aceitar tais condições para garantir sustento e segurança mínima para si e sua família. O ajuste, enquanto signo, revela-se ambíguo: simultaneamente expressão de sobrevivência e instrumento de dominação, especialmente em um contexto marcado pela escassez de alternativas, como era a Vila de São José do Duro e o sertão goiano como um todo, no qual a aceitação de pactos tornava-se menos uma escolha e mais uma imposição disfarçada.

Nos gerais representados por Bernardo Élis, alguns acordos, sob a aparência de benevolência, escondiam novas formas de aprisionamento social e econômico. A história de Folorenço, retirado do tronco por intercessão direta do coronel Pedro Melo, ilustra esse mecanismo perverso. Sem dinheiro para garantir sua liberdade, o homem é “libertado” por meio de um acordo informal: saindo do tronco para a lida na fazenda, passando do cárcere físico à prisão do trabalho forçado:

Menino, isso num é d’hoje, mas todo mundo dá definição. Uma vez chegou aí no povoado um homem branco, socado, risão e trabucador, por nome de Folorenço. Conforme chegou, sujou o caráter, quis brigar e foi parar no tronco do sobrado. — Que que houve contigo, criatura? — chegou perguntando o velho Melo. — Num é de ver, seu Coronel, que me botaram eu nesta de graça e eu num tenho dinheiro para sair. Pedro Melo trocou umas palavras com o carcereiro, que era gente de sua confiança, e no sufragante já foi destrancando os cadeados. Dali mesmo Folorenço saiu para a lida do velho, num retiro. (Élis, 1974, p. 52).

A atuação do coronel, ao mesmo tempo autoritária e paternalista, revela como a liberdade se tornava um bem negociável, condicionado à submissão e à utilidade do indivíduo para os detentores do poder. Nesses arranjos, o favor substitui o direito, e a liberdade, quando concedida, vinha sempre com uma nova forma de dependência. O poder de decidir quem devia ficar preso, quase sempre, escapava às instituições e se concentrava nas mãos dos chefes políticos locais. O judiciário funcionava como uma extensão da vontade desses coronéis.

O controle político nos vales do sertão estava intrinsecamente ligado à relação entre os sertanejos pobres e os coronéis locais, daí se estabelece o mais nítido acordo. Esses homens, vinculados à terra por costumes tradicionais ou por acordos tácitos como a agregação,

desempenhavam um papel crucial na sustentação do poder regional. A dependência econômica e social criava uma dinâmica em que esses trabalhadores, mesmo sem vínculos formais, eram convocados pelos chefes políticos sempre que necessário, especialmente em momentos de tensão ou conflito. Esses acordos não escritos asseguravam aos coronéis uma base de apoio fiel e numerosa, constituída por uma "massa" que era acionada discretamente, longe do olhar público. (Medeiros, 2012).

Essa relação era marcada por uma dualidade de obrigações: por um lado, os sertanejos eram guiados por suas necessidades materiais básicas; por outro, sentiam-se compelidos a responder aos chamados dos donos de terra e de poder. Esse vínculo de dependência, que misturava laços de subordinação e reciprocidade, impunha uma escolha forçada nos momentos de crise: deixar suas atividades cotidianas, como a roça, a coleta, a caça e a pesca, e até mesmo abandonar suas casas para atender aos interesses políticos dos mandantes. O pacto entre os sertanejos pobres e os coronéis, portanto, ia além da obediência, tratava-se de uma engrenagem que mantinha viva a estrutura de dominação local. (Medeiros, 2012).

É justamente nesse acordo silencioso e funcional que se revela a força simbólica e prática dos sertanejos no tabuleiro político sertanejo. Ainda que vistos como uma massa homogênea, esses homens eram peças-chave nos embates de poder, usados estrategicamente pelos coronéis para reforçar sua autoridade e controlar os rumos da região. Mesmo sem voz formal ou lugar de destaque, a presença e a ação desses sertanejos eram essenciais para que o sistema se mantivesse. A literatura, ao capturar essas cenas, testemunha a forma como essa aliança informal estruturava a política local, reafirmando uma lógica em que a subordinação era naturalizada em nome da sobrevivência e da tradição. (Medeiros, 2012).

Ao tratar desses acordos, Bernardo Élis registra em *O Tronco*: “por volta das dez horas da manhã chegavam à Vila os corpos do Coronel Pedro Melo e de Mulato. Vinham os dois numa só rede, misturando na morte o sangue.” (Élis, 1974, 135). Essa cena traduz simbolicamente a fusão de destinos, embora, na esmagadora maioria das vezes, diversas entre o mandante e seu capanga, unidos pela violência cotidiana do sertão, e também por relações de longas datas: “Mulato era o homem de sua confiança. Companheiro de caçadas, companheiro dos tempos de viagem em burros para Barreiras, companheiro de muitos anos e em todas as circunstâncias.” (Élis, 1974, 114).

A representação revela a brutalidade do destino que recai sobre mandante e mandatário, refletindo a violência estrutural das relações de poder no sertão. Apesar das diferenças sociais, ambos são nivelados pela morte, o que indica que o vínculo entre coronel e jagunço ultrapassa interesses políticos e se expressa, em certas circunstâncias, no derramamento de sangue comum.

A lealdade, moldada pela submissão e pela força, transforma-se em um destino compartilhado, no qual o capanga integra plenamente a mesma tragédia que serve.

Interessante observar, ainda, que alguns acordos entre os sertanejos pobres e os coronéis tornavam-se permanentes, sem margem para contestação, quando os primeiros, passavam a integrar, mesmo que de forma simbólica, o núcleo familiar dos chefes políticos. Nesses casos, o vínculo de subordinação era reforçado e transformado em aliança de sangue ou compadrio, com o sertanejo sendo promovido à posição de "compadre", uma figura ambígua que mescla respeito, lealdade e obrigação. Essa integração consolidava o pacto de fidelidade e silenciamento, como no caso de Tozão, capanga da família Melo, que, ao casar-se com Anastácia, torna-se genro de Pedro Melo, estreitando a ligação entre violência, lealdade e dominação no sertão.

O sociólogo Johan Galtung (1969), ao refletir sobre a violência, propõe uma concepção mais ampla que vai além da agressão física, compreendendo que ela ocorre quando o ser humano é impedido de alcançar seu pleno potencial. Segundo ele, a violência se manifesta quando certas condições, como a desigualdade no acesso a recursos e conhecimentos, restringem o desenvolvimento das pessoas. Essa visão expande a noção tradicional de violência, incluindo formas estruturais e simbólicas que operam de maneira silenciosa, porém constante, como a miséria, a exclusão social e a distribuição desigual de oportunidades. Nessas situações, embora não haja necessariamente danos físicos visíveis, a violência se expressa nas limitações impostas ao crescimento humano.

Já o sociólogo brasileiro Nilo Odalia (1983), acrescenta à discussão o aspecto da privação. Para ele, a violência nos retira bens materiais, direitos civis, e a própria possibilidade de sermos o que desejamos. Ela age impedindo a realização pessoal e cidadã, esvaziando a condição humana. Ao considerar tanto a violência explícita quanto as formas implícitas, como o medo constante ou a opressão silenciosa, o autor mostra que a violência está entranhada no cotidiano das relações sociais. Assim, ela se torna um mecanismo de controle e submissão que atua em diversos níveis, do físico ao simbólico, do institucional ao psicológico.

A filósofa Hannah Arendt, por sua vez, analisa a violência em sua relação com o poder. Para ela, a violência surge como resposta quando a autoridade está ameaçada, funcionando como instrumento para preservar estruturas de dominação. A autora observa que, enquanto o poder legítimo não precisa de justificativa, a violência busca constantemente se legitimar por meio de fins futuros (Arendt, 1985). Isso se manifesta de forma evidente na obra *O Tronco*, de Bernardo Élis, em que personagens recorrem à violência como forma de garantir controle político em um contexto de instabilidade, sustentando desigualdades sociais.

No romance, Bernardo Élis evidencia, ainda, os signos dessa violência coronelista que permeavam o cotidiano dos sertanejos pobres. Um dos episódios mais simbólicos dessa lógica brutal de poder é a cena em que o coronel Pedro Melo manda fincar uma alavanca de ferro no local onde matou o próprio sobrinho, Vigilato:

Na esquina da casa de Pedro Melo, perto da calçadona soberba, no lugar onde Vigilato caíra morto, Tito, Resto-de-Onça e Aleixo fincavam uma alavanca de ferro de mais de metro de comprimento. Aquilo era para publicar o feito. Os jagunços metiam a marreta no ferro que tinha tal qual um sino de defunto. — Pra exemplar cabra maludo — dizia o tio do alto de sua calçada alta, na frente da casona mais principal da vila. — É pra ninguém desrespeitar barba de velho! (Élis, 1974, p. 18).

A alavanca, transformada em marco de morte, funciona como signo da violência institucionalizada: um monumento à impunidade, à força bruta e ao autoritarismo patriarcal. O som metálico da marreta no ferro reforça a teatralidade do castigo, enquanto a fala do coronel, demonstra o uso da violência como estratégia de dominação simbólica. O trecho denuncia tanto o poder físico do coronel quanto sua necessidade de manter a obediência por meio do medo, da humilhação pública e da imposição de sua autoridade sobre os corpos.

Esses senhores de terras, riquezas e homens e seus capangas impunham suas próprias leis no antigo sertão goiano, praticando as mais cruéis brutalidades sem sofrer qualquer consequência:

Félix Bundão era um chefe de bando dos Gerais; um dia entrou na vila para vingar a honra de duas filhas de um amigo que foram defloradas por gente graúda e que não foram válidas da justiça. Félix Bundão entrou disparando rifles, cercou a casa do deflorador, deu-lhe vários tiros, matou-o, depois ficou debaixo dos mulungus, conversando com conhecidos. (Élis, 1974, p. 43).

Nesses gerais, a violência era vivida e testemunhada com uma naturalidade inquietante, como se fizesse parte da ordem das coisas, manifestando não apenas a banalização da violência, mas também uma certa aceitação social. A comunidade, longe de se horrorizar, parece acolher o gesto como legítimo, já que a justiça institucional não cumprira seu papel. O gesto violento, portanto, não era exceção, mas um componente aceito e até esperado das relações sociais, normatizado, neste caso, por um código de honra informal, mas amplamente seguido.

De acordo com o professor Euclides Medeiros:

Essa memória que é registro é também instituidora de significados. Estes significados tornam-se costumes e passam a normatizar as relações. Relações permeadas pela violência que a seu turno retorna a essa memória, ora para beber nela aqueles significados no sentido de uma autojustificação da prática violenta, ora para produzir novos registros acerca dessa violência, com a pretensão de refutá-la, mas,

paradoxalmente, reafirmando-a, gerando um círculo vicioso: a cobra comendo o rabo num movimento contínuo, porém, não linear. (Medeiros, 2012, p. 92).

Assim, o romance de Bernardo Élis vai além do simples relato fictícios de acontecimentos, ele (re)constrói significados ao apresentar a violência no sertão como parte inseparável da vida cotidiana. Em suas páginas, a brutalidade não aparece como um desvio, mas como uma prática recorrente, muitas vezes tolerada e absorvida pelas relações sociais, se misturando às normas de convivência, influenciando comportamentos e decisões, a ponto de se naturalizar no imaginário coletivo do sertão.

Essa naturalização violenta retorna à memória social como uma espécie de tradição que se reproduz ao longo do tempo. Mesmo quando novos relatos buscam criticar ou romper com esse padrão, acabam, paradoxalmente, reafirmando sua presença. Assim, perpetua-se um ciclo no qual a violência se renova e se reafirma, transmitida de geração em geração como uma herança simbólica que estrutura as relações sociais, uma espécie de maldição, que recaiu sobre o Estado de Goiás e, em especial, sobre os sertões que se estendem Brasil afora. Nesse movimento, a violência deixa de ser um episódio isolado e se consolida como marca essencial da cultura.

Essa institucionalização da violência tem como principal responsável a figura do “coronel”, que dotado de uma autoridade quase absoluta, busca(va) insaciavelmente poder e riqueza, utilizando-se de expedientes violentos, como meio que considera(va) legítimo e necessário, para alcançar seus objetos e promover a manutenção de seus privilégios. Essa liderança autoritária transforma(va) o espaço sertanejo em território de mando pessoal, onde as fronteiras entre justiça e vingança se confundiam, e o prestígio se media pela capacidade de moldar as relações, isto é, a própria organização social.

Artur viria ao povoado, prenderia gente, mataria, saquearia, faria o diabo. Não foi assim em Pedro Afonso? Ali, Salomão Solino, Deocleciano Amorim e outros tiveram que pagar um pesado resgate por suas vidas a Abílio Batata. Depois de receber dinheiro, fazenda e outros bens desses homens, Abílio determinou a sebaça na região, dali foram retiradas mais de seis mil reses, que Abílio, Maroto e Dorado levaram para a Bahia. (Élis, 1974, p.147).

Esses registros representam formas de violências que atingem o psicológico, não se limitando ao momento em que ocorrem, mas se estendendo na memória coletiva, gerando lembranças compartilhadas que alimentam o sentimento de desesperança entre as personagens. Em outra parte da narrativa, essas memórias comuns se referem ao tratamento cruel dado pelos jagunços às mulheres encontradas durante os confrontos, roubos e assassinatos:

De pé, Lina demonstrava um grande medo. Desde menina que ouvia histórias de malvadezas de cangaceiro. Em Boa Vista os jagunços *faziam* coisas horríveis. Dez, vinte homens se servindo de uma mulher, na vista do marido, dos filhos, dos pais. De uma, contavam, puseram ela nua e fazendo tanto pecado, mas tanto, que quando os bundões foram embora essa coitada se atirou no rio e morreu de vergonha. E os roubos? Ali mesmo estava Alferes Enéias que ficou pobre como um peregrino, ele que a família era das mais abastadas de Pedro Afonso! Também em Boa Vista, Chico Curto mais Capitão Machado acabaram com a família Wanderley. Mataram dezoito pessoas; e o pai vendo morrer um por um, até chegar à sua vez. (Élis, 1974, p. 152-153).

Assim, as ações perversas praticadas por homens armados a mando de seus senhores não eram eventuais, mas sim parte de estratégias bem organizadas, guiadas por interesses econômicos e políticos. Prisões arbitrárias, assassinatos e saques formavam um repertório recorrente, utilizado para acumular riquezas e ampliar o prestígio social dos coronéis, sempre em detrimento dos sertanejos pobres, desamparados, a quem só restava se subjugar, fugir (para onde?), resistir e, quanto possível, sobreviver.

O romance *O Tronco* evidencia que a violência está presente desde os primeiros momentos da formação do sertão goiano, um território historicamente marcado por disputas. Inicialmente, esses conflitos ocorriam entre bandeirantes e indígenas, e, posteriormente, entre líderes políticos locais, os coronéis (Palacín; Moraes, 1994). No século XIX e até meados do século XX, Goiás passou a ser associado ao atraso, à barbárie e ao perigo constante, sendo retratado como uma região ameaçada por ataques frequentes de jagunços e indígenas, que espalhavam o medo entre fazendas e vilarejos (Dutra e Silva; Moura; Campos, 2015).

Diante da ausência de um Estado forte e organizado, os grandes proprietários de terra e de gado passaram a exercer funções que originalmente caberiam ao poder público. Esses coronéis, ao se apresentarem como defensores da ordem e dos interesses do povo, assumiram as funções do Executivo, Legislativo e Judiciário, consolidando sua autoridade sobre a população local. Na prática, no entanto, usavam essa posição para promover seus próprios interesses e garantir a manutenção de seus privilégios, tornando-se figuras centrais na estrutura de poder da região.

O coronelismo se consolidou por meio de pactos entre os coronéis e o poder político estadual, tendo como base a reciprocidade entre as partes envolvidas, era “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (Leal, 2012, p. 37-38). Esse arranjo permitiu que a dominação fosse mantida por meio de vínculos pessoais, e não por instituições formais. Na narrativa de *O Tronco*, Bernardo Élis retrata justamente o rompimento dessa relação de troca entre os poderes, o que desencadeia os principais conflitos

da obra e revela a instabilidade de uma estrutura política sustentada por interesses privados disfarçados de bem coletivo.

Por fim, é importante destacar que, embora a violência estivesse presente no cotidiano dos goianos, é justamente no momento em que o Estado começa a tentar enfraquecer o poder dos coronéis que os episódios violentos se intensificam, ocorrendo confrontos sangrentos entre o poder estatal e os poderosos coronéis. É nesse cenário conturbado, que se desenrola a narrativa do romance *O Tronco*, refletindo um período (bastante atual) em que os sertanejos, em seu sentido mais amplo, foram/são vítimas diretas dessas violências, tendo suas vidas marcadas por conflitos e pelo derramamento de sangue.

4.3 A representação dos personagens nas disputas por território e a construção da identidade sertaneja

Em *O Tronco*, Bernardo Élis constrói uma representação profunda do sertanejo, revelando suas experiências cotidianas imersas nas complexas tensões políticas e sociais do interior goiano. Mais do que descrever o espaço físico do sertão, a narrativa evidencia os mecanismos de dominação e as disputas por influência que atravessam as comunidades rurais brasileiras no contexto retratado. Através dos personagens, o autor demonstra como o cotidiano sertanejo era abalizado pela presença opressiva das elites tradicionais, por estruturas partidárias arcaicas e pela autoridade arbitrária dessas oligarquias locais.

Diante desse quadro de disputas e opressões, torna-se essencial investigar com atenção os personagens que habitam a Vila de São José do Duro, uma vez que suas trajetórias permitem captar indícios valiosos sobre os sujeitos históricos presentes no Brasil da época. Vaqueiros, soldados, mulheres, crianças e jagunços não aparecem apenas como figurantes no embate entre coronéis, mas como representações simbólicas de grupos sociais marginalizados, cujos modos de vida, estratégias de resistência e formas de adaptação revelam a complexidade das relações no sertão. Embora a violência apareça como elemento central da narrativa, ela não é o único vetor de sentido: por trás das ações dos personagens, emergem práticas de sobrevivência e sinais de uma identidade coletiva sertaneja, os quais pretendemos desvelar.

Do mesmo modo, é possível perceber, ao longo do romance, traços marcantes da cultura sertaneja que ajudam a compor o universo simbólico da obra. São aspectos que se revelam nas práticas cotidianas dos personagens, como os hábitos alimentares, as formas de vestir, as construções das moradias, além das crenças populares manifestadas em superstições, rezas, simpatias e histórias de assombração. Também se evidenciam as distinções de gênero expressas

na divisão sexual do trabalho, os costumes relacionados aos ritos fúnebres, entre outros elementos que, juntos, delineiam uma identidade cultural específica do sertão goiano retratado por Bernardo Élis.

Essa presença de elementos materiais e simbólicos no cotidiano dos personagens está em harmonia com a noção de cultura como processo coletivo de produção da existência:

a [...] cultura [...] [é] algo comum a todos os homens. Ao produzir a sua existência o homem, em relação com os outros homens, produz sua existência material e simbólica. A cultura expressa e é expressão do modo de produção da existência humana em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, todos os homens fazem cultura. (Martins; Neves, 2014, p. 74).

Ao reconhecer que a cultura se manifesta nas práticas cotidianas dos sujeitos, também se amplia a compreensão de que o território não se limita ao espaço geográfico delimitado assim como já afirmamos anteriormente, mas abrange uma dimensão simbólica construída a partir de vínculos sociais e culturais. No universo representado por Bernardo Élis, os sertanejos constroem seus territórios não apenas pela posse da terra, mas pelas relações que estabelecem com ela e entre si, pelos saberes transmitidos, pelos rituais, crenças e modos de vida, sua(s) cultura(s).

Aqui, o território simbólico é entendido como uma construção subjetiva e social, vinculada a representações e práticas que transcendem a dimensão física, abrangendo espaços mentais, culturais e identitários. Além disso, "Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação" (Haesbaert; Bruce, 2002, p. 8), o que reforça a ideia de que o território simbólico surge de processos de significação compartilhados, linguagem, arte, hábitos, em fim a cultura.

Essa dimensão simbólica do território, enquanto espaço de disputa e ressignificação, manifesta-se de forma evidente em narrativas como *O Tronco*, onde o sertão goiano é reconstruído pelas lutas e memórias de seus habitantes. Assim, tal como propõem Deleuze e Guattari, o território revela-se menos como um dado estático e mais como um processo aberto, marcado por agenciamentos coletivos e linhas de fuga que desafiam fixações hegemônicas. É nesse cenário de embates e reconstruções que se inscreve a figura dos coronéis, cuja presença impõe uma territorialidade autoritária, fundada na violência e no controle, e cuja representação literária evidencia figuras patriarcais, sustentadas pelo mandonismo e a lógica do compadrio.

Esses coronéis, são representados em diversos momentos da narrativa, assumindo diferentes papéis de poder, em alguns momentos são juízes, em outros fazendeiros, chefes políticos e delegados, todos carregados de práticas autoritárias e por uma postura que mescla

rigidez (i)moral e domínio social. A obra os representa não apenas como portadores de funções institucionais, mas também por seus traços pessoais, como a pontualidade, o vigor físico e a firmeza das ações. Um exemplo expressivo dessa representação é o personagem coronel Pedro de Melo, cuja figura concentra os atributos típicos do poder autoritário, conservador e centralizador que marca o sertão goiano descrito:

Era homem inteligente, sagaz, audacioso, de ambição sem limites, duro feito uma aroeira, dotado de normas de condutas que o tornavam muito superior aos naturais da região. Escolheu para esposa Ana Divina da Rocha, da mais rica, mais numerosa e mais importante família do norte de Goiás, o que lhe trouxe prestígio social. Dispondo de algumas letras, passou a exercer funções de juiz, coletor de rendas, delegado, canais que o levaram ao posto natural de chefe político: Era o poder incontestável. Pedro Melo amava o trabalho, a pontualidade, a energia e a força. Amava a vida rude e simples. Para o trabalho diário na lida de gado, usava a veste de vaqueiro piauiense: calça de couro, gibão e chapéu de couro. A calça terminava em botina. Nas grossas e pesadas mãos, a luva de couro. Suas vestes eram branquinhas, do melhor couro de catingueiro curtido na decoada, com casca de angico. Para outros momentos era a roupa de algodão tecida em casa, pelas negras, no tear que ele mesmo fizera. Detestava o luxo. Ria-se das roupas de casimira e linho, chamando de boneco quem as vestia. Que é que o coronel não sabia fazer e fazer melhor do que todo mundo? bom pedreiro, ali estava a casa que ergueu, os tijolos do piso tão bem ajustados que mal se discerniam as juntas. Era mestre em trabalho de couro: uma calça ou chapéu ou gibão de couro feitos por ele eram conhecidos pela elegância do talhe e finura da trança. Como carapina de mão cheia ali estavam a mesa, os bancos, os tamboretas, as cadeiras de fechar feitas por suas mãos. Numa extensão de muitas léguas, quem não falava com admiração do parafuso de madeira que fizera para uma prensa de farinha! Obra-prima de paciência e engenho. E o bicamente da fazenda Grota? De coqueiro macaúba fez ele um extenso bicamente, colhendo água de um brejo. Como o lugar era montanhoso e a água devesse ir no nível, nos vales as bicas eram assentadas em cima de postes de aroeira, cujo topo fora adrede preparado. Em certos lugares essas bicas passavam a uma altura de mais de oito metros do chão, por sobre precipícios e perambeiras. Trabalho duro! Requeria coragem. Foi o velho sozinho, com a ajuda apenas de Tito, que tudo fizera. (Élis, 1974, p. 34-35).

Pedro Melo é retratado por Bernardo Élis como um homem de múltiplas habilidades e de personalidade marcante, cuja liderança se sustenta na combinação entre força de caráter, destreza prática e uma ética pessoal severa. Sua ambição desmedida e sua dureza são características guiadas por uma disciplina rigorosa, que se manifesta tanto na pontualidade quanto na valorização do trabalho árduo. Ao recusar o luxo e preferir vestimentas simples, mas cuidadosamente confeccionadas por ele mesmo, o personagem expressa um modo de vida austero, enraizado nas rotinas da lida rural.

Essa aparente rejeição ao supérfluo, não o distância do prestígio, pelo contrário, reforça sua imagem de homem admirado e respeitado por sua capacidade de executar com excelência tarefas diversas, da marcenaria ao ofício de vaqueiro. No trecho em destaque, ao invés de delegar, Pedro Melo faz com as próprias mãos: constrói casas, costura roupas de couro, ergue sistemas de irrigação, tudo com engenhosidade e precisão. Sua autoridade, portanto, não se

impõe apenas por meios violentos, mas também pela admiração que sua competência deixa transparecer, transformando não somente o personagem, mas os coronéis de um modo geral em figuras quase intocáveis no imaginário social dos sertões.

Embora Pedro Melo seja descrito como um homem que preza a vida simples, avesso ao luxo e adepto da austeridade, a arquitetura de seus domínios revela outro aspecto de sua personalidade, presente em todos os coronéis, a necessidade de registrar sua presença, de afirmar sua autoridade de forma concreta e visível:

Do conjunto, destacava-se na esquina a casa do Coronel Pedro Melo, com a calçada alta, o aspecto imponente; de um lado, o casarão acachapado sob o amplo telhado, o casarão da velha Benedita Fernandes de Melo, com o largo portão lateral. A modo que solto no meio do Largo, o sobrado do Coronel Pedro Melo, misto de prisão e depósito de farinha. (ÉLIS, 1974, p. 9-10).

Nesse contraste entre o homem que veste couro e vive do ofício e o espaço que ocupa no centro da vila, revela a dualidade entre a aparência de simplicidade e a materialização do domínio, cuidadosamente arquitetado. A estrutura elevada de suas construções impõe uma barreira física e representativa entre o coronel e o restante da população, projetando distância e superioridade.

Já a espacialidade dos sertanejos pobres é marcada por construções precárias, reflexo direto da exclusão social e da desigual distribuição do território. O romance apresenta uma vila composta por “casinhas caiadas de branco” (Élis, 1974, p. 9), descrição que, à primeira vista, sugere uma uniformidade, mas que, ao ser desdobrada, revela a fragilidade dessas moradias “Na casa tão pequena e tão frágil que um cavalo derrubaria caso se coçasse nalgum esteiro” (Élis, 1974, p. 18), espaços comprimidos e desprovidos de conforto: “Da casinha, tão pequena, na qual para se entrar carecia de abaixar a cabeça, na qual mal cabiam dez pessoas e pessoas sem esporas” (Élis, 1974, p. 18).

Esse panorama se articula com a concepção de território enquanto construção social, permeada por relações de poder e apropriação desigual dos espaços. As casas humildes descritas como “salinha de chão batido” (Élis, 1974, p. 32), e “fraca, feita de pau-a-pique barreado” (Élis, 1974, p. 224), são expressões materiais da subalternidade. Indicam um modo de habitar constantemente pressionado e em contraste com as edificações sólidas dos coronéis. As moradias dos sertanejos ilustram a disputa territorial pelo acesso à terra e a pela possibilidade de ocupar o espaço com dignidade, em um contexto onde o espaço físico é também um campo de conflito político e cultural.

Nesse mesmo espaço em disputa, a figura do jagunço emerge como construção literária que corporifica a violência estrutural sustentada pelos coronéis. Bernardo Élis delinea-o com traços que vão além da descrição física, produzindo uma imagem arquetípica da brutalidade institucionalizada no sertão: “A cara larga de um jagunço, a faca na boca, os dentes em serra, a repetição na mão” (Élis, 1974, p. 222). Essa representação não é gratuita, mas funcional, o corpo do jagunço, com seus traços animais e sua instrumentalização armada, torna-se uma extensão emblemática do poder senhorial.

Paralelamente, a heterogeneidade racial e a precariedade material desses homens: “sertanejos mulatos, negros, louros, foscos, vestidos de algodão tecido em casa, pé no chão ou de alpercatas, chapéu de couro na cabeça, armados de rifle, ou simples garrucha e punhal” (Élis, 1974, p. 96), desvela sua origem nas camadas populares, cooptados pela lógica coronelista. A literatura, nesse sentido, retrata o mecanismo de subjugação e apropriação do corpo sertanejo como território representativo da violência, reafirmando o romance como denúncia da desigualdade e da instrumentalização dos sujeitos pela ordem oligárquica.

A representação dos jagunços em *O Tronco* não se limita à aparência física, mas abarca também elementos de coragem e destemor: “homens que tinham o corpo fechado, que davam tiros aos pinotes, feito uns grilos. Jagunçada era gente muito acostumada com luta” (Élis, 1974, p. 199). A narrativa associa a bravura a um imaginário mágico-religioso que atribui invulnerabilidade ao corpo. Essa descrição mistura agilidade, imprevisibilidade e uma espécie de invencibilidade que projeta os jagunços como figuras quase míticas do sertão. Em meio aos tiroteios, “os chapéus de couro pulavam daqui pra lá, desapareciam por trás dos muros, das pedras, das moitas” (Élis, 1974, p. 222), compondo uma cena caótica e intensa que evidencia o conflito, a bravura e agilidade desses sertanejos.

A cultura da violência também se manifesta por meio de rituais e práticas que reforçam a disposição combativa dos jagunços. A ingestão de bebida alcoólica surge como um recurso para estimular a valentia: “Baianinho informava que Roberto Dorado costumava dar de beber pinga com pólvora a seus homens, para tomá-los mais valentes” (Élis, 1974, p. 198). A mistura representa um cruzamento entre tradição popular e estratégia militar improvisada, imprimindo no corpo os signos da coragem ritualizada. Esses, porém, não agem de modo isolado, mas fazem parte de um sistema armado e hierarquizado: “tenho que manter em armas mais de cem rapazes” (Élis, 1974, p. 97), o que demonstra a dimensão bélica e organizada das disputas por poder.

Outra figura sertaneja marginalizada em *O Tronco* é o vaqueiro, que, embora profundamente enraizado na vida rural, vez e outra devia-se de suas funções para servir aos interesses militares dos coronéis. Diferente do jagunço, forjado para o embate, o vaqueiro é

homem da lida com o gado, não da guerra. A fala de Belisário sintetiza essa questão: “Eu cá num vou. Num vou nessas tropelias do coronel. Estou aqui para cuidar de gado e não para fazer arrelias.” (Élis, 1974, p. 50). Vaqueiros, eram homens simples, que delimitavam sua atuação e afirmavam certa autonomia diante do aliciamento forçado, ainda que, por vezes, acabassem submetidos às guerras dos coronéis:

Não vou obedecer de jeito nenhum a chamado do Coronel Artur. Bem que ele mandou no meu retiro, falar pra mim assim que era para comparecer na Grota. — O vaqueiro fez uma pausa, cigarro chupado clareou o ambiente debilmente. — Levar cavalo e repetição... — Nova pausa: — Esse negócio de rifle, eu logo pensei comigo, é pra proeza, como aquele ataque no cartório, em quadra de Reis... Naquela eu fui, porque desconhecia, mas não me pegam mais... Jeito nenhum. (Élis, 1974, p. 51).

A natureza do vaqueiro se traduz em uma resistência, que vai além da recusa à violência, ele busca afirmar sua própria territorialidade na relação com o gado e com a terra, distinta daquela imposta pelas disputas políticas dos coronéis. Ao identificar os sinais do conflito iminente, recusa-se a repetir a submissão de outrora, compreendendo que sua convocação visa apenas transformá-lo em força de manobra descartável. A figura de Casemiro reforça esse sentimento de recusa e medo: “Eu não gosto de briga, compadre. Nem num sei dar tiro nenhum nada.” (Élis, 1974, p. 52). O vaqueiro, portanto, não é apenas um trabalhador coagido, é alguém que reivindica, na rotina do campo, um modo de existir alheio aos conflitos, mesmo sabendo-se frágil em uma engrenagem violenta e excludente, da qual tenta escapar sempre que possível.

Se, por um lado, os homens humildes do sertão, como os vaqueiros, buscavam afirmar sua territorialidade na lida com o gado e se distanciar das imposições violentas dos coronéis, por outro, as mulheres construía seus próprios territórios de pertencimento dentro das casas e nos bastidores da vida social. Enquanto os conflitos entre os homens se davam nos campos e nas disputas políticas, as mulheres organizavam e sustentavam o cotidiano doméstico com esforço constante, representadas quase como figurantes. Suas rotinas, embora afastadas da esfera pública, eram marcadas por um trabalho incessante e por uma forma de resistência que se manifestava na repetição, no cuidado e na manutenção da vida. O espaço da cozinha emerge, no romance, como território feminino por excelência, onde sua presença era indispensável.

A cozinha sempre foi um espaço associado às mulheres, como lugar de obrigação e rotina. Era ali que elas sustentavam o dia a dia da casa com alimentos, cuidados e serviços tidos como invisíveis. Em *O Tronco*, a personagem Januária representa esse papel, sendo descrita como a responsável por preparar as refeições e cuidar da ordem do lar: “Januária cozinhava para eles, lavava e passava a roupa e cuidava do asseio e arrumação da casa.” (Élis, 1974, p.

11). Seu corpo, suas mãos e seu tempo eram dedicados à manutenção de uma estrutura doméstica que dependia exclusivamente do trabalho feminino. Ainda assim, seu nome e sua presença não ultrapassavam os limites das paredes da cozinha ou do lar em que habitava.

O som dos pratos e talheres, o movimento entre a pia e a mesa, os gestos rotineiros de servir eram repetidos dia após dia. “Lá por dentro batiam pratos e talheres. Januária estava pondo a mesa.” (Élis, 1974, p. 12). A cena reflete permanência de um lugar ocupado sem escolha. A cozinha, embora central para o funcionamento da casa, era restrita às mulheres como um destino do qual não se podia escapar. Os homens comiam, conversavam, planejavam, elas preparavam, serviam e se retiravam. O território era das mulheres, mas a palavra não, e mesmo sendo tarefa central à manutenção da vida doméstica, cozinhar mantinha a mulher oculta aos olhos do prestígio e da valorização social.

Fora da cozinha, o quintal surgia como extensão do cotidiano feminino. Era ali que a mulher encontrava um pouco de ar, uma conexão com a natureza, mesmo que através do trabalho contínuo. “Januária remexia no quintal, cuidando de seus pés de planta, molhando um craveiro e um pé de alfavaca, queimando algum graveto.” (Élis, 1974, p. 28). O quintal era, portanto, um território de sobrevivência emocional, onde se preservava um pouco de dignidade e beleza diante da dureza da vida doméstica. Era, ainda, o território onde a mulher se movia com mais liberdade, embora sem se desvincular da função de manter o lar vivo.

No interior dos casarões, as esposas dos coronéis não participavam diretamente dos trabalhos físicos, mas construía seus territórios a partir do comando. “Para comandar esse batalhão de escravos, estava ali a velha Aninha, a mulher do Coronel Pedro Melo Albuquerque, atroando a casa e o povoado com seu vozeirão.” (Élis, 1974, p. 33). Embora submetida às normas patriarcais da época, dentro dos casarões ela exercia certa autoridade, impondo comandos cotidianos sobre os que ali viviam e trabalhavam. Mesmo assim, seu poder terminava nas portas da casa. O lar era sua trincheira, em um mundo onde o marido decidia os rumos dos negócios.

A ideia de que o lar é território natural da mulher reforça uma separação que persiste até hoje. “As mulheres são vinculadas à arena privada da casa e às relações pessoais; os homens, à arena pública do comércio, da produção e da política.” (Parente, 2012, p. 277). Assim, o trabalho doméstico feminino é tratado como algo menor, e sua atuação pública continua sendo limitada por julgamentos morais, expectativas de comportamento e invisibilidade institucional. A cultura perpetua essa divisão e organiza as vidas com base nela.

A casa, nesse sentido, torna-se uma prisão, disfarçada de vocação. Mesmo quando o lar é reconhecido como lugar da mulher, as decisões que o envolvem são tomadas pelos homens.

“Mesmo que o espaço doméstico diga respeito às mulheres, as tomadas de decisão ficam a critério dos homens...” (Parente, 2012, p. 180). Isso indica que a presença feminina no território doméstico era tolerada como função atribuída, e não reconhecida como um direito pleno. Elas podiam cuidar, mas não escolher. O que se observa é um sistema que restringe o alcance da mulher em todas as esferas e reforça a superioridade masculina como norma. A subordinação era mantida até mesmo onde a mulher era mais presente.

Aninha, descrita como “uma rainha, sem tirar nem pôr” (Élis, 1974, p. 33), mostra que o domínio sobre a casa era permitido, contanto que ficasse restrito às fronteiras domésticas. Ainda que ela comandasse criados, escravas e a rotina da fazenda, suas ações eram circunscritas a uma função de gerência informal. As “verdadeiras” decisões, aquelas sobre terras, posses e política, continuavam nas mãos dos homens. Essa separação reforçava a estrutura que conferia prestígio apenas ao que era feito fora de casa. Dentro, mesmo com gritos e ordens, a mulher permanecia como uma administradora invisível. O reconhecimento era simbólico, condicionado ao reforço da autoridade masculina.

A divisão de funções entre os sexos era um costume profundamente enraizado, tratado como natural e incontestável. Os homens se envolviam com a política, as finanças, as disputas de poder, as mulheres, com a alimentação, os filhos e a organização do lar. O trabalho feminino, embora exaustivo, não era reconhecido como fonte de renda ou de status. Dessa forma, as mulheres, muitas vezes, não participam da decisão sobre os recursos ou sobre as propriedades da família, o domínio econômico era mantido sob rígido controle patriarcal.

O romance também mostra que a mão-de-obra das mulheres sustentava a vida rural em Goiás. Criadas, filhas, esposas e viúvas realizavam atividades incessantes: “Vivia por ali fazendo rendas de bilro, refinando açúcar e torrando café.” (Élis, 1974, p. 88). O trecho retrata o quanto o cotidiano era preenchido por tarefas que exigiam habilidade, paciência e força. E mesmo diante da falta de descanso, eram acordadas antes do sol para atender aos patrões: “Acordaram a preta Camila para lhes preparar o café e um prato de cuscuz.” (Élis, 1974, p. 121). Essa organização da casa e da comida não era vista como trabalho no sentido pleno, mas como obrigação natural feminina, esforço cotidiano invisível e socialmente desvalorizado.

Além disso, a narrativa recorre a uma linguagem direta e crua ao representar a sexualização do corpo feminino, destacando a forma como as personagens mulheres, sobretudo as negras e jovens, são descritas a partir de uma ótica objetificante e hierarquizante: “Uma pretinha nova, os olhos limpos e muito abertos, no corpo uma camisa de algodão grosseiro espetada pelos peitinhos.” (Élis, 1974, p. 100-101). Reduzida à sua juventude e aos contornos do corpo, a jovem não era tratada como pessoa, mas como objeto disponível. A narrativa

apresenta indícios da mentalidade dos homens (da época), que enxergavam/enxergam as mulheres, como passíveis de desejo e domínio, mas nunca de respeito ou afeto. A mulher era vista como território a ser conquistado.

Nas uniões, a ausência de carinho era comum. As mulheres aprendiam a amar com distanciamento, como se o amor fosse apenas mais uma função do lar. “Desabituada com essas demonstrações de carinho, Lina desvencilhou-se timidamente e fugiu, levando a tigela.” (Élis, 1974, p. 186). A timidez de Lina diante de um gesto de afeto do esposo, mostra que ela nunca fora tratada com ternura. O casamento, para ela, era um arranjo onde o desejo não tinha lugar. Ela amava sem calor, como quem cumpre um dever. A falta de reciprocidade emocional no casamento patriarcal transformava a mulher em funcionária de um lar sem alma. Seus sentimentos não eram desenvolvidos, apenas reprimidos.

Essa timidez ou frieza aparente, no entanto, não era falta de desejo, mas resultado do silenciamento emocional imposto às mulheres. Quando o desejo aparecia, era visto como desvio, escândalo. O caso de Zefa ilustra essa tragédia. “o diabo do Artur metido na sua política sem fim, permanecendo na Capital do Estado anos a fio, largando Zefa abandonada na vila.” (Élis, 1974, p. 44). Isolada e carente, ela busca consolo em outros braços, o que lhe custou o casamento, a filha e a reputação. A infidelidade masculina era tolerada. A feminina, punida com exílio e miséria. O desejo feminino era condenado, mesmo que surgisse do abandono e da carência.

Zefa, “cujas carnes moças tinham provado do amor” (Élis, 1974, p. 44), foi condenada a vagar sem rumo após ser expulsa de casa pelo marido. “Artur surgiu alegando sua honra maculada. Enxotou a esposa de sua casa, tomou-lhe a filha...” (Élis, 1974, p. 45). A mulher, mesmo injustiçada, era quem pagava pela quebra das regras impostas. Seu desejo era um crime. Sua liberdade, uma ameaça. O castigo vinha rápido e cruel, e as portas que se abriam para os homens se fechavam brutalmente para elas. O território feminino se estreitava ainda mais diante da repressão moral. No final, o destino de Zefa era o mesmo de tantas outras : dor, julgamento e marginalização.

Em *O Tronco*, os territórios ocupados pelas mulheres, como a cozinha, o quintal, o corpo, o casamento e a maternidade, são delimitados por estruturas impostas pela cultura patriarcal. Esses espaços, embora centrais para a manutenção da vida, são organizados segundo normas que subordinam o trabalho, o desejo e os afetos femininos às exigências do outro. A cozinha e o quintal funcionam como zonas de obrigação e cuidado; o corpo, como território vigiado e disciplinado; e o casamento, como um espaço onde a subjetividade feminina é ignorada. Mesmo as experiências mais íntimas são moldadas por expectativas externas,

reduzindo a mulher à função de servir. Mesmo oprimidas nesses domínios, essas representações resistem, traçando caminhos de autonomia possíveis dentro (e as vezes, fora) das margens estreitas da tradição.

No romance, até mesmo as crianças constroem seus territórios, adentrando os espaços da casa, do quintal, do pátio, entre outros. São nesses locais que escolhem brincar, como fazia Brásica, “brincando de bonecas, brincando de comadre por baixo dos cacaveiros do quintal” (Élis, 1974, p. 235). Na ingenuidade da infância, buscam romper barreiras físicas e sociais, dando origem a expressões culturais próprias da infância sertaneja. No casarão, a cena dos “netos e sobrinhos [que] brincavam de pegar ou brincavam de pique, numa algazarra dos trezentos” (Élis, 1974, p. 42), resgata a vitalidade das brincadeiras coletivas, ainda que, em certos momentos, se choquem com os limites impostos pelos territórios adultos: “Vão brincar no pátio. [...] vão quebrar as minhas roseiras.” (Élis, 1974, p. 42).

Essa liberdade de circulação, no entanto, não garante segurança. O mesmo território que acolhe o jogo e a fantasia pode também expor a criança à dureza da vida sertaneja, atravessada por ausências, precariedade e violência:

Vicente sentiu no rosto as unhas de Alice que exigia do pai que a ouvisse. E ele teve que ouvir: — Brásica morreu. Brásica era a filha de Argemiro Félix, da mesma idade de Alice, sua companheira de brinquedos [...] Alice vinha abraçada com Brásica, quando a bala a pegou na barriguinha, do lado esquerdo. A coitadinha ainda agüentou e veio cair no corredor. (Élis, 1974, p. 234-235).

No sertão, as fronteiras entre o lúdico e o trágico são por vezes tênues, e o percurso infantil pelos espaços da casa, da rua ou da mata pode levar a encontros com realidades abruptas. A infância sertaneja, portanto, se dá em um território em disputa, entre o abrigo e o risco, entre o controle e a violência dos adultos, revelando uma cultura viva, mas também vulnerável, que se constrói no trânsito e choques de territórios.

Assim, a análise do romance de Bernardo Élis, permite compreender os territórios como construções sociais, resultante das relações, práticas e vivências compartilhadas, isto é, pela própria cultura. No sertão do antigo norte de Goiás, os sertanejos disputam territórios (coletivos, interiores, físicos e simbólicos), e também o direito de significar e habitar o espaço com dignidade, moldando sua identidade coletiva por meio de saberes, rituais, resistências, etc. A literatura, nesse contexto, revela sujeitos, que, embora marginalizados, configuram seus modos de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como principal objetivo analisar as formas pelas quais os elementos da cultura, da linguagem e do território se entrelaçam no romance *O Tronco*, de Bernardo Élis, e como essas representações literárias refletem as disputas simbólicas e materiais no antigo norte goiano. Ao longo do trabalho, compreendemos que a obra em questão não se limita ao campo da ficção, assumindo papel fundamental na construção de sentidos sobre o sertão e seus habitantes no início do século XX.

A obra, ao retratar personagens como coronéis, jagunços, sertanejos e funcionários públicos, compõe um retrato verossímil de uma época marcada pela tensão entre o poder centralizado dos coronéis e a vida dos sertanejos pobres, ao mesmo tempo em que demonstra um arcabouço simbólico das práticas sociais e culturais do sertão. Dessa maneira, a literatura é via privilegiada de (re)significação e instrumento de intervenção crítica no campo das humanidades, geradora de reflexões.

A narrativa nos permite acessar as formas de organização política e econômica de uma sociedade marcada pelo coronelismo, pelo autoritarismo e pela centralidade da terra como elemento de poder. A terra, nesse contexto, não é apenas um recurso material, ela é também território simbólico, campo de disputa. Os coronéis, enquanto agentes do poder local, utilizam-se da violência física e simbólica para manter suas prerrogativas, enquanto os sertanejos pobres mobilizam estratégias diversas de sobrevivência.

No curso da análise, foi possível observar como a linguagem literária de Bernardo Élis opera como mediadora das relações sociais, ao construir uma representação do mundo sertanejo que mescla realidade, ficção e denúncia. A linguagem literária, portanto, cumpre um duplo papel de registrar o mundo e recriar sentidos com potencial para revelar maiores indícios do real do que os próprios documentos historiográficos, como meio de expressão de subjetividades e como ferramenta crítica de interpretação social.

Além disso, o romance permite compreender a identidade sertaneja forjada pelas condições materiais da existência, e pelas estruturas que atravessam as relações de poder, os rituais de dominação e as manifestações culturais. Assim, a construção de personagens e ambientes no texto revela a multiplicidade de experiências vividas no(s) sertão(ões), articulando-as com os embates sociais mais amplos do período histórico retratado, que expõe o ser humano, com seus medos e desejos.

Dentre os principais aspectos analisados, destacam-se as disputas territoriais travadas entre os coronéis aliados ao governo estadual e os representantes do poder local, com destaque

para a figura de Vicente Lemes, personagem central da narrativa. Sua atuação como coletor de impostos, baseada na legalidade e no compromisso com o Estado, o coloca em oposição aos coronéis locais, desencadeando um ciclo de violência que culmina em rupturas familiares, conflitos armados e mortes. Tal dinâmica revela como o poder estatal, embora distante, intervém de forma direta nos arranjos locais, nem sempre para promover alguma justiça, mas para assegurar interesses políticos maiores.

O conceito de território simbólico, fundamental para esta pesquisa, mostrou-se essencial para a compreensão dos conflitos representados na obra. O território, conforme Haesbaert (2002), não é apenas a porção de terra delimitada, mas o espaço vivido, apropriado, imaginado e disputado pelos sujeitos. Em *O Tronco*, os sertanejos territorializam o espaço a partir de suas práticas, memórias e resistências, desafiando a visão hegemônica que restringe o território ao domínio dos poderosos.

Do ponto de vista metodológico, a análise literária interpretativa permitiu identificar os núcleos simbólicos que organizam o romance, estabelecendo relações entre os signos culturais e as práticas sociais dos sertanejos. A literatura, enquanto linguagem carregada de intencionalidade e sensibilidade, revelou-se campo fértil para a exploração dos sentidos que os sujeitos atribuem à vida, à luta e ao território.

Um aspecto que merece destaque é a forma como os saberes populares são valorizados na obra. O sertanejo embora seja representado como figura exótica ou atrasada (assim como em outros escritos da época), também é sujeito carregado de cultura, de memória e de agência. Seus costumes, crenças, rituais e formas de organização revelam uma racionalidade própria, que se opõe e resiste (sem escolha) às imposições das estruturas autoritárias.

O diálogo com os Estudos Culturais, especialmente os aportes de Hall, Williams e Thompson, contribuíram para a compreensão da cultura no campo das disputas e significações. Levando a compreensão de uma forma mais profunda dos modos de vida dos sertanejos na Vila de São José do Duro, bem como aos valores aí compartilhados, que são indícios de toda uma cultura desenvolvida nos gerais.

A leitura crítica e analítica de *O Tronco* convida a repensar o sertão para além do estigma de atraso e violência, especialmente porque o sertão que emerge do texto é multifacetado: é campo de sofrimento e de luta, de opressão e de esperança, de miséria e de beleza. Essa visão complexa desafia interpretações simplistas e oferece uma chave para compreender as continuidades e rupturas da formação social brasileira.

A escolha por estudar uma obra de caráter regionalista encontra aparo na necessidade de estudar as especificidades da região em relação a nação. Nesse sentido, conforme aponta

Reckziegel (1999), por muito tempo o regional foi visto como algo “menor” diante da narrativa nacional, por falta de abordagens teóricas e metodológicas consistentes.

Contudo, a valorização da história regional, enquanto expressão de uma lógica própria e de práticas sociais específicas, permite compreender as singularidades de um grupo social inserido em uma totalidade mais ampla, para fins de captar sentidos mais profundos das dinâmicas históricas e culturais que estruturam o Brasil em sua diversidade concreta.

A pesquisa demonstrou que o coronelismo, enquanto estrutura de poder, não se limita ao passado. Muitas das dinâmicas descritas no romance encontram eco em práticas políticas contemporâneas, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais e fragilidade institucional. A literatura, nesse sentido, assume uma função diagnóstica e pedagógica.

A análise da obra também mostrou que os territórios em disputa não se esgotam nas fronteiras entre coronéis e sertanejos. Há disputas internas, psíquicas, conflitos morais, dilemas éticos que atravessam os personagens, tornando-os complexos e humanos. Isso revela a riqueza da construção literária de Bernardo Élis, que evita maniqueísmos e aposta na ambiguidade/complexidade como elemento narrativo.

O Tronco também nos alerta para os limites da lei em contextos de desigualdade. A atuação do personagem Vicente Lemes, apesar de legalista, em certo aspecto, revela os dilemas de quem tenta aplicar a justiça formal em um universo governado por relações informais de poder. A legalidade, nesse cenário, se vê submetida a conveniências políticas, o que amplia a crítica social presente no romance, especialmente em relação ao distanciamento entre lei e a justiça social.

A interdisciplinaridade adotada nesta pesquisa permitiu articular diferentes campos do saber: literatura, geografia, história e antropologia, fortalecendo a análise e evidenciando a necessidade de abordagens integradas para compreender fenômenos complexos como a cultura e a territorialidade simbólica, suas representações e os sentidos construídos pelos sujeitos em seus múltiplos territórios.

Em síntese, ao longo da pesquisa, ficou evidente que os sertanejos representados por Bernardo Élis são sujeitos históricos, cujas experiências são fundamentais para pensar o Brasil. De modo que *O Tronco* nos oferece mais do que uma narrativa sobre disputas de poder, mas amplas possibilidades para compreender os embates históricos, aspectos da vida social, política e cultural que moldaram (e continuam moldando) o território brasileiro, sobretudo o sertão.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristiane Roque de. **História e sociedade em Bernardo Élis: uma abordagem sociológica de o tronco**. UFG. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2003.
- ALMEIDA Maria do Socorro Pereira de. **Dois palavras sobre literatura**. Bahia-Paulo Afonso. Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE – Ano 1 – Nº 01 – agosto/2007.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudos sobre quatro regionalistas: Bernardo Élis, Carmo Bernardes, Hugo de Carvalho Ramos, Mário Palmério**. Goiânia/GO. 2ª ed., Ed. Universidade Federal de Goiás, 1985.
- ALVES, Denise de Fátima Lessa. **Entre o corpo e o tronco: a representação do jagunço de Bernardo Élis**. Dissertação. MG-Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem. 2021.
- ARENDRT, Hannah. **Da Violência**. Tradução: Maria Claudia Drummond. Ed. UnB, 1985.
- ASSIS, Wilson Rocha. **Estudos de história de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.
- AZEVEDO, Fábio Palácio de. **O conceito de cultura em Raymond Williams**. Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS) MA/São Luís – Vol. 3 – Número Especial jul./dez. 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12ª edição – 2006
- BERNARDO, Gustavo. **O Conceito de Literatura**. In: JOBIM, José Luís (Org.) Introdução aos Termos Literários. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 135 ± 169.
- BOSI, Alfredo, 1936. **História concisa da literatura brasileira** – 43 ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRAGA. Helaine da Costa. **A identidade sertaneja em Goiás: um estudo a partir dos elos entre a geografia e a literatura de Bernardo Élis**, Goiânia: ESA/UFG, 2009
- BRAGA. Pauliane de Carvalho. **Notas contra o esquecimento – uma biografia política de Bernardo Élis**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 V.9, N.4, p.1-16, 2020;
- Braga, Pauliane de Carvalho. **Literatura, comunismo e campesinato: uma leitura de Bernardo Élis**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.
- COELHO, Guilherme F. **Expedição histórica nos sertões de Goyaz: São José do Duro**. Reedição ampliada – Goiânia: ICBC, 2008.

CORMINEIRO – MEDEIROS, Olivia Macedo Miranda de. **Trilhas, Veredas e Ribeiras: Os modos de viver dos sertanejos pobres nos vales dos Rios Araguaia e Tocantins (Séculos XIX e XX)**. Uberlândia: UFU/MG, 2010.

COSTA, Ginegleyson Amorim da. **A luta pela terra no romance de bernardo élis “a terra e as carabinas”**: representações e sensibilidades. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História, Goiânia-GO, 2013.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. **Bernardo Élis Fleury de Campos Curado: Literatura, Alma Goiana e Sentimento**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565. V.9, N.4, p.1-8, 2020 – Seção Especial Bernardo Élis.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco**, 1986.

DAYRELL, Eliane Garcindo. O PCB - GO: 1936-1948. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984;

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia; tradução de Luiz B. L. Orlandi**. — São Paulo: 1ª Ed., 2010.

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. tradução de Suely Rolnik**. - São Paulo: Ed. 54, 1997.

DUTRA E SILVA, Sandro; MOURA, Tálliton Túlio Rocha Leonel de; CAMPOS, Francisco Itami. **A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura. Tradução de Sandra Castello Branco**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

_____. **A ideia de cultura. Tradução: RODRIGUES, Sofia**. 1.a edição: março de 2003.

_____. **Teoria da literatura: uma introdução. Tradução Waltensir Dutra; [revisão da tradução João Azenha Jr]**. 6ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ÉLIS, Bernardo. **A vida são as sobras**. Goiânia: Kelps, 2000.

_____. **O Tronco**. Ed/sem. São Paulo. Editora: Círculo do Livro S.A.1974.

_____. **O Tronco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

_____. **A vida são as sobras**. Remate de Males. Goiânia – GO. 1989

_____. **Literatura comentada: seleção de Bejamim Adbala Jr**. SP: Abr. Educação, 1983

ELDEN, S. 2013. **The Birth of Territory**. Chicago: The University of Chicago Press.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo. Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

FREDERICO, **Enid Yatsuda**; LEÃO, Flávia Carneiro. Apresentação. Remate de Males, Campinas (SP), v. 17, p. 9-13, 1997.

GALTUNG, Johan. **Violence, peace, and peace research**. *Journal of peace research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GINZBURG, Carlo. Descrição e citação. In: **O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **O Tronco, de Bernardo Élis: interpretações literogeográficas**. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais* ISSN 2238-3565 v.10, n.4, p.1-10, nov., 2021 – II Edição Especial Bernardo Élis. Universidade Estadual de Goiás (UEG).

GORDON, Lewis R. **Decadência disciplinar e a de(s)colonização do conhecimento**. Originalmente publicado em *África Development*, 39 (1), 2014, pp. 81-92. *Revista Epistemologias do Sul, foz do Iguaçu/PR*, 1(1), 110-126, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Território**. Universidade Federal Fluminense (UFF) Niterói, RJ, Brasil. *GEOgraphia*, vol: 25, n. 55, 2023

_____. **Viver no Limite: Território e multi/territorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT E GLAUCO BRUCE, R. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 7-22, 21 set. 2002.

HALL, Stuart. **Introdução**. In: **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. **Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens**. Publicado em **Teaching to Transgress: Educationas Practice of Freedom**. New York:Routledge, 1994. p. 167-175. Tradução: *Revista Estudos Feministas*. SC-Florianópolis. 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 8ª ed. São Paulo/SP. Editora Brasiliense, 1992.

JORGE, Miguel. **Bernardo Élis (Em comemoração aos trinta e cinco anos do lançamento de Ermos e Gerais)**. Transcrição do Suplemento Cultura, Folha de Goiaz. Goiânia, 12 ago. 1979 – Fundo Bernardo Élis/CEDAE.

JÚNIOR, Carlos de Melo. **A Revolução de 1930 e as oligarquias goianas**:

as disputas pelo poder em Goiás no pós-golpe. Pergaminho: Revista discente de Estudos Históricos | ISSN 2178-7654. Patos de Minas, UNIPAM, (1):10-29, set. 2010

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto.** 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras; 2012.

LEITE, Jan Edson Rodrigues. **Fundamentos de Linguística.** Universidade Federal de Minas Gerais. 2010

LOPES, E. **Fundamentos da Linguística contemporânea.** 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

MACEDO, Ercília. Um contista goiano. **Gráfica e Representações “Couto Magalhães Anápolis-GO.** 1968

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, em carisma, uma história.** Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Campesinato sertanejo e sua relação com a terra ao longo do Ribeira-PB.** 2005, Anais. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2005.

MARCHEZAN, Luiz G. **Apresentação. ELIS, Bernardo. Ermos e Gerais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura, Educação, Dominação: Gramsci, Thompson, Williams.** Revista HISTEDBR On-line, Unicamp, Campinas-SP, nº 55, p. 73-93, mar2014 – ISSN: 1676-2584.

Marx, Karl, 1818-1883. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano.** – São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Euclides Antunes. **Encontros de Sangue: Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins – 1830/1930.** UFU/MG, 2012.

MELO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). História da Vida Privada no Brasil.** Vol. 4. Contrastes da Vida Contemporânea. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998

MILAGRES, C. S. F.; FRA, M. M. P.; ARIAS, A. I. G.; RODRIGUES, W. **A resiliência comunitária como alternativa para o desenvolvimento regional em face das transformações socioecológicas nas comunidades tradicionais jalapoeiras, Tocantins.** Desenvolv. Meio Ambiente, v. 59, p.182-205, jan./jun. 2022.

MUNIZ, Cellina Rodrigues. **O signo linguístico em Bakhtin.** Educação em Debate. Fortaleza· ano 21. V.1. Nº 39. p. 70-76. 2000.

NASCIMENTO, Roberto Duarte Santana. **Notas para um conceito de imagem literária**. Aletria: Revista de Estudos de Literatura. UFMG, BH, v. 29, n. 3, p. 249-265, 2019.

NETO, Henrique José Vieira. **O tronco: Obra literária de Bernardo Élis (1956), filmica de João Batista de Andrade (1999) e as conexões possíveis entre cinema, literatura e história**. Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PAIXÃO, Frederico Oliveira da; SILVA, Margot Riemann Costa e. **A formação histórica do território goiano e a política coronelística**. Estudos, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 215-227, 2013.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. de S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: UCG, 2001.

_____. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PARENTE, T. G. **Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero**. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 269-284, dez. 2012;

PASSIANI, Enio. **Uma longa jornada: a gênese da sociologia das formas discursivas de Raymond Williams**. Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 28, p. 1-35, e020005 – 2020 – e-ISSN: 2178-3284.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3ª Ed. Belo Horizonte/MG. Editora Autêntica, 2012.

PETARLY, R. R. **Meios de vida das famílias rurais: um estudo da influência das políticas públicas de inclusão produtiva na divisão sexual do trabalho rural**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2021.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **Morfologia. Introdução à lingüística II: princípios de análise**. Tradução. São Paulo: Contexto, 2007.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes. Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-graduação**”. Porto Alegre, Brasil, na Universidade Pontifícia do Rio Grande do Sul, nos dias 21, 22 e 23 de junho/2004.

POMPEIA, C. **A formação política do agronegócio**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. 2018. Capítulo 2: A noção de agribusiness chega ao Brasil e Capítulo 3: Um projeto político-econômico de agribusiness.

PÓVOA. Osvaldo Rodrigues. **Quinta-feira Sangrenta**. Gráfica e Ed. Líder: Goiân/GO, 1975.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 3 ed, São Paulo, Brasiliense, 1948.

RAFFESTIN, Claude. **O que é território? In: Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p.143-164.

RAMOS, Cornélio. **Catalão: poesias, lendas e histórias**. 3 ed. revista e ampliada. Catalão: Gráfica Modelo, 1997.

RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. **HISTÓRIA REGIONAL, dimensões teórico-conceituais, em História: debates e tendências**. Passo Fundo. v.1, p. 15-22. junho de 1999.

ROSA, Joaquim. **Por esse Goiás afora...** Goiânia: Cultura Goiana, 1974.

SANTOS, Samuel Antonio Carvalho dos. **Crime e violência no Tocantins (1889-1930)**. UFT/UFNT. Campus Universitário de Porto Nacional Programa de pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHISPAM – 2022.

SARAIVA, Marina Rebeca Oliveira. **Territórios dos sentidos: da emergência dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea**. Revista Espaço Acadêmico nº 132/XI. 2012.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005, p.26

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. 2ª ed. SP. Companhia das Letras, 2003.

SENA, C. S. **A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.5216/sec. v1i1.1776.

SILVA, Elen Glauciene. **Chacina do duro: do evento à representação dos acontecimentos**. Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2017.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.

SILVA, Magda Régia de Oliveira. **Bernardo Élis, o poeta adormecido**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 V.9, N.4, p.1-21, 2020.

_____. **Bernardo Élis e Suas Andanças Literárias**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 - v.10, n.4, p.1-24, nov., 2021 – II Edição Especial Bernardo Élis.

SOUZA, Arão de Azevêdo. **Debates sobre cultura, cultura popular, cultura erudita e cultura de massa**. Trabalho apresentado no DT 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste-Campina Grande - PB, realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

TAVARES, Ana Carolina de Mesquita. **“Agora o tempo vai suspender”:** coronelismo, violência e cultura caipira na adaptação cinematográfica do romance **o tronco, de Bernardo Élis (1956-1999)**. Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior, Anápolis, 2024.

TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. **A relação homem-natureza em “o tronco” de Bernardo Elis e “serra dos pilões- jagunços e tropeiros” de moura lima**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. 24 a 28 de julho de 2012. Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI ISBN: 978-85-98711-10-2.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, S. G. T. (2002). **Homens provisório. Coronelismo e jagunçagem em Grande sertão veredas**. Belo Horizonte/MG. Editora Scripta, p. 321-333.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura. Tradução: Waltensir Dutra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1971.

YUNES, Eliana. **Análise e Interpretação de Obras Literárias: Obstáculos entre obras e leitor?**. Perspectiva; r. CED, Florianópolis, 3(6), 68-74. Jan./Jun. 1986.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 11-34.